

RiGS

revista interdisciplinar de gestão social

v.10 n.3 set./dez. 2021

ISSN: 2317-2428

www.rigs.ufba.br



RIGS

revista interdisciplinar de gestão social

Publicação acadêmica, quadrimestral. Publica 3 tipos de documentos: textos, fotos e vídeos. Estimula 6 tipos de contribuições: tecnológica, teórica, vivencial, indicativa, fotográfica e audiovisual. Explora a gestão social de forma ampla ao situá-la na contemporaneidade, em territórios pluridisciplinares de prática e na investigação acadêmica. Difunde estudos pautados pela interdisciplinaridade.

v.10 n.3 set./dez. 2021 ISSN: 2317-2428

www.rigs.ufba.br



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO E
GESTÃO SOCIAL



Universidade Federal da Bahia
Reitor: Prof. Dr. João Carlos Salles Pires da Silva
Vice-Reitor: Prof. Dr. Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Escola de Administração/UFBA
Diretor: Prof. Dr. João Martins Tude
Vice-Diretor: Prof. Dr. André Luis Nascimento dos Santos

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Gestão Social (PDGS)
Coordenação: Prof. Dr. Ernani Coelho Neto
Vice-coordenação: Profa. Dra. Tânia Fischer

Revisão da Língua Portuguesa
e Normalização
Equipe Eudfba/Pontual Traduções

Gestão do Design e Diagramação
Zeta Studio

Foto da Capa
Janaina Ramos Marcos

Diagramação
Zeta Studio

Revista interdisciplinar de gestão social / Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Gestão Social – Vol. 10, n. 3 (set./dez. 2021) - . - Salvador : EAUFBFA, 2014 - . v.

Quadrimestral.
Descrição baseada em: Vol. 1, n.1 (jan./ abr. 2012).

ISSN 2317-2428

1. Administração local - Periódicos. 2. Desenvolvimento social - Periódicos. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração.

CDD 352

EDITORA-CHEFE

Elisabete Santos
Universidade Federal da Bahia,
Brasil

EDITORES ASSOCIADOS

Eduardo Paes Barreto Davel
Universidade Federal da Bahia,
Brasil

Fabio Bittencourt Meira
Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Brasil

Letícia Dias Fantinel
Universidade Federal do Espírito
Santo, Brasil

Paula Chies Schommer
Universidade do Estado de Santa
Catarina, Brasil

Luiza Reis Teixeira
Universidade Federal da Bahia,
Brasil

Morgana Gertrudes Martins
Krieger
Universidade Federal da Bahia,
Brasil

Maria Amélia Jundurian Corá
Universidade Federal de Alagoas,
Brasil

GESTOR EXECUTIVO

Daniel Chaves
Universidade Federal da Bahia,
Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre de Pádua Carriero,
Universidade Federal de Minas
Gerais, Brasil

Alketa Peci, Fundação Getulio
Vargas, Rio de Janeiro

Ana Sílvia Rocha Ipiranga,
Universidade Estadual do Ceará,
Brasil

Anderson de Souza Sant'Anna,
Fundação Dom Cabral, Brasil

Andrea Leite Rodrigues,
Universidade de São Paulo,
Escola de Artes, Ciências e
Humanidades

Antônia de Lourdes Colbari,
Universidade Federal do Espírito
Santo

Antonio Strati, École
Polytechnique de Paris, França;
Facoltà di Sociologia, Università
degli Studi di Trento, Itália

Ariadne Scalfoni Rigo,
Universidade Federal da Bahia,
Brasil

Cintia Rodrigues de Oliveira,
Universidade Federal de
Uberlândia, Brasil

Eda Castro Lucas de Souza,
Universidade de Brasília

Fabio Bittencourt Meira,
Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul,
PPGA-UFRGS, Brasil

Fabio Vizeu Ferreira,
Universidade Positivo, Brasil

Fernando Gomes de Paiva
Júnior, Universidade Federal de
Pernambuco, Brasil

Jeová Torres Silva Júnior,
Universidade Federal do Cariri,
UFCA - Brasil, Brasil

João Martins Tude, Universidade
Federal da Bahia

José Antonio Gomes de Pinho,
Universidade Federal da Bahia,
UFBA, Brasil

Josiane Silva de Oliveira,
Universidade Estadual de
Maringá, UEM, Brasil

Letícia Dias Fantinel,
Universidade Federal do Espírito
Santo, Brasil

Luciano Junqueira, Pontifícia
Universidade Católica de São
Paulo

Luiz Alex Silva Saraiva,
Universidade Federal de Minas
Gerais, Brasil

Marcelo de Souza Bispo,
Universidade Federal da Paraíba,
Brasil

Maria Amélia Jundurian Corá,
Universidade Federal de Alagoas

Maria Ester de Freitas, Fundação
Getulio Vargas - SP/EAESP, Brasil

Miguel Pina e Cunha, Nova
School of Business and
Economics Universidade Nova de
Lisboa, Portugal

Paula Chies Schommer,
Universidade do Estado de Santa
Catarina, Brasil

Pedro Bendassolli, Universidade
Federal Rio de Norte

Silvia Gherardi, Facoltà di
Sociologia, Università degli Studi
di Trento, Italia

Tânia Fischer, Universidade
Federal da Bahia – Brasil

sumário

9 Editorial

CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA

11 Políticas Públicas de Educação, Esporte e Saúde em Santa Catarina: Possibilidades Interdisciplinares

Carine Collet

Ricardo Teixeira Quinaud

Miraira Noal Monfroi

Alcyane Marinho

Juarez Vieira do Nascimento

31 Meta-Investigação sobre Acessibilidade para Pessoas com Deficiência

Marcelo de Santana Porte

Gabriel Moraes de Outeiro

Cleber Augusto Pereira

55 Espacialidades Sagrada e Profana em uma Instituição Religiosa Neopentecostal não Tradicional de uma Cidade no Interior de Minas Gerais

Isley Borges da Silva Junior

Alessandro Gomes Enoque

Luiz Alex Silva Saraiva

Lorrana Laila Silva de Almeida

CONTRIBUIÇÃO TECNOLÓGICA

81 Falta de Transparência da Fundação Renova nos Relatórios do Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social

Carolina Machado Saraiva

Michel Richter de Souza Oliveira Pereira

CONTRIBUIÇÃO FOTOGRÁFICA

105 Ensaio Fotográfico

Fabrcio Nascimento da Cruz

editorial

A Revista Interdisciplinar de Gestão Social (RIGS) apresenta aos seus leitores nesta edição um conjunto de contribuições que abordam temas sobre interdisciplinaridade na política pública, barreiras à acessibilidade, limites entre o sagrado e o profano em uma instituição religiosa. O conjunto destes trabalhos coloca o desafio de pensar o desenvolvimento e a gestão social no contexto de organizações públicas e privadas, particularmente quando se trata de questões e temas relacionados com aspectos e dimensões consideradas como estruturantes da vida coletiva. As contribuições teóricas, tecnológicas e visuais a seguir apresentadas estimulam o exercício da crítica e ao desenvolvimento de ações que possam, de fato, avançar na construção de relações e formações sociais inclusivas e democráticas.

O texto de Carine Collet, Ricardo Teixeira Quinaud, Miráira Noal Monfroi, Alcyane Marinho e Juarez Vieira do Nascimento, intitulado **“Políticas públicas de educação, esporte e saúde em Santa Catarina: possibilidades interdisciplinares”**, analisa os desafios da construção da interdisciplinar no âmbito das políticas públicas de educação, esporte e saúde do estado de Santa Catarina. Através de uma rica análise documental, o texto indica que as possibilidades de interdisciplinaridade são inúmeras, sendo em alguns casos já realizados – com o registro inclusive do que se qualifica como multidisciplinaridade –, porém destaca a necessidade de reforço de ações de planejamento de caráter intersetorial de modo a potencializar a ação interdisciplinar.

Marcelo de Santana Porte, Gabriel Moraes de Outeiro e Cleber Augusto Pereira em **“Meta-investigação sobre acessibilidade para pessoas com deficiência”**, trazem uma rica avaliação do que vem sendo publicado sobre acessibilidade em periódicos nacionais nas duas últimas décadas e destaca o peso das barreiras e limitações em termo de acesso na literatura analisada. Os autores destacam o fato de que apesar do peso das barreiras e limitações em termos de acesso, apesar do Brasil possuir uma legislação que garante o direito à acessibilidade, é um indicador de que o país precisa avançar na implementação da lei de acessibilidade na prática.

O texto de Isley Borges da Silva Junior, Alessandro Gomes Enoque, Luiz Alex Silva Saraiva e Lorrana Laila Silva de Almeida. **“Espacialidades sagrada e profana em uma instituição religiosa neopentecostal não tradicional de uma cidade no interior de Minas Gerais”**, discute as representações dos espaços sagrado e profano no âmbito de uma igreja neopentecostal não tradicional em uma cidade no interior de Minas Gerais. Na experiência investigada observa-se uma certa fluidez entre interior e exterior do templo religioso, além da constituição de um espaço que, em certa medida, se distancia de tradições, com um caráter prático e informal.

Carolina Machado Saraiva e Michel Richter de Souza Oliveira Pereira trazem-nos uma contribuição tecnológica, em **“Falta de transparência da Fundação Renova nos relatórios do Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social”**, de

extrema importância. De forma paciente ela analisa os relatórios produzidos e publicados pela Fundação Renova (FR) em seu *site*, que têm como obrigação de informar a população sobre seus programas, ações e projetos desenvolvidos com base no Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC), no Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov) e nos direitos humanos. Desse modo, o rompimento da barragem de Fundão em Mariana, considerado como o maior desastre ambiental do país, não é um evento do passado, uma vez que ele continua espalhando problemas nos territórios atingidos. Desde 2015, com a queda da barragem, os atingidos vêm lutando com a então Samarco e agora FR para terem seus direitos reconhecidos. O exame dos relatórios demonstra falta de transparência nas informações, dificultando o acompanhamento e controle social por parte da sociedade e pelos atingidos, ou seja, um dos princípios básicos da relação, que é a transparência, é sistematicamente descumprido pela FR.

E, finalmente, nesta edição, trazemos o “**Ensaio fotográfico**” de Fabricio Nascimento da Cruz que retrata com sensibilidade a arte e a sabedoria do artesão que, segundo o referido fotógrafo, encontra beleza onde muitos percebem tão somente utilidade.

Políticas Públicas de Educação, Esporte e Saúde em Santa Catarina: Possibilidades Interdisciplinares

Carine Collet, Ricardo Teixeira Quinaud, Miraíra Noal Monfroi, Alcyane Marinho e Juarez Vieira do Nascimento

Resumo

Este trabalho teve por objetivo analisar as possibilidades interdisciplinares das políticas públicas do Estado de Santa Catarina, relacionadas à educação, ao esporte e à saúde. Para tanto foi realizado um estudo de caráter qualitativo, de natureza documental, buscando-se analisar os conteúdos dos planos estaduais que envolvem essas três áreas acerca das intencionalidades interdisciplinares, bem como quantificar os projetos específicos de cada Secretaria Estadual. Nos documentos analisados, foi possível destacar a importância social dos projetos e programas oferecidos, contudo, eles não apresentam como os projetos foram operacionalizados, nem como esses poderiam melhorar a prática pedagógica e a intervenção nos diferentes espaços de atendimento à população. Evidencia-se que governo e sociedade possuem o poder de transformar a realidade e fazer com que projetos e programas venham a funcionar de forma eficiente e significativa.

Palavras-chave

Políticas públicas; saúde; esportes; educação.

Abstract

This study aimed to analyze the public policies of the state of Santa Catarina related to education, sport and health and their interdisciplinary possibilities. To do so, a qualitative and quantitative study was carried out, seeking to analyze the contents of the state plans that involve these three areas regarding interdisciplinary intentionalities, as well as to quantify the specific projects of each State Secretary. Based on a document analysis, it was possible to highlight the social importance of the projects and programs offered; however, they do not show how they are operationalized, nor how they could improve the pedagogical practice and the intervention in the different spaces of service to the population. It is evident that government and society have the power to transform reality and make projects and programs work efficiently and significantly.

Keyword

Public policy; health; sports; education.

INTRODUÇÃO

Os setores da educação, do esporte e da saúde representam algumas das necessidades básicas e dos direitos fundamentais da população, compreendendo importantes ações que deveriam ser atendidas pela esfera pública. Neste sentido, as políticas públicas se caracterizam pelos direcionamentos específicos que buscam atender aos direitos da população, compondo um conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa atender determinada demanda, em diversas áreas (Guareschi *et al.*, 2004).

Quando realizadas isoladamente, ações podem atender a uma necessidade específica, porém, ao se pensar em maior abrangência, é imprescindível que haja uma interação entre os diferentes setores. Tal interação, também qualificada como trabalho intersetorial com características de interdisciplinaridade, compreende possibilidades de ações que visam o desenvolvimento integral do ser humano. A interdisciplinaridade corresponde à colaboração entre as disciplinas, neste caso, que compõem setores, conduzem a interações, com enriquecimento mútuo (Alvarenga *et al.*, 2011).

Neste sentido, é relevante destacar que as políticas públicas no Brasil, organizada sob moldes federativos, com autonomia política e ideológica entre as unidades da federação, por vezes, acabam definindo uma direção ideológica na esfera nacional e outras nas esferas estadual e municipal (Amaral, 2004). Ainda cabe considerar que a concretização das intencionalidades do serviço público está descrita nos Planos Estaduais, os quais correspondem às ações que devem transcender à gestão política vigente. Além disso, os projetos específicos e as ações de governo representam a consolidação das intencionalidades, por meio do atendimento direto à população. Salienta-se que este atendimento acaba sendo dificultado, na maioria das vezes, pelos recursos destinados ao setor público ficarem por conta da iniciativa da união e, do seu total, uma parcela reduzida é distribuída entre os estados (de acordo com suas respectivas arrecadações) e outra menor é repassada às gestões municipais para aplicação onde, efetivamente, vive a população (Thomaz, 2014).

No estado de Santa Catarina, muitos setores do serviço público declaram a intenção de desenvolver suas ações interdisciplinarmente, de acordo com documentos estudados, analisados no decorrer deste artigo. No entanto, esta intencionalidade é apresentada indiretamente ou sem clareza. Nesta perspectiva, ao se pensar a interdisciplinaridade, especificamente, no que diz respeito à educação, ao esporte e à saúde, existe a possibilidade mais efetiva de desenvolvimento conjunto, tendo em vista que correspondem a ferramentas importantes para o desenvolvimento humano. A partir do exposto, algumas perguntas inquietantes nortearam o desenvolvimento desta pesquisa: os projetos de políticas públicas que envolvem esporte, saúde e educação podem ser considerados uma possibilidade de desenvolvimento integrado dessas três esferas em Santa Catarina? Em quais projetos essa interdisciplinaridade se apresenta? Como esses projetos estão propostos? Com a intenção de responder a esses questionamentos, a pesquisa teve como objetivo geral analisar as possibilidades interdisciplinares das políticas públicas do Estado de Santa Catarina, relacionadas à educação, ao esporte e à saúde.

METODOLOGIA

O presente estudo se caracteriza, pela sua natureza, como uma pesquisa qualitativa (Sparks; Smith, 2014), uma vez que analisa os conteúdos dos planos estaduais de educação, esporte e saúde no que diz respeito às suas intencionalidades de natureza interdisciplinar. Além disso, também pode ser caracterizado como uma pesquisa documental por se tratar de informações provenientes de documentos e *websites* utilizados como veículos de comunicação que tem o potencial de informar e estruturar a tomada de decisões das pessoas envolvidas (Coffey, 2014). Por meio da análise documental, foi possível obter informações relevantes sobre as políticas públicas do governo do estado de Santa Catarina.

A coleta dos dados foi realizada a partir da busca às páginas eletrônicas oficiais da Secretaria de Estado da Saúde (SES), Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL), Secretaria de Estado da Educação (SED), bem como no espaço das ações de governo presentes na página do Governo do Estado de Santa Catarina. Os dados foram coletados no período de agosto a setembro de 2014. O recorte temporal dos projetos foi dos anos de 2011 a 2014, tendo em vista a proximidade das eleições para o cargo de governador quando esta pesquisa foi realizada. Assim, buscou-se produzir uma reflexão sobre as políticas desenvolvidas do mandato de 2011-2014, bem como um registro histórico das suas possíveis ações interdisciplinares. O Quadro 1 apresenta uma síntese dos ambientes virtuais, documentos e projetos analisados.

Quadro 1 – Ambientes virtuais e documentos analisados sobre as políticas públicas do Governo do Estado de Santa Catarina

Ambientes virtuais	Documentos	Projetos
Secretaria de Estado da Educação	Plano Estadual de Educação	Para a educação
Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte	Plano Estadual da Cultura, do Turismo e do Desporto	Para o esporte
Secretaria de Estado da Saúde	Plano Estadual de Saúde	Para a saúde
Governo do Estado	Ações de governo	Para educação, esporte e saúde

Fonte: produzida pelo autor (2017).

Após coletados, os dados foram agrupados a fim de quantificar os projetos encontrados de cada setor, porém, houve dificuldade em estabelecer números precisos em virtude da divergência de informações encontradas nas diferentes fontes de consulta, pois algumas se repetem, outras se apresentam com diferentes nomes e outras aparecem em somente uma das listas, configurando-se, portanto, como a principal limitação do estudo. Em contrapartida, o registro trazido por esta pesquisa possibilita o acesso a informações, muitas vezes, perdidas entre um governo e outro. As análises específicas de cada documento ou projeto foram possíveis a partir das informações disponíveis nas páginas oficiais da internet, embora nem todas tenham apresentado dados suficientes acerca de cada ação específica. Foram analisados os aspectos específicos relacionados à educação, ao esporte e à saúde, bem como à presença da interação entre esses aspectos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A apresentação dos dados do presente estudo foi realizada tematicamente, tendo em vista a importância de especificar o que estava sendo desenvolvido ou divulgado acerca de cada setor – educação, saúde e esporte. Por não haver uma área multidisciplinar específica no âmbito do estado de Santa Catarina, os dados foram apresentados de acordo com o que foi encontrado sobre cada tema e em cada secretaria específica, porém, buscando nos textos as intencionalidades interdisciplinares.

Os dados acerca das políticas públicas de educação, esporte e lazer foram encontrados em diferentes ambientes virtuais. Os documentos relacionados às esferas de interesse foram encontrados nos *sites* oficiais de cada secretaria, sendo analisados os planos de governo para cada área específica. Os planos de governo da saúde e da educação citavam as ações que pretendiam realizar nos anos subsequentes a sua publicação em 2014, visando atender aos anseios da população na busca por uma melhor qualidade de vida. O plano estadual de esporte ainda se encontrava em momento de discussão e elaboração (Santa Catarina, 2017), estando disponível somente um documento preliminar sobre o assunto.

Na página geral do Governo do Estado de Santa Catarina existia um espaço denominado “Ações de Governo”, com um *link* para as informações acerca de Agricultura e Pesca, Cultura, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Social, Transportes e Estradas, Segurança Pública, além das ações envolvendo Educação, Esporte e Saúde. Nesse espaço, havia uma síntese das ações públicas realizadas pelo governo do estado abrangendo cada uma das necessidades básicas da população. A listagem contida nesse espaço se diferenciava das ações de políticas públicas disponíveis nos *sites* específicos de cada secretaria de estado, dificultando a visualização precisa e a identificação específica dos projetos existentes.

Tabela 1 – Programas e projetos de educação, esporte e saúde no estado de Santa Catarina

Setores	Programas e Projetos
Educação	15
Educação + esporte	2
Educação + saúde	4
Educação + saúde + esporte	3
Esporte	11
Esporte + educação	2
Saúde	3 + 1*
Saúde + educação	2

Fonte: produzida pelo autor (2017).

*Presença de um projeto interdisciplinar: atendimento domiciliar.

Foram encontradas divergências acerca dos projetos, tanto no que diz respeito à quantidade proposta em cada secretaria, quanto aos títulos de alguns projetos que, embora diferentes, apresentavam conteúdos similares. É importante destacar que os projetos descritos na íntegra não foram encontrados na internet, somente uma breve descrição de cada um, e outros poucos com *sites* específicos de divulgação. O maior número de projetos foi identificado no setor da educação (24), inclusive, com ações voltadas ao esporte e à saúde. Foram encontrados poucos projetos do governo do estado relacionados à saúde (6), pois, verificou-se maior direcionamento ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS), com ações mais abrangentes em cada projeto.

As ações de políticas públicas estaduais são regidas pelos planos estaduais em cada setor específico, os quais apresentam metas e intenções baseadas nas necessidades da população, estes também deveriam transcender à gestão partidária de cada período eleitoral, tornando-se um guia para o poder público do estado. No caso específico do estado de Santa Catarina, no período estudado, o Plano Estadual de Educação (PEE-SC) abordava a importância do desenvolvimento integral do indivíduo por meio da interação entre as diferentes áreas do conhecimento, enquanto o Plano Estadual de Esporte ainda se encontra em discussão, sendo mais voltado para a realização de competições esportivas. Por sua vez, o Plano Estadual de Saúde visa à ampliação e o melhoramento do SUS.

Em relação ao Projeto Atendimento Domiciliar Interdisciplinar, destacado na Tabela 1, trata-se de uma ação do Hospital Regional de São José (HRSJ-SC), em que os profissionais da saúde atendem os pacientes em sua própria residência (Santa Catarina, 2013). Apesar de estarem disponíveis poucas informações acerca do projeto, é citada uma equipe multidisciplinar – vários profissionais atuando separadamente –, mas não aponta de que maneira esse trabalho é realizado interdisciplinarmente – atuação em conjunto e com profundidade. Vale ressaltar que a atuação multidisciplinar na saúde é realizada em países como Estados Unidos (Harris *et al.*, 2011), Alemanha (Vollmar *et al.*, 2014) e Coreia do Sul (Moon, 2015), há uma tendência desta perspectiva.

Frente a este cenário, consideramos importante salientar o que Cristaldo (2020) aponta, a partir de uma revisão de literatura sobre a estratégia de desenvolvimento da administração política. Os autores estudados por Cristaldo (2020, p. 122) defendem que “[...] o Brasil precisa de um Projeto de Nação a longo prazo que supere a temporalidade do ciclo político, ao redor do qual deveriam se comprometer os diversos atores sociais, grupos, classes e frações, independentemente de suas diferenças de interesse curtuprazistas.” Com esta reflexão passamos a mostrar os dados percebendo que ainda, infelizmente, estamos longe deste formato de administração pública.

EDUCAÇÃO

A educação constitui de uma das ferramentas básicas para o desenvolvimento do ser humano, pois o conhecimento traz retornos pessoais e sociais, inclusive, proporcionando ascensão social, com melhores condições de vida (Saraiva; Nunes, 2011). O poder público

tem o dever constitucional (Brasil, 1988) de oferecer à população condições adequadas para o desenvolvimento da educação, as quais são estabelecidas por meio dos planos de governo e concretizadas por meio dos programas e projetos de educação.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017), a educação brasileira ao longo dos anos está melhorando gradativamente, com menores percentuais de analfabetismo e maiores anos de escolaridade. Todavia, se analisados os testes comparativos de educação com outros países, o Brasil ainda se encontra em colocações muito inferiores (OECD, 2016), além de apresentar, de acordo com os próprios estudantes, muitos limites e condições precárias de infraestrutura, higiene e conforto (Leão; Dayrell; Reais, 2011).

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (PEE-SC)

Em relação ao estado de Santa Catarina, o PEE destacava a importância da construção dos consensos necessários à sustentabilidade do sistema e à promoção das mudanças, visando à qualidade da educação e à valorização de seus profissionais em todo o território catarinense. O documento propunha uma consolidação do Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina, transcendendo a gestão governamental e proporcionando mudanças nas políticas educacionais, gerando avanços no processo educacional e na melhoria da qualidade de vida da sociedade catarinense.

O documento disponível publicamente, no período da coleta de dados, consistia em uma versão preliminar do PEE para o período de 2015 a 2024, o qual retratava um diagnóstico inicial a partir do perfil demográfico e socioeconômico de Santa Catarina, sendo o mesmo aprovado de acordo com a Lei nº 16.794, de 14 de dezembro de 2015. Na sequência, eram citados os níveis e as etapas da educação catarinense, estando relacionadas à educação básica e suas modalidades, à educação em tempo integral, acerca dos profissionais da educação, do índice de desenvolvimento da educação básica, da educação superior, bem como da gestão e do financiamento da educação. A legislação também foi apresentada como base para a construção da educação no estado. Por fim, o documento apresentava uma lista de metas e as respectivas estratégias para alcançá-las.

O destaque da melhoria da qualidade da educação tinha, como uma das consequências, a transformação em uma sociedade com menos desigualdades, por meio da democratização do acesso, da formação de cidadãos críticos e da valorização dos profissionais envolvidos com o ambiente educacional (Santa Catarina, 2014a). O documento cita as ações ideais para o desenvolvimento das populações, procurando demonstrar a importância da educação para o desenvolvimento de cada cidadão e, conseqüentemente, do seu entorno; embora isso nem sempre seja observado na realidade, visto que são encontradas, facilmente, escolas sem infraestrutura adequada (Leão; Dayrell; Reais, 2011).

O documento citava Santa Catarina como um estado de destaque no cenário nacional, no que se refere ao atendimento às necessidades básicas da população – educação, saúde, saneamento básico, emprego, moradia. Mesmo sabendo que as condições de necessidade básicas

dos indivíduos variam de acordo com os diferentes lugares e períodos históricos, ainda contavam com dificuldade em fornecer condições consideradas adequadas para atender à demanda populacional (Pereira, 2006), apesar de servirem como ponto de partida para planejamento, execução e avaliação das ações de políticas públicas do estado.

A intencionalidade do desenvolvimento da educação ampla e contextualizada fica clara quando foram citadas ações de colaboração com diferentes setores, como, por exemplo, definição de metas junto à união e aos municípios. Esse pensamento interdisciplinar considera o ser humano na sua integralidade, com diferentes necessidades para o bem viver. Embora, ainda utópico, na maioria das realidades encontradas no nosso país, a educação é considerada uma ferramenta que abre portas para o mundo, pois segundo Wilson (2011), os índices de desenvolvimento humano afirmam que a educação é fundamental para criar um mundo melhor para todos.

PROGRAMAS E PROJETOS DE EDUCAÇÃO

A partir das concepções, metas e estratégias estabelecidas no PEE, foram desenvolvidos programas e projetos que visam operacionalização desses conteúdos. Muitos dos projetos estavam citados no *site* do Governo do Estado de Santa Catarina no espaço denominado “Ações de Governo”, além de serem encontrados também no *site* específico da SED. Cada uma dessas ações contém sua descrição e seu *site* específico para maiores informações, os quais estão relacionados com acessibilidade a deficientes, ampliação do horário de atendimento escolar, entre outros.

Foram identificadas 24 ações/projetos de políticas públicas para o desenvolvimento da educação, sendo 15 projetos voltados somente à educação ou envolvendo temas diversos, como comunicação, política e ciência. Apesar de o estado de Santa Catarina ser referência na educação, não foram encontrados dados informando sobre a efetividade dos projetos, suas implementações e resultados.

Ainda com base no PEE, as ações educativas relacionadas ao setor da saúde apareciam quando se falava sobre educação especial, citando os centros de atendimento e as associações. Além disso, a saúde aparecia como estratégia para o alcance de metas, articulação das áreas da educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral de crianças até três anos de idade. Outra estratégia que citava a educação foi a intenção de fortalecer o acesso e a permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de assistência social, saúde e proteção à infância (Santa Catarina, 2014a).

As demais estratégias remetiam à educação como uma das ações importantes à população, sendo citadas em conjunto com órgãos de saúde, assistência social e cidadania, específicas a cada meta estipulada. Uma das estratégias também citava o estímulo à criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas visando fornecer o apoio aos professores da educação básica para o trato com estudantes com deficiência e outras necessidades. Por fim, o documento citava uma estratégia específica

acerca da necessidade de articulação de órgãos responsáveis pela saúde e pela educação para o atendimento de estudantes da rede escolar para ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

Observou-se que, neste documento, havia uma constante citação e demonstração da importância de aliar a educação com diferentes esferas da sociedade, inclusive, citando a saúde em várias de suas estratégias para a melhoria da qualidade de vida da população. Para tanto, os projetos encontrados que buscavam aliar a educação com a saúde foram quatro, sendo que alguns deles envolviam a necessidade de educação para a manutenção da saúde e a prevenção de doenças.

Tratando-se do esporte, este também era citado como um dos setores a se aliar à educação, a partir de um programa do governo federal que tem como objetivo oportunizar ao adolescente e ao jovem a ampliação do tempo escolar, integrando à sua formação, atividades de aprendizagem voltadas à cultura, à arte, ao esporte, ao empreendedorismo, à sustentabilidade e à tecnologia, com conteúdos curriculares organizados a partir de um planejamento interdisciplinar (Santa Catarina, 2014a).

Além disso, o esporte aparecia como uma das ações importantes no que se refere ao ensino médio, além de ser citada como uma das áreas com intenção de melhoria da qualidade educacional. Na concepção ideal de escola, o esporte deve ser tratado como conteúdo de uma disciplina comprometida com o processo educativo, compreendendo suas diversas formas de manifestações (Santos; Nista-Piccolo, 2011).

Foram dois projetos que alinhavam educação e esporte, sendo um deles relacionado a ações de iniciação esportiva na escola e outro relacionado ao estágio supervisionado. Em relação à possibilidade de desenvolvimento conjunto do trinômio educação, saúde e esporte foi identificada em três projetos, sendo citados como um conjunto de atividades a serem desenvolvidas em determinado momento. Em contrapartida, a referenciação desses elementos não garante a intenção de trabalho interdisciplinar, tendo em vista que não são abordados de forma entrelaçada ou interligada. Assim, ao citar diferentes esferas, o documento apresenta uma intenção multidisciplinar, a qual, segundo Alvarenga e demais autores (2011), corresponde à solução de problemas a partir da colaboração mútua de duas ou mais ciências, sem interações propriamente ditas.

A contribuição abrangente de diferentes setores, bem como a construção conjunta de ações sociais podem trazer maiores benefícios para toda a população e para o desenvolvimento das diferentes regiões. O que corrobora as ideias de Thiesen (2008) sobre as abordagens interdisciplinares poderem se constituir em instrumentos de conscientização e transformação do mundo, por impulsionar transformações no pensar e no agir humano em diferentes sentidos. A interdisciplinaridade é um movimento importante de articulação entre o ensinar e o aprender, retomando a ideia da interatividade e interdependência das coisas, demonstrando a complexidade do contexto da realidade (Thiesen, 2008).

ESPORTE

O esporte representa um fenômeno cada vez mais envolvente e promissor nos diferentes contextos sociais, tendo em vista a riqueza de vivências, envolvimento e emoções que proporciona (Shilling; Mellor, 2014), além de estar inserido nas ações do Estado por meio da gestão pública, acentuando sua visibilidade em toda a comunidade em função da atuação que assume em inúmeros segmentos (Bastos, 2011; Houlihan, 2005). Além disso, cada vez mais a população procura o esporte em suas diferentes manifestações seja como praticante nos momentos de lazer, atleta em competições, espectador, entre outras. As metas estabelecidas pelo âmbito público devem atender a essas diversas intencionalidades, tendo como base o diálogo. Contudo, na prática, nem sempre é a condição adequada a que se observa (Barra; Silva; Vitorino, 2016). Resultado é a descredibilidade, por parte da população, com as estruturas políticas, fazendo com que ela não se interesse por seus assuntos (Bastos, 2011).

PLANO ESTADUAL DE CULTURA, TURISMO E DESPORTO (PDIL)

Como uma das ferramentas de planejamento, organização e promoção das ações gerenciais do governo, foi elaborado o Plano Estadual de Cultura, Turismo e Desporto (PDIL), definido por meio da Lei nº 13.792, de 18 de julho de 2006, e regulamentada pelo Decreto nº 2.080, de 3 de fevereiro de 2009, o qual apresenta subprogramas específicos relacionados à Integração do Lazer, Desenvolvimento da Cultura, Desenvolvimento dos Esportes e Desenvolvimento do Turismo (Santa Catarina, 2009). As diretrizes do plano referiam-se à integração entre turismo, cultura e esporte e destes com as áreas sociais e da educação, entre outras, iniciando uma intenção de trabalho interdisciplinar que pudesse unir as diferentes esferas. Quando se trata especificamente do esporte, o documento cita a utilização de espaços públicos, de espaços para competição e participação, inclusive, cita a prática de atividades físicas visando melhoria da qualidade de vida e preservação da saúde.

No Programa de Desenvolvimento dos Esportes, o documento apoia a formação profissional, incentivo à prática com populações especiais, incentivo à competição, à participação, ao esporte escolar, entre outros. Assim, ao referenciar tais aspectos, o documento considera o esporte nas suas diferentes manifestações, em uma concepção abrangente e amplamente acessível, numa configuração de trabalho interdisciplinar.

Em contrapartida, os programas e projetos encontrados para concretizar as metas descritas no plano não atendem às mesmas expectativas. Os programas e projetos de esporte estavam mais voltados às questões competitivas em diferentes populações do que com a realização de ações de desenvolvimento ampliado do esporte. Apesar de destacar a importância da competição, este não deve se restringir à performance, pois, segundo Goellner (2005), o esporte tem uma dimensão ampla e multifacetada, e como qual, não pode ser visto somente com uma abordagem de esporte de rendimento.

Ao verificar as políticas de financiamento ao esporte, no cenário brasileiro, pode-se dizer que o incentivo está sendo mais viabilizado; entretanto, nota-se o direcionamento destes

recursos ao esporte de alto rendimento, em algumas cidades e organizações (Matias, *et al.*, 2015). No estado de Santa Catarina a situação das políticas não parece ser diferente da nacional, sendo os recursos financeiros direcionados às propostas de maior retorno financeiro ao estado, deixando de priorizar manifestações esportivas como o caso do esporte educacional (Furtado; Furtado, 2014).

No site da SOL são citados o Plano Estadual de Cultura e o Plano Estadual de Turismo. Nenhuma nota se refere a existência de um Plano Estadual de Esporte. Ao ser realizada uma pesquisa em *sites* de busca na internet, foi encontrado um *link* que mencionava o início de debates para a elaboração de um Plano Estadual de Esporte e Lazer. Nenhuma notícia complementar foi encontrada na internet acerca do assunto. Nesse sentido, parece não haver, ou não estar disponibilizado ao público em geral, um documento específico com as diretrizes para planejamento, execução e avaliação do esporte em Santa Catarina, tendo em vista que as informações ainda são divergentes e, por vezes, ausentes.

A elaboração de documentos de planejamento é de suma importância para a definição de políticas públicas estruturadas (McCree, 2009). A existência e a divulgação destes documentos contribuem na prevenção da unilateralidade das tomadas de decisões e auxiliam no controle do poder público para atividades de interesse particular (Houlihan, 2005; Sam; Jackson, 2004), uma vez que fatores econômicos e políticos podem interferir na tomada de decisão da distribuição de recursos financeiros (Sam, 2012).

PROGRAMAS E PROJETOS DE ESPORTE

O setor esportivo do governo do estado, responsável pela elaboração do documento, é a SOL. O esporte é organizado e controlado pela Fundação Catarinense de Esporte (Fesporte), órgão vinculado à secretaria. O enfoque dado ao esporte no estado está ligado às competições esportivas, com suas diferentes populações, em que alguns citam a importância da socialização por meio das competições. No *site* da Fesporte, são destacadas somente notícias acerca dos eventos esportivos do estado.

Na área do esporte também foram encontradas divergências quanto à quantidade e às características dos projetos nas diferentes páginas virtuais, porém, foram identificados 11 projetos relacionados especificamente ao esporte e mais 2 que citavam a educação aliada ao esporte. Porém, essa interação não se dá por meio da educação através do esporte, e, sim, colocando o esporte competitivo no ambiente escolar, nas suas configurações formais. O esporte predominantemente competitivo na escola limita as suas possibilidades como ferramenta de educação, pois, de acordo com Santos e Nista-Piccolo (2011), no esporte competitivo há uma predominância das atividades exclusivas aos mais hábeis.

No *site* geral do governo, no *link* “Ações de Governo” estavam apresentadas algumas especificações acerca das ações relacionadas ao esporte, em sua maioria, competitivo. Um projeto que não se refere à competição específica é o Programa Pintando a Liberdade, que se trata de uma busca pela ressocialização de detentos por meio da fabricação de materiais esportivos. É importante refletir sobre as condições de trabalho a que estes detentos são

submetidos, bem como sobre a necessidade, segundo Lima e Santos (2008), de o trabalho poder se estender para além do período prisional, visto a dificuldade destes ex-detentos se inserirem no mercado de trabalho.

Os projetos de esporte que se relacionam com a educação são o Festival Dança Catarina e os Jogos Escolares de Santa Catarina. No Festival Dança Catarina, além das competições, eram oferecidos cursos de capacitação aos professores, configurando-se como uma intenção específica de união com a educação. O projeto dos Jogos Escolares de Santa Catarina apresentava um propósito declarado de desenvolvimento do esporte educacional, porém, a sua realização tem enfoque na competição. Os demais eventos não citaram a intenção de desenvolvimento integrado com a educação ou a saúde.

Os eventos esportivos competitivos foram citados como ações de governo para o desenvolvimento do esporte no estado, assim como observado no estudo de Bueno (2008), que aborda a existência de um sentido histórico e de um padrão de políticas públicas esportivas no Brasil estarem voltadas ao alto rendimento, com uma contribuição desproporcional de recursos públicos – 80% alto rendimento, 10% educacional e 10% participativo. Tais constatações vão ao encontro das indicações da literatura científica da área, que cita o esporte com significados centrais de esporte profissional, esporte para o lazer e esporte educacional (PAES, 2002), devendo haver maior equilíbrio na atenção por parte das secretarias. A partir dessas ideias centrais, é possível ampliar as mais diversas manifestações do esporte, envolvendo o alargamento do acesso e a maior participação de todos.

SAÚDE

Citadas como uma das necessidades básicas da população, a saúde é direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 1988). Ações conjuntas com outros setores e com a sociedade deveriam proporcionar o amplo acesso à manutenção da saúde e da qualidade no atendimento para o tratamento de doenças e o reestabelecimento da saúde, mas, principalmente, da prevenção levando a maior qualidade de vida da população (Silva; Pelicioni, 2013). Tais ações e estratégias estavam descritas nos documentos que guiam as ações de governo, concretizadas por meio dos programas e projetos voltados à saúde.

PLANO ESTADUAL DE SAÚDE

No caso do Plano Estadual de Saúde do estado de Santa Catarina, diz respeito às concepções, metas e estratégias para o desenvolvimento da saúde no período de 2012-2015 (Santa Catarina, 2011a). De maneira geral, o documento abordava o SUS como prioridade da maioria das ações relacionadas à saúde no estado, em que todas as esferas, profissionais e esforços devam estar voltados à melhoria e ao desenvolvimento deste setor.

A finalidade central do Plano Estadual de Saúde foi de atribuir, aos gestores do SUS, o obrigatório papel de realizar o processo de planejamento em saúde e implementação

da política de saúde no âmbito do governo estadual. As prioridades e o levantamento de problemas mais urgentes foram citados como assuntos debatidos em oficinas com as lideranças do estado, para, na sequência, definir os objetivos e diretrizes para cada um dos conjuntos de problemas. Tais objetivos foram a base para a construção do programa anual de saúde catarinense. O plano citava temas relacionados aos investimentos nos diferentes setores específicos da saúde, assistência a fármacos, realização de conferências e seminários, entre outros.

O plano destacava a educação como um condicionante importante para a saúde, tendo em vista que o documento cita que são encontrados melhores níveis de saúde em camadas de populações com níveis de instrução mais satisfatórios (Santa Catarina, 2011a). Citava a Escola de Saúde Pública de Santa Catarina com finalidade de realização de pesquisas, cursos de pós-graduação *lato sensu* e cursos de capacitação de gestão do SUS, atenção e educação na saúde, controle social e humanização. A Escola de Formação em Saúde (Efos) com finalidade ofertar cursos técnicos, durante o ensino médio, em saúde.

Por fim, o plano estadual de saúde refere-se à necessidade de fortalecimento do conceito de educação para a saúde, com articulação das diversas áreas do conhecimento, estabelecendo objetivos gerais, diretrizes e objetivos específicos para cada eixo citado no plano. Vilela e Mendes (2003), corroborando a importância da interdisciplinaridade no setor da saúde, discutem que a integração entre as disciplinas levará à formação de profissionais mais comprometidos com a realidade de saúde e com a sua transformação.

Especula-se a importância da educação atribuída pela área da saúde, uma vez que as populações com maiores graus de escolaridade têm maiores possibilidades de acesso ao conhecimento e, conseqüentemente, da promoção da saúde e prevenção de doenças. Além disso, de acordo com Langdon (2014), a implantação de programas de saúde para populações específicas e o financiamento a pesquisas antropológicas têm contribuído para a realização dos princípios constitucionais de acesso universal à saúde, ao controle social de doenças e à humanização no atendimento. Nesta perspectiva, nota-se que, quando a população é percebida e ouvida, pode existir a oportunidade de refletir e oferecer um atendimento voltado as suas necessidades, e, portanto, significativo e eficiente.

Os programas e projetos de saúde correspondem à intencionalidade de concretização das metas estabelecidas pelo Plano Estadual de Saúde. Nesse sentido, a busca pela interdisciplinaridade também é apresentada como importante atitude dos diferentes setores da sociedade, para juntos construir a melhor forma de desenvolver ações visando saúde da população.

PROGRAMAS E PROJETOS SAÚDE

Mesmo com essa perspectiva trazida, no *site* geral do governo do estado de Santa Catarina, no *link* ações governamentais eram listadas apenas quatro ações relacionadas exclusivamente à saúde, abrangendo o Atendimento Domiciliar, Rede Cegonha, Transplantes e Telemedicina. No *site* específico da SES não existia uma listagem específica de projetos

para o desenvolvimento da saúde no estado, havia vários *links* acerca de diferentes assuntos relacionados à saúde, tornando difícil a identificação precisa de cada um dos projetos.

O principal destaque da SES estava no atendimento do SUS, que apresentava distintas ações com objetivos voltados para a melhoria da saúde pública no estado. O Regimento Interno da SES do estado apresenta a missão e as competências da secretaria, dentre elas, a medicina preventiva, a administração hospitalar, a vigilância sanitária, além de objetivos de desenvolvimento de pesquisas e formulação de políticas públicas de saúde (Santa Catarina, 2011b).

O Regimento Interno apresentava a divisão da secretaria em gerências, as quais tinham responsabilidades específicas em cada setor da saúde. A grande maioria das ações apresentadas estavam relacionadas com a saúde em diferentes populações, locais e faixas etárias. Os projetos que buscavam relacionar a educação com a saúde eram alocados na Diretoria de Educação Permanente em Saúde, com espaços de pesquisa para o desenvolvimento e a distribuição de medicamentos, para a qualificação profissional, para o planejamento e a avaliação de projetos em saúde, entre outros.

A relação educação e saúde foi observada em diversas diretorias na secretaria, principalmente aquelas relacionadas à Atenção Básica e à Educação Permanente em Saúde, por meio da Escola de Saúde Pública e da Escola de Nível Médio. Ambas apresentaram a importância de capacitação dos profissionais da saúde, desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, necessidade de avaliação contínua do andamento das ações, implantação e investimento em novas ações, entre outras competências específicas relacionadas à educação e à saúde. Ou seja, as diretorias e superintendências da secretaria tinham a função de planejar, implementar, avaliar e divulgar as ações de saúde pública, inclusive, naquelas que envolvessem a educação e a saúde. O documento ainda citava como finalidade da secretaria “coordenar as ações programáticas de assistência em saúde, dentre elas, a educação em saúde, saúde do idoso, saúde bucal, saúde da criança e adolescente, saúde da mulher” (Santa Catarina, 2011b. p.2).

A Gerência de Coordenação da Atenção Básica tinha como um dos objetivos viabilizar processos de educação continuada, visando o aperfeiçoamento profissional dos técnicos integrantes da gerência, além de participar na elaboração de materiais educativos relacionados aos setores da saúde (Santa Catarina, 2011a). Além disso, a Diretoria de Educação Permanente deveria, entre outras atribuições, criar estratégias para que a Política de Educação Permanente viabilizasse a realização de atividades que promovessem a educação para a gestão do trabalho em saúde, realizando estudos, propondo critérios, indicadores e fornecendo apoio para o estabelecimento das políticas de gestão do trabalho e de educação na saúde e no acompanhamento de seus resultados.

A Gerência da Escola de Saúde Pública, subordinada diretamente à Diretoria de Educação Permanente em Saúde, tinha como finalidade desenvolver as ações de saúde do estado de Santa Catarina, por meio de estratégias de qualificação profissional, da lógica da educação permanente, incentivava convênios, estudos, discussões e capacitações aos profissionais do SUS, entre outras finalidades. À Gerência da Escola de Nível

Médio cabia responder, junto à Secretaria de Estado da Educação, pelas ações na área de formação de nível médio, considerando o Plano Político Pedagógico e os Princípios da Política Estadual de Saúde, atuando de forma integrada com outras instituições públicas e privadas, das áreas de educação e da saúde, colaborando e participando de estudos e desenvolvimento de projetos, na busca da melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados à população. Além disso, deveria realizar a capacitação de ingresso dos profissionais recém-admitidos no quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Saúde, como etapa inicial do processo de educação permanente.

As ações de saúde do estado de Santa Catarina eram realizadas com a intenção de trabalho conjunto entre os diferentes setores da sociedade. Um estudo realizado com profissionais da saúde destacou a importância de uma rede interdisciplinar e de trabalho em conjunto, transpondo os serviços específicos de saúde e ampliando olhares para projetos sociais e de inclusão (Nunes *et al.*, 2020). A partir disso, a busca pela qualidade no atendimento pelo poder público deveria ser constante, tendo em vista que a população tem o direito de receber um serviço rápido e efetivo. Assim, as políticas públicas de educação, esporte e saúde representam o compromisso do poder público com o atendimento de qualidade à sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos documentos disponíveis *on-line* acerca das políticas públicas de educação, esporte e saúde no estado de Santa Catarina, pode-se chegar a algumas considerações. As possibilidades de interdisciplinaridade são inúmeras, sendo em alguns casos já realizados. Entretanto, parece haver a falta de planejamento e de ações organizadas conjuntamente entre as secretarias/setores do poder estadual.

Os documentos ou informações disponíveis nas páginas eletrônicas do Governo do Estado de Santa Catarina, bem como da SED, SOL e SES estavam voltadas para a divulgação das ações do governo e não de Estado, prejudicando a continuidade de ações implementadas, além de não disponibilizar o projeto na íntegra. O fato de somente estar disponível uma introdução (apresentação) do programa/projeto transmite ao leitor apenas uma ideia geral do que está sendo desenvolvido no estado, limitando a adequada compreensão, participação e análise profunda dos seus conteúdos por parte da população.

As informações encontradas acerca das políticas públicas de educação, esporte e saúde destacam a importância social dos projetos, mas não trazem as ações concretas, como eles funcionam na prática, nem dados da real necessidade de suas implementações. Além disso, eram citadas propostas de trabalhos interdisciplinares, porém, sem demonstrar claramente uma operacionalização. Na maioria dos casos, identificou-se uma tendência de intenções multidisciplinares ao invés de interdisciplinares, o que poderia melhorar ainda mais a intervenção junto à população. Em relação a este último, citar como exemplo um projeto que acontecesse nos centros de saúde, em que diferentes profissionais atuariam em conjunto e integrados, de modo que houvesse o compartilhamento de experiências e conhecimentos a fim de melhor atender a população.

Os documentos analisados apresentaram uma tendência em citar dados históricos para justificar as ações do futuro, sem, muitas vezes, analisar o que tem acontecido cotidianamente, como, por exemplo, demora no atendimento, precariedade de instalações ou recursos humanos, entre outras situações. Além disso, apesar de os documentos apresentarem ótimas propostas, eles não demonstram claramente como isso deve ser operacionalizado, e como esses projetos poderiam melhorar ativamente a prática pedagógica e a intervenção nos diferentes espaços de atendimento à população. Em conjunto, governo e sociedade têm o poder de transformar a realidade, buscando sempre o melhor desenvolvimento e evolução de todos os setores públicos de atendimento à população. No entanto, nem sempre, ambos estão em sintonia.

É recomendada a criação de cargos técnicos para que uma comissão de interdisciplinaridade seja efetivada, independentemente das configurações políticas que são criadas ao longo de diferentes mandatos, para que este assunto seja mais amplamente debatido, desenvolvido e implementado com foco no desenvolvimento de políticas de estado. Por vezes, ao se estar vinculado diretamente a uma pasta do governo ou cargos nomeados, diferentes agentes externos podem influenciar as tomadas de decisões.

O presente estudo apresenta limitações teóricas e metodológicas. A não adoção de um modelo conceitual para análise dos dados nos permite maior flexibilidade em nossas discussões, entretanto, pode dificultar a compreensão por não apresentar conceitos prévios acerca do assunto e dificultar a comparação com outros contextos. Além disso, não foram adotadas outras fontes de informação como, por exemplo, notícias em jornais impressos ou televisivos, bem como a solicitação de documentos físicos. Sugere-se que futuros estudos analisem uma maior fonte de informações e que entrevistas com gestores sejam realizadas para obtenção de informações mais profundas que, muitas vezes, não são traduzidas em documentos.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, A. T. *et al.* Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR., A.; SILVA NETO, A. (org.). *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação*. Barueri: Manole, 2011.

AMARAL, S. C. F. Políticas Públicas. In: GOMES, C. L. (org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 181-184.

BARRA, A. O.; SILVA, S. A. P.S.; VITORINO, M. R. Public sports policy: a formative experience for sports administrators based on the logical framework approach. *Journal of Physical Education and Sport*, Pitesti, v. 16, n. 3, p. 841-849, 2016.

BASTOS, F. C. Apontamentos sobre a participação da sociedade no desenvolvimento de políticas de esporte no Brasil. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*, [s.l.], v.1, n. 1, p. 44-59, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição*: República Federativa do Brasil. Brasília/DF: Senado Federal, 1988.

BUENO, L. *Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento*. 2008. 314 f. Tese (Doutorado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

CARNEIRO, J. A. *et al.* Educação Física na Saúde Pública: Primeiros Resultados de uma Pesquisa Ação. In: Congresso Goiano de Ciências do Esporte Ciência & Compromisso Social: Implicações na/da Educação Física e Ciências do Esporte, 7., 2011. Anápolis. Anais... [s.l.]: Unievangélica, 2011. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/7congoce/VII/paper/download/3855/1262>. Acesso em: 05 nov. 2014.

COFFEY, A. Analysing Documents. In: FLICK, U. *The SAGE Handbook of Qualitative Data Analysis*. SAGE: London, 2014. p. 367-379.

CRISTALDO, R. C. Apontamentos para uma Crítica da Administração Política como Estratégia para o Desenvolvimento. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, Bahia, v. 9, n. 3, set./dez. 2020.

FURTADO, S.; FURTADO, I. W. O financiamento público do esporte em Santa Catarina: o FUNDESORTE e a destinação de seus recursos. *FIEP BULLETIN*, [s.l.], v. 84, n. Special Edition, p. 1-7, 2014.

GOELLNER, S. V. Locais da memória: histórias do esporte moderno. *Arquivos em Movimento*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 79-86, 2005.

GUARESCHI, N. *et al.* Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In: STREY, M. N.; AZAMBUJA, M. P. R.; JAEGER, F. P. Violência, gênero e Políticas Públicas. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

HARRIS, J. K. *et al.* Mapping the Multidisciplinary Field of Public Health Services and Systems Research. *American Journal of Preventive Medicine*, Philadelphia, v. 41, n. 1, p. 105-111, 2011.

HOULIHAN, B. Public sector sport policy: developing framework for analysis. *International Review of Sociol Sport*, London, v. 40, n. 2, p. 163-185, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Brasil em Síntese*: educação, 2017. Disponível em: <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao>. Acesso em: 21 fev 2017.

LANGDON, E. J. Os diálogos da antropologia com a saúde: contribuições para as políticas públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1019-1029, 2014.

LEÃO, G.; DAYREL, J. T.; REIS, J. B. Jovens olhares sobre a escola do ensino médio. *Caderno Centro de Estudos Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 84, p. 253-273, 2011.

LIMA, A. P. S.; SANTOS, M.F. S. A propósito da prisão e do trabalho penitenciário. *Teoria Política e Social*, [s.l.], v.1, n. 1, p. 15-29, 2008.

MATIAS, V. B. *et al.* A Lei de Incentivo Fiscal e o (não) Direito ao Esporte no Brasil. *Movimento*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 95-110, 2015.

MCCREE, R. Sport policy and the new public management in the Caribbean: convergence or resurgence? *Public Management Review*, London, v. 11, n. 4, p. 461-476, 2009.

MOON, S. B. Early results of pediatric appendicitis after adoption of diagnosis-related group-based payment system in South Korea. *Journal of Multidisciplinary Healthcare*, [s.l.], v. 8, n. 1, p. 503-509, 2015

NUNES, C. K.; SILVA, A. B.; KANTORSKI, L. P.; COIMBRA, V. C. C.; OLSCHOWSKY, A. Cuidado intersetorial em saúde mental na infância e adolescência: para além da instituição saúde. *Revista de pesquisa: cuidado é fundamental*, [s.l.], v. 12, p. 233-238, 2020.

Organization for Economic Co-operation and Development (OECD). *Pisa 2015 results: excellence and equity in education*. OECD Publishing: Paris, 2016. Disponível em: http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/education/pisa-2015-results-volume-i_9789264266490-en#.WKya5TsrLIU#page1. Acesso em: 21 fev. 2017.

OLIVEIRA, V. M. *O que é Educação Física*. São Paulo: Brasiliense. 11. ed. 1994.

PAES, R. R. A pedagogia do esporte e os jogos coletivos. In: ROSE JR. *Esporte e atividade física na infância e adolescência*. São Paulo: Artmed, 2002. p. 89-98.

PEREIRA, C. P. Comunidade e escola: reflexões sobre uma integração necessária. *Ser Social*, Brasília, v. 18, n. 1, p. 229-252, 2006.

SAM, M.; JACKSON, S. Sport Policy Development in New Zealand: Paradoxes of an Integrative Paradigm. *International Review for the Sociology of Sport*, London, v. 39, n. 2, p. 205-222, 2004.

SAM, M. Targeted investments in elite sport funding: wiser, more innovative and strategic? *Management Leisure*, [s.l.], v. 17, n.2, p. 207-220, 2012.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte. *Debate para elaborar o Plano Estadual do Esporte e Lazer*. Florianópolis, SC: Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, 2017. Disponível em: <http://sol.sc.gov.br/index.php/component/content/article?id=2129:debate-para-elaborar-plano-estadual-do-esporte-e-lazer&catid=1:noticias-em-destaque>. Acesso: 9 jul. 2017.

SANTA CATARINA. *Lei nº 13.792, de 18 de julho de 2006*. Estabelece políticas, diretrizes e programas para a cultura, o turismo e o desporto no Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências. Florianópolis, SC: [s.n.], 2006.

SANTA CATARINA. *Lei nº 16.794 de 14 de dezembro de 2015*. Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2015-2014 e estabelece outras providências. Florianópolis, SC: [s.n.], 2015.

SANTA CATARINA. *Plano Estadual de Educação 2015-2024: Versão Preliminar*. Florianópolis, SC: Secretaria de Estado da Educação, 2014a.

SANTA CATARINA. *Notícias*. Florianópolis, SC: Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, 2014b.

SANTA CATARINA. *Portaria Nº 963, de 27 de maio de 2013*: Redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Florianópolis, SC: Secretaria do Estado de Florianópolis, 2013.

SANTA CATARINA. *Regimento Interno*. Florianópolis, SC: Secretaria do Estado de Florianópolis, 2011b.

SANTA CATARINA. *Plano Estadual de Saúde 2012-2015*. Florianópolis, SC: Secretaria do Estado de Florianópolis, 2011a.

SANTA CATARINA. *Decreto Nº 2.080, de 3 de fevereiro de 2009*. Regulamenta a Lei nº 13.792, de 18 de julho de 2006, que dispõe sobre o Plano Estadual da Cultura, do Turismo e do Desporto do Estado de Santa Catarina - PDIL, define diretrizes e critérios relativos aos programas e subprogramas que prevê e estabelece outras providências. Florianópolis, SC: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2009.

SANTOS, S. G. *Métodos e técnicas de pesquisa quantitativa aplicada à Educação Física*. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2011.

SARAIVA, L. A.S.; NUNES, A. D. A efetividade de programas sociais de acesso à educação superior: o caso do ProUni. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 941-964, 2011.

SILVA, E.C.; PELICIONI, M. C. F. Participação social e promoção da saúde: estudo de caso na região de Paranapiacaba e Parque Andreense. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 563-572, 2013.

SHILLING, C.; MELLOR, P. Re-Conceptualizing Sport as a Sacred Phenomenon. *Sociology of Sport Journal*, [s.l.], v. 31, n. 1, p. 349-376, 2014.

SPARKES, A.; SMITH, B. *Qualitative research methods on Sports, Exercise and Health*. London and New York: Routledge editora, 2014.

THIESEN, J. S. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 545-598, 2008.

THOMAZ, F. O. Política Esportiva. In: GONZÁLEZ, F. J.; FENSTERSEIFER, P. E. (org.). *Dicionário crítico de Educação Física*. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014. p.510-513.

VILELA, E. M.; MENDES, I. J. M. Interdisciplinaridade e Saúde: Estudo Bibliográfico. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 11, n. 4, p. 525-531, 2003.

VOLLMAR, H. C. *et al.* Health care for people with dementia in 2030 – Results of a multidisciplinary scenario process. *Health Policy*, [s.l.], v. 114, n. 1, p. 254-262, 2014.

WILSON, S. E. A educação abre as portas para um mundo melhor. *Educação*, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 241-251, 2011.

Meta-Investigação sobre Acessibilidade para Pessoas com Deficiência

Marcelo de Santana Porte, Gabriel Moraes de Outeiro e Cleber Augusto Pereira

Resumo

Objetivou-se caracterizar a produção científica sobre “acessibilidade”, em especial às pessoas com deficiência, à luz da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Realizou-se uma meta-investigação apoiada nos procedimentos metodológicos de análise de conteúdo e análise léxica e de *keywords* aplicados à avaliação dos objetivos de 142 publicações indexadas na Web of Science (WoS) desde 2002. Aplicou-se técnicas baseadas em estatísticas textuais e análise fatorial de correspondência. Os resultados foram apresentados em representações visuais baseadas em análises de similitude com nuvem de palavras, e elucidam o que é publicado na temática da área, pela elaboração de classes temáticas. Emergiram quatro classes temáticas na literatura: atendimento na área da saúde às pessoas com deficiência física; pessoas com deficiência visual no âmbito da educação; barreiras atitudinais no ensino superior em deficiências diversas; barreiras de comunicações e tecnológicas sofridas pelos portadores de deficiência auditiva e visual nas bibliotecas das universidades.

Palavras-chave

Acessibilidade; pessoas com deficiência; meta-investigação; saúde; educação.

Abstract The objective was to characterize the scientific production on “accessibility”, especially to people with disabilities, in the light of the Brazilian Law for Inclusion of People with Disabilities (Law 13.146/2015). A meta-investigation was carried out based on the methodological procedures of content analysis and lexical analysis and keywords applied to the evaluation of the objectives of 142 publications indexed in the Web of Science (WoS) since 2002. Techniques based on textual statistics and correspondence factor analysis was applied. The results were presented in visual representations based on similitude analysis with word cloud, and elucidate what is published in the area’s theme, through the elaboration of thematic classes. Four thematic classes have emerged in the literature: health care for people with physical disabilities; visually impaired people in the field of education; attitudinal barriers in higher education in various disabilities; communication and technological barriers suffered by the hearing and visually impaired in university libraries.

Keyword Accessibility; disabled persons; meta- investigation; health. education.

INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, a inclusão social das pessoas com deficiência tem permitido reflexões sobre a acessibilidade, que atualmente abrange aspectos relacionados ao acesso à informação e à comunicação, a adaptações aplicadas a edificações e equipamentos para que todo cidadão possa usufruir de uma vida digna.

Esta conscientização tem ensejado a elaboração de políticas voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência e a produção de pesquisas com esta temática. Há pesquisas internacionais sobre acessibilidade, como trabalhos sobre inclusão digital na Austrália (Goggin; Hollier; Hawkins, 2017) e Reino Unido (Lewthwaite; James, 2020), sobre sistemas automatizados de controle de fronteiras para pessoas com deficiência nos aeroportos europeus (Oostveen; Hawkins, 2017), participação política e representação das pessoas com deficiência na Europa (Priestley *et al.*, 2016), e acessibilidade a empregos por meio de transporte público no Canadá (Grisé, *et al.*, 2019).

Em âmbito nacional, destacam-se a análise sobre variáveis associadas à dificuldade no acesso de idosos com deficiência aos serviços de saúde (Amaral *et al.*, 2012); a discussão sobre o impacto da Tecnologia Assistiva (TA) na educação e a inclusão de pessoas com deficiência visual (Bruno; Nascimento, 2019); e o exame da orientação espacial dos alunos com deficiência visual em escola de educação especial (Abate; Kowaltowski, 2017). Existem estudos bibliométricos nacionais dos últimos cinco anos sobre o tema, mas que se

concentraram no campo da ciência da informação (Vianna; Pinto, 2017), ou da educação em geral (Oliveira; Mill, 2016) mas restritos a apenas duas revistas, no período de 1997 a 2014 (Ferreira, 2017). Neste sentido, nota-se a existência de uma carência de análises com a amplitude proposta neste trabalho.

O objetivo principal do presente estudo é realizar a caracterização produção científica sobre *acessibilidade*, em especial às pessoas com deficiência, à luz da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Para isso, será realizada uma meta-investigação que, no presente estudo, é sinônimo do termo “metapesquisa” como utilizado por Mainardes (2018). O autor explicou que a metapesquisa “busca analisar, especialmente, os fundamentos teóricos das pesquisas e o significado destes no desenvolvimento teórico do campo do qual as pesquisas fazem parte” (Mainardes, 2018, p. 306).

Foi utilizada uma abordagem qualitativa, baseada em análise estatística aplicada ao *corpus* textual, aplicada aos objetivos coletados de 142 publicações, com enfoque na temática de “acessibilidade”, com foco para pessoas com deficiência, indexadas na base de dados Web of Science (WoS). Este procedimento usou como base o processo metodológico realizado por Porte, Saur-Amaral e Pinho (2018). Ainda na mesma seção poderá ser visto que para concretizar o objetivo do estudo, foi realizada uma análise de conteúdo paralela à análise léxica e de *keywords*, seguindo a vertente de Marchand e Ratinaud (2012). Ademais, serão apresentados os resultados por meio de estatísticas textuais, da classificação hierárquica descendente utilizando o método de Reinert associado à Análise Fatorial de Correspondência (AFC), e das análises de similitude com nuvem de palavras, análogos aos estudos de Machado, Chaise e Elliot (2016) e Pereira, Oliveira e Reis (2020).

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Segundo Guerreiro (2012), a pauta de acessibilidade com foco nas pessoas com deficiência entrou na agenda pública há pouco tempo, em especial com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, que dispõe em seu primeiro artigo que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direito (Organização das Nações Unidas, 1948), estabelecendo um marco para a internacionalização dos direitos humanos e reconhecimento da dignidade humana.

O princípio da dignidade foi sendo paulatinamente inserido nas constituições elaboradas após a DUDH (Organização das Nações Unidas, 1948), o que contribuiu para que pessoas com deficiência obtivessem reconhecimento de sua condição (Pereira; Bizelli; Leite 2015). Ainda na esfera internacional, a ONU aprovou a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, em 1975 (Organização das Nações Unidas, 1975), e adotou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em 2006 (Organização das Nações Unidas, 2006).

De forma transversal, outros documentos internacionais trataram das pessoas com deficiência, como a Convenção sobre os Direitos da Criança, da ONU, de 1989, que em

seu artigo 23 dispõe que os Estados reconhecem que a criança com deficiência física ou mental deverá desfrutar de uma vida plena e decente, em condições que garantam sua dignidade, com direito a receber cuidados especiais, que deve ser gratuita sempre que possível (Organização das Nações Unidas, 1989). Já em 1994, foi elaborada a Declaração de Salamanca na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, que proclama que as pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso à escola regular, que deverá integrá-las numa pedagogia centrada na pessoa, capaz de atender a essas necessidades (Organização das Nações Unidas, 1994).

Em relação ao sistema regional de proteção dos direitos humanos, a Organização dos Estados Americanos (OEA) adotou a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, em 1999, na qual, em seu artigo 3º, os Estados se comprometem a tomar medidas de caráter legislativo, social, educacional, trabalhista, ou de outra natureza, que sejam necessárias para eliminar a discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e proporcionar a sua plena integração à sociedade (Organização das Nações Unidas, 1999).

A Constituição Federal (CF) de 1988, influenciada pelas mudanças legais e sociais que ocorriam ao redor do globo e no âmbito nacional sobre a temática, com o objetivo de garantir os direitos fundamentais das pessoas, trouxe alguns dispositivos direcionados à proteção das pessoas com deficiência (Brasil, 1988).

O artigo 7º, inciso XXXI, da CF proíbe qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência (Brasil, 1988). O artigo 23, inciso II da Lei Maior estabelece a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência (Brasil, 1988). Há também previsão constitucional (Brasil, 1988) para que a lei reserve um percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência (art. 37, VIII, CF).

Outros dispositivos asseguram a proteção da pessoa com deficiência por meio da assistência social, que integra o sistema de Seguridade Social (art. 203, IV e V, CF); o atendimento educacional especializado (art. 208, III, CF); a integração social do adolescente e do jovem com deficiência (art. 227, §1º, II, CF); e a previsão de que a lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência (art. 227, §2º, CF) (Brasil, 1988).

A partir do sistema constitucional que prevê a garantia dos direitos da pessoa com deficiência, leis e atos normativos foram elaborados para assegurar eficácia ao que foi determinado pela Carta Magna. No Brasil, no que tange ao sistema educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal nº 9394/1996 (Brasil, 1996) dedicou um capítulo à educação especial e previu a matrícula das pessoas com deficiências na escola regular (Pereira; Bizelli; Leite, 2015). Por conseguinte, foi assegurada aos educandos com deficiência, a instituição de currículos, métodos, recursos educativos e organização

específicos, para atender às suas necessidades e professores com especialização para atendimento especializado.

Em relação ao ensino superior, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Portaria nº 13/2016, em seu artigo 1º, determinou que as Instituições Federais de Ensino Superior devem apresentar propostas sobre inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação, como Políticas de Ações Afirmativas (Brasil, 2016).

No entanto, em junho de 2020, a Portaria nº 545/2020 revogou a Portaria nº 13/2016, o que acaba afetando as instituições que ainda não haviam definido suas políticas de inclusão social (Brasil, 2020). Para as instituições de ensino que, dentro de sua autonomia definida constitucionalmente, no artigo 207 da CF, instituíram sua política de ações afirmativas, não deve haver prejuízo prático, apesar do retrocesso social com a revogação daquela portaria normativa. Posteriormente, ainda em junho de 2020, a Portaria nº 545/2020 foi tornada sem efeito pela Portaria nº 559/2020.

Na esfera do trabalho, o artigo 93, da Lei Federal nº 8.213/1991 (Brasil, 1991) estabelece cotas compulsórias na admissão e na demissão de pessoas com deficiências para empresas com mais de 100 empregados, que parte de 2% de reserva de vagas destinadas às pessoas com deficiência até 5%, para empresas com 1001 ou mais empregados (Pereira; Bizelli; Leite, 2015).

Estes sistemas de cotas são denominados pela doutrina como discriminação positiva, como forma de materializar a igualdade, ao tratar de forma distintas pessoas que estão em condições diferentes de concorrer no mercado de trabalho (Brito Filhot, 2016).

Mas foi com a Lei nº 10.098/2000 (Brasil, 2000), que foi instituída a primeira lei específica para a promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação (art. 1º, Lei n.º 10.098/2000).

A acessibilidade é definida pelo artigo 2º, inciso I, Lei nº 10.098/2000, como a possibilidade de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasi, 2000).

Já as barreiras que constituem qualquer entrave que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos são classificadas em urbanísticas (as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo); arquitetônicas (existentes nos edifícios públicos e privados); nos transportes (existentes nos sistemas e meios de transportes); e nas comunicações e na informação (entrave ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de

sistemas de comunicação e de tecnologia da informação) pelo artigo 2º, inciso II, Lei nº 10.098/2000 (Brasil, 2000).

Para regulamentar esta lei, foi editado o Decreto nº 5.296, que disciplinou o atendimento prioritário, os projetos arquitetônicos e urbanísticos acessíveis, acesso à comunicação e informação, e atribuiu à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) a responsabilidade de estabelecer normas técnicas de acessibilidade, que constam na ABNT 9050.

Por fim, em 2015, foi instituído o Estatuto da Pessoa com Deficiência, por meio da Lei nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015), que acrescentou mais duas espécies de barreiras, as atitudinais, que são atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas; e as tecnológicas, como aquelas que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias (art. 3º, IV, 'e' c/c 'f', Lei n.º 13.146/2015).

ESTUDOS SEMELHANTES SOBRE ACESSIBILIDADE

A ideia de inclusão não deixa de ser um processo de criar espaços nos quais diferentes pessoas, em situações distintas, possam se sentir confortáveis de participar (Medrado; Mello; Tonelli, 2019). Neste sentido, há uma responsabilidade da sociedade e do Estado de criar medidas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (Organização das Nações Unidas, 2006), que numa concepção ampla envolve conferir acesso físico para estruturas físicas e para serviços (Moscoso-Porras; Fuhs; Carbone, 2019).

Ocorre que a deficiência é um conceito em evolução (Organização das Nações Unidas, 2006), o que tem ensejado discussões até sobre a nomenclatura mais adequada para se referir a esta condição, que por vezes já chamada de “especial”, mas que sofreu críticas por não ser suficiente para permitir uma identificação pessoal e social precisa (Medrado; Mello; Tonelli, 2019).

Nesta linha de raciocínio, mesmo a expressão “deficiência” é vista com cuidado, pois não se deve lhe atribuir uma conotação negativa ou de inferioridade. A despeito disso, trata-se de palavra utilizada na doutrina e em documentos normativos, nacionais e internacionais, o que permite sua adoção neste estudo.

Segundo Pereira, Bizelli e Leite (2015), ao analisar políticas públicas de acessibilidade e inclusão para pessoas com deficiência no ensino superior, concluíram que a universidade está despreparada para lidar com a inclusão, apesar da existência de políticas específicas para essa finalidade, e que há distinções entre a forma como a esfera pública e a privada tratam o tema.

De acordo com Ciantelli e Leite (2016), 55 instituições de ensino superior no Brasil, até 2013, contavam com a presença de núcleos de acessibilidade ativos ou em fase de desenvolvimento, o que demonstra como a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior está cada vez mais presente.

Ainda assim, parte desta conquista se deve às políticas públicas, que se caracterizam como ações afirmativas, que devem garantir o acesso e a permanência de estudantes com deficiência no contexto universitário nacional (Ciantelli; Leite, 2016). Em outras palavras, o caminho para tornar a acessibilidade uma realidade passa pelo reconhecimento legal de direitos que, em seguida, deve gerar ações estatais concretas.

Para Guerreiro (2012) o direito constitucional à acessibilidade serve como ferramenta para a efetivação do direito social à educação, que se constitui em um processo que requer a mediação das instituições de ensino. Sua pesquisa constata que houve um aumento da legislação que trata das questões de acessibilidade para a pessoa com deficiência e para o crescimento dos estudos nos espaços educacionais. No entanto, Guerreiro (2012) destaca que não basta a adequação do espaço educacional para que a inclusão escolar ocorra, pois os recursos pedagógicos devem ser adequados e o corpo docente e gestor devem ser capacitados.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa baseada em análise estatística aplicada ao *corpus* textual dos objetivos coletados de 142 publicações, com enfoque na temática de “acessibilidade”, com foco para pessoas com deficiência, indexadas na base de dados WoS. Tal procedimento usa como base o processo metodológico realizado por Porte, Sauramaral e Pinho (2018), que realizaram uma pesquisa para evidenciar e extrair as temáticas em auditoria alicerçadas nos objetivos dos estudos.

Com o objetivo de caracterizar as pesquisas sobre acessibilidade no Brasil, foi utilizada a base de dados da WoS, sendo utilizado o filtro para selecionar apenas as publicações da SciELO Citation Index, que tivessem artigos indexados na referida base entre 2002 até 2019.

Posteriormente, todos os artigos científicos selecionados foram transferidos para o *software* EndNote e lidas as seções de introdução, metodologia e resultados, com vistas a caracterizá-los com os tipos de barreiras de acessibilidade – urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações, atitudinais e tecnológicas – e identificar as deficiências utilizadas como variáveis em suas pesquisas. Apesar da Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146/2015, empregar a nomenclatura “barreiras nas comunicações e informações”, o presente estudo utilizará apenas parte do seu nome, sendo definido a partir daqui como “barreiras nas comunicações”, não havendo perda para a sua categorização mediante a lei.

Os 142 objetivos de artigos científicos foram utilizados para a elaboração do *corpus* textual “acessibilidade”. O *corpus* textual foi processado com o auxílio do *software* IRaMuTeQ, gerando o total de 3.427 ocorrências de palavras no *corpus*. Destas, 1.072 foram palavras distintas, sendo 867 formas lematizadas e 521 *hapax*, as palavras que ocorreram uma única vez foram desconsideradas para este estudo. Foram identificados 143 segmentos de textos, os parágrafos, com 795 formas de palavras ativas e 69 formas suplementares. Durante a análise das classes temáticas, o *corpus* textual foi dividido em classes temáticas e apresentou uma retenção de 95,8% de todo o texto processado, o que é adequado para a análise realizada (Reinert, 1990).

Será apresentada nas próximas seções a análise léxica e de *keywords* aplicada aos objetivos dos 142 artigos da amostra. Este método foi alicerçado no estudo de Marchand e Ratinaud (2012), com o auxílio do *software* IRaMuTeQ. Esse sistema serviu como organizador do *corpus* textual e facilitador para o desenvolvimento das estatísticas textuais, da classificação hierárquica descendente pelo método de Reinert associada à Análise Fatorial de Correspondência (AFC), e das análises de similitude com nuvem de palavras.

De acordo com Chaib e Chaib Filho (2014, p. 1), a AFC é “um método para determinar os fatores principais existentes em um conjunto de dados, definindo quais indivíduos ou variáveis pertencem a quais fatores, e com qual intensidade de pertinência tais indivíduos ou variáveis ocorrem em um fator.” Estas análises permitiram selecionar, dentro de um grande volume de informações, uma quantidade reduzida de termos representativos que possibilitaram elucidar o que vem sendo publicado sobre acessibilidade, com foco em pessoas com deficiência, por meio da geração de classes temáticas com características distintas, análogo aos estudos de Machado, Chaise e Elliot (2016) e Pereira, Oliveira e Reis (2020).

ANÁLISE DOS RESULTADOS

RESULTADOS DA CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DESCENDENTE PELO MÉTODO DE REINERT

Após o processamento da classificação hierárquica descendente pelo método de Reinert, foi elaborado o dendrograma das classes (Figura 1). Obtiveram-se quatro classes temáticas distintas em dois agrupamentos, sendo o primeiro agrupamento formado pela Classe 4, a qual apresentou-se isolada das demais. O segundo agrupamento gerou dois vértices: o primeiro foi dividido e compôs as Classes 3 e 2, que são complementares entre si; o segundo vértice deu origem à Classe 1. O símbolo (f) corresponde à frequência ocorrida por cada termo ao longo de cada classe, e o símbolo (N) é a representação da soma de todas as frequências (f) de cada termo em cada classe.

No dendrograma das classes (Figura 1) os dados estão apresentados por ordem decrescente de frequência. Optou-se, na apresentação do dendrograma, evidenciar apenas as formas ativas que foram selecionadas para suas análises de similitude, por representarem mais fidedignamente suas características, eliminando assim as formas não significativas para a construção de suas classes.

Figura 1 – Dendrograma de classe



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Para a construção do dendrograma das classes (Figura 1) foi realizada a classificação hierárquica descendente associada à AFC aplicada pelo método de Reinert, referente aos objetivos dos estudos de acessibilidade. Baseando-se em seu conteúdo, as classes foram assim denominadas:

- a) Classe 1 – Atendimento na área da saúde às pessoas com deficiência física;
- b) Classe 2 – Pessoas com deficiência visual no âmbito da educação;
- c) Classe 3 – Barreiras atitudinais no ensino superior em deficiências diversas;
- d) Classe 4 – Barreiras de comunicações e tecnológicas sofridas pelos portadores de deficiência auditiva e visual nas bibliotecas das universidades.

Nas próximas seções são explicadas individualmente cada classe, por ordem de significância. Para isso utilizou-se os resultados de suas AFCs associados às análises de similitude com nuvem de palavras.

BARREIRAS ATITUDINAIS NO ENSINO SUPERIOR EM DEFICIÊNCIAS DIVERSAS (CLASSE 3)

A Classe 3 “Barreiras atitudinais no ensino superior em deficiências diversas” evidenciou na AFC as formas “ação”, “estudante”, “universidade”, “federal”, “educação” e “superior”, todas com *p-value* significativo ($< 0,0001$). As principais formas que definem o perfil da classe, conforme apresentado no dendrograma (Figura 1), em função de sua frequência (*f*) são: “deficiência”, a maior da classe, ocorreu em 21 Segmentos de Textos (ST) na classe; “educação” com 15 ST; e “superior” com 12 ST.

A análise de similitude da Classe 3, associada a sua nuvem de palavras, é apresentada na Figura 2, que delinea as principais conexões relacionadas aos termos basilares da classe pelo *corpus* textual, sendo exibido na forma de um grafo. Assim, é possível inferir as principais temáticas por meio da coocorrência entre as palavras.

Figura 2 – Análise de similitude da Classe 3



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Destacou-se nesta Classe 3 que os objetivos dos estudos analisados da amostra contém influência significativa nas “ações” de acessibilidade relacionadas às “políticas” e “programas” no âmbito “público”, que envolvem desde o “acesso” do “estudante” à “educação” “superior”, passando pelo seu processo de “matrícula” e culminando na “permanência” de pessoas com “deficiência” nas “universidades” “federais”.

Os resultados evidenciam que a barreira atitudinal é encontrada de forma expressiva nos estudos que envolvem o ensino superior nas universidades públicas. Foram evidenciadas a falta de atenção dos funcionários nos Restaurantes Universitários, a ajuda de colegas para realização de cópia do material apresentado pelos docentes, a responsabilidade do docente em sala de aula, dentre outras. Isso não exclui a importância dada aos demais estudos envolvendo principalmente:

- a) Barreiras urbanísticas – entre os prédios da instituição (Diniz; Almeida; Furtado, 2019);
- b) Barreiras arquitetônicas – subir e descer degraus (Oliveira, 2013), usar o elevador (Almeida; Ferreira, 2018), ter piso táteis e banheiros adaptados (Anache; Cavalcante, 2018);
- c) Barreiras nas comunicações – informações (Silva; Ferreira, 2017) e materiais (Gesser; Nuernberg, 2017) disponibilizados em braile;
- d) Barreiras tecnológicas – acessibilidade digital (Lazzarin; Sousa, 2015) e tecnologias assistivas (Vianna; Pinto, 2017).

Ademais, a presente classe não obteve destaque para um único tipo de deficiência, seguindo assim a tendência da maioria dos estudos encontrados na amostra, que relacionam mais de uma deficiência em seus indicadores, ou não especificam o tipo deficiência no seu processo de análise.

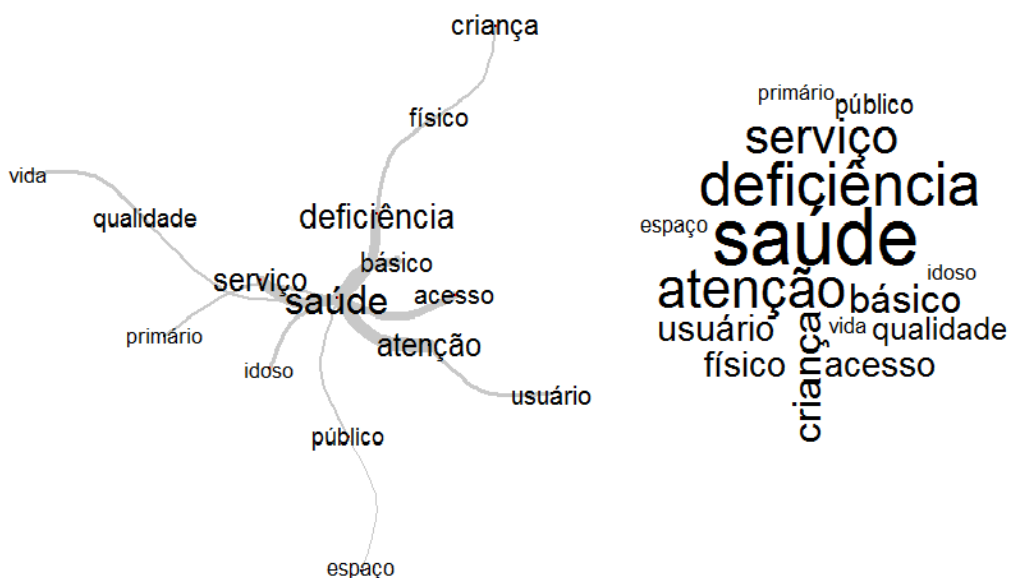
ATENDIMENTO NA ÁREA DA SAÚDE ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA (CLASSE 1)

A Classe 1 “Atendimento na área da saúde às pessoas com deficiência física” evidenciou na AFC as formas “saúde”, “serviço”, “atenção” e “criança”, todas com *p-value* significativo ($< 0,0001$). As principais formas que definem o perfil da classe, conforme apresentado no dendrograma (Figura 1), em função de sua frequência (f) são: “saúde”, a maior da classe, ocorreu em 14 ST; “deficiência” com 11 ST; e “serviço” com 9 ST.

A análise de similitude da Classe 1, associada a sua nuvem de palavras, é apresentada na Figura 3, que delinea as principais conexões mantendo a paridade em relação a Classe 3 “Barreiras atitudinais no ensino superior em deficiências diversas”. Ressaltou-se na Classe 1 a evidência significativa de estudos com foco em acessibilidade do “usuário”, especialmente “crianças” e “idosos” com “deficiência” “física”, ao “acesso” à “saúde”. Ademais, é dada importância ao “espaço” interno dos “serviços” “públicos” voltados à “atenção” “básica” e “primária” na “saúde”, além de variáveis que afetem a “qualidade” de “vida” dessas pessoas.

Diferentemente da Classe 3 “Barreiras atitudinais no ensino superior em deficiências diversas”, a presente classe não apresentou uma barreira única mais expressiva. Contudo, a deficiência física foi a mais relevante nos estudos de acessibilidade que estão relacionados ao âmbito da saúde.

Figura 3 – Análise de similitude da Classe 1



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

As principais barreiras relacionadas nesta Classe 1 foram:

- a) Barreiras arquitetônicas – na área da recepção nas Unidades de Saúde (Marques *et al.*, 2018), problemas de acessibilidade aos banheiros (Cavalcanti *et al.*, 2019);
- b) Barreiras nos transportes – a forma de transporte utilizada para se chegar ao serviço de saúde (Moscoso-Porras; Fuhs; Carbone, 2019);
- c) Barreiras nas Comunicações – em marcação de consultas (Amaral *et al.*, 2012);
- d) Barreiras atitudinais – prioridade no atendimento e interesse dos profissionais no atendimento (Nicolau; Schraiber; Ayres, 2013).

A próxima classe a ser analisada: Classe 4 “Barreiras de comunicações e tecnológicas sofridas pelos portadores de deficiência auditiva e visual nas bibliotecas das universidades” obteve um resultado percentual de retenção igual à Classe 1 aqui explicada (24,82%). Apesar de serem percentualmente próximas, a Classe 4 nasceu de uma ramificação distinta, tendendo a ser mais representativa por não ter associação indireta com os demais vértices do dendrograma de classes (Figura 1).

BARREIRAS NAS COMUNICAÇÕES E TECNOLÓGICAS SOFRIDAS PELOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL NAS BIBLIOTECAS DAS UNIVERSIDADES (CLASSE 4)

As principais formas que definem o perfil da Classe 4 “Barreiras de comunicações e tecnológicas sofridas pelos portadores de deficiência auditiva e visual nas bibliotecas das universidades”, conforme apresentado no dendrograma (Figura 1), ordenadas por frequência (f) são: “audiodescrição”, “educação” e “superior”, que obtiveram os maiores ST na classe, sendo 5 para cada uma. A análise de similitude da Classe 4, associada a sua nuvem de palavras, é apresentada na Figura 4, que delinea as principais conexões mantendo a paridade em relação a Classe 1 “Atendimento na área da saúde às pessoas com deficiência física” e a Classe 3 “Barreiras atitudinais no ensino superior em deficiências diversas”.

Evidenciou-se nesta classe as investigações sobre acessibilidade focadas nas “bibliotecas” “universitárias”, especialmente nas “deficiências” existentes para o usuário da “língua” brasileira de “sinais” (“libras”) nas “plataformas” utilizadas na “educação” “superior”, a fim de evidenciarem seus parâmetros de “inclusão” “tecnológica”. Além disso, há estudos focados em “desenho” “universal” e “projetos” de “audiodescrição” para aumentar o desenvolvimento dos estudantes universitários (ver Figura 4).

Figura 4 – Análise de similitude da Classe 4



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os estudos que abordam a temática de deficiência visual no âmbito das bibliotecas universitárias têm forte tendência para analisar, em suas variáveis, as barreiras nas comunicações e tecnológicas. Há uma convergência nos estudos a dar ênfase à acessibilidade e usabilidade dos *websites* das bibliotecas e base de dados, além de analisarem os tipos de *softwares* e

equipamentos que podem diminuir as dificuldades do portador de deficiência visual. Não devemos esquecer que além dessas barreiras, outras são comuns aos estudantes universitários, conforme evidenciadas na Classe 3.

Por fim, será apresentada a Classe 2 “Pessoas com deficiência visual no âmbito da educação” que obteve o percentual de 23,36% de retenção em relação ao total do *corpus* textual. Excepcionalmente, a próxima classe tem elevada similaridade com a Classe 3 “Barreiras atitudinais no ensino superior em deficiências diversas” por serem derivadas da mesma bifurcação que as gerou no Dendrograma de Classes (Figura 1), e por dar significância à educação aplicada às pessoas com deficiência visual.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO (CLASSE 2)

A Classe 2 “Pessoas com deficiência visual no âmbito da educação” evidenciou na AFC as formas “visual”, “inclusão” e “aluno”, todas com *p-value* significativo ($< 0,0001$). As principais formas que definem o perfil da classe, conforme apresentado no dendrograma (Figura 1), em função de sua frequência (*f*) são: “deficiência”, a maior da classe, ocorreu em 17 ST na classe; “visual” com 13 ST; e “inclusão” com 11 ST. A análise de similitude da Classe 2, associada a sua nuvem de palavras, é apresentada na Figura 5, que delinea as principais conexões mantendo a paridade em relação as classes apresentadas anteriormente.

Figura 5 – Análise de similitude da Classe 2



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Nesta classe realçou-se abordagem das pesquisas pertinentes as “barreiras” de acessibilidade, principalmente as relacionadas ao processo de “educação” “escolar”, sofridas pelos

“alunos” que possuem “deficiência” “visual” dentro do processo de “inclusão” para fomentar a sua “participação”, “aprendizagem” e “desenvolvimento” no “ensino”.

Diferentemente da Classe 4 “Barreiras de comunicações e tecnológicas sofridas pelos portadores de deficiência auditiva e visual nas bibliotecas das universidades”, que também aborda a temática da deficiência visual no âmbito do ensino superior, especificamente nas bibliotecas, a presente classe direciona seus estudos para o campo da educação não associados ao nível superior. Além disso, no lugar de ter foco em duas barreiras, essa classe não tem direcionamento para uma barreira específica. As principais barreiras relacionadas à Classe 2 foram:

- a) Barreiras arquitetônicas – acessibilidade física (Leite; Campos, 2018) no âmbito geral;
- b) Barreiras nas comunicações – uso da audiodescrição (Eich; Schulz; Pinheiro, 2017; Kersch; Marques, 2016);
- c) Barreiras Tecnológicas – tecnologia assistiva (Bruno; Nascimento, 2019) e aplicativo com acessibilidade digital (Leria *et al.*, 2018).

Assim, foram apresentadas as quatro classes temáticas que emergiram pela aplicação do método de Reinert aos 142 estudos da amostra.

ACESSIBILIDADE DISTRIBUÍDA PELAS ÁREAS DE CONHECIMENTO DA SAÚDE E EDUCAÇÃO

Mediante a análise dos objetivos de 142 estudos direcionados à acessibilidade, os dados mostram uma interdisciplinaridade do seu tema. Os resultados apresentam estudos associados a periódicos desde a área da administração, arquitetura, ciências da comunicação, ciência da informação, educação física, engenharia, letras até saúde e educação, sendo essas últimas áreas com maior concentração dos estudos encontrados na amostra. Vale ressaltar que a área da saúde contém uma diversidade de subáreas, podendo ser encontrados estudos sobre acessibilidade em periódicos de Audiologia, Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Geriatria, Gerontologia, Oftalmologia, Psicologia, Saúde Coletiva, Saúde Pública e Terapia Ocupacional.

Seguindo a tendência das principais áreas dos periódicos utilizados na amostra, foi possível evidenciar uma classe específica para a saúde, formada pela Classe 1 “Atendimento na área da saúde às pessoas com deficiência física” com estudos direcionados ao atendimento realizado pelos distintos postos de atendimento à saúde no território brasileiro. Os resultados apresentaram a existência de estudos sobre acessibilidade, com maior evidência à atenção básica e primária na saúde para adultos, além da saúde das crianças.

A área de educação obteve representatividade com a formação de três classes: Classe 2 “Pessoas com deficiência visual no âmbito da educação”; Classe 3 “Barreiras atitudinais no ensino superior em deficiências diversas”; e a Classe 4 “Barreiras de comunicações e tecnológicas sofridas pelos portadores de deficiência auditiva e visual nas bibliotecas das universidades”. Há uma tendência para a acessibilidade no âmbito da educação, em especial

para o nível superior público e os serviços oferecidos por suas bibliotecas. Emergiu nas classes supracitadas estudos direcionados com maior destaque para ações de políticas públicas, principalmente as ligadas aos projetos com ações afirmativas nas universidades, e para estudos abordando a inclusão dos alunos na escola e na universidade.

CONCLUSÃO

Neste artigo, houve destaque para elucidar o que vem sendo publicado sobre acessibilidade em periódicos nacionais, aproximadamente, nas duas últimas décadas. Apesar de o Brasil possuir uma legislação que garanta o direito à acessibilidade aos que precisam, principalmente às pessoas portadoras de alguma deficiência, os achados deste estudo demonstram o quão é importante dar seguimento à aplicação da lei na prática. Afinal, se a lei atendesse de forma plena a necessidade das pessoas que necessitam de acessibilidade, a literatura científica não estaria dando tanto espaço para as barreiras sofridas no dia a dia daqueles que mais precisam da aplicabilidade da lei.

Foi possível detectar quatro classes temáticas que emergiram como sendo proeminentes na literatura: Classe 1 – Atendimento na área da saúde às pessoas com deficiência física; Classe 2 – Pessoas com deficiência visual no âmbito da educação; Classe 3 – Barreiras atitudinais no ensino superior em deficiências diversas; Classe 4 – Barreiras de comunicações e tecnológicas sofridas pelos portadores de deficiência auditiva e visual nas bibliotecas das universidades.

As descobertas dessas classes comprovam a atenção especial que deve ser direcionada às pessoas com deficiência que procuram o atendimento público de saúde e a inclusão e acessibilidade de estudantes nas escolas e universidades brasileiras.

Um fator limitante é que a SciELO Citation Index contém artigos indexados na WoS desde 2002. Dessa forma, não foram analisadas todas as demais publicações que estão na SciELO Citation Index, em relação as pesquisas de periódicos brasileiros. Esse limitador fornece uma abertura para uma ampliação ao desenvolvimento do estado da arte na presente temática, principalmente ao considerar a inserção de outras bases de dados que contenham periódicos brasileiros.

Pode-se perceber o foco direcionado aos estudos relacionados aos serviços oferecidos no segmento público, por tais motivos, sugere-se que sejam realizados estudos comparativos, do mesmo segmento, entre entidades públicas e privadas e, por que não, realizar comparações dos serviços públicos brasileiros com de outros países como os Estados Unidos e países da Europa.

REFERÊNCIAS

ABATE, T. P.; KOWALTOWSKI, D. C. C. K. Avaliação de pisos táteis como elemento de wayfinding em escola de ensino especial para crianças com deficiência visual. *Ambiente Construído*, [s.l.], v. 17, n. 2, p. 53-71, 2017.

ALMEIDA, J. G. A.; FERREIRA, E. L. Sentidos da inclusão de alunos com deficiência na educação superior: olhares a partir da Universidade Federal de Juiz de Fora. *Psicologia Escolar e Educacional*, [s.l.], v. 22, n. spe, p. 67-75, 2018.

AMARAL, F. L. J. S.; MOTTA, M. H. A.; SILVA, L. P. G.; ALVES, S. B. Fatores associados com a dificuldade no acesso de idosos com deficiência aos serviços de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, [s.l.], v. 17, n. 11, p. 2991-3001, 2012.

ANACHE, A. A.; CAVALCANTE, L. D. Análise das condições de permanência do estudante com deficiência na Educação Superior. *Psicologia Escolar e Educacional*, [s.l.], v. 22, n. spe, p. 115-125, 2018.

BAHIA, M. S.; SCHOMMER, P. C. Inserção profissional de pessoas com deficiência nas empresas: responsabilidades, práticas e caminhos. *Organizações & Sociedade*, [s.l.], v. 17, n. 54, p. 439-461, 2010.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 jul. 2020.

_____. *Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004*. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 16 jul. 2020.

_____. *Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991*. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213compilado.htm. Acesso em: 16 jul. 2020.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 16 jul. 2020.

_____. *Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 16 jul. 2020.

_____. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 16 jul. 2020.

_____. Ministério da Educação. *Portaria normativa nº 13, de 11 de maio de 2016*. Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520493/do1-2016-05-12-portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473. Acesso em: 16 jul. 2020.

_____. Ministério da Educação. *Portaria normativa nº 545, de 16 de junho de 2020*. Revoga a Portaria Normativa MEC nº 13, de 11 de maio de 2016. Brasília, 2020. Disponível

em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-545-2020-06-18.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.

_____. Ministério da Educação. *Portaria normativa n. 559, de 22 de junho de 2020: Torna sem efeito a Portaria nº 545, de 16 de junho de 2020*. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-559-de-22-de-junho-de-2020-262970520>. Acesso em: 16 jul. 2020.

BRITO FILHO, J. C. M. *Ações afirmativas*. 4. ed. São Paulo: LTr, 2016.

BRUNO, M. M. G.; NASCIMENTO, R. A. L. Política de acessibilidade: o que dizem as pessoas com deficiência visual. *Educação & Realidade*, [s.l.], v. 44, n. 1, p. 1-15, 2019.

CAMARGO, E. P.; NARDI, R. O emprego de linguagens acessíveis para alunos com deficiência visual em aulas de Óptica. *Revista Brasileira de Educação Especial*, [s.l.], v. 14, n. 3, p. 405-426, 2008.

CAMARGO, E. P.; NARDI, R.; VERASZTO, E. V. A comunicação como barreira à inclusão de alunos com deficiência visual em aulas de óptica. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, [s.l.], v. 30, n. 3, p. 3401-3413, 2008.

CASTRO, S. F.; ALMEIDA, M. A. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. *Revista Brasileira de Educação Especial*, [s.l.], v. 20, n. 2, p. 179-194, 2014.

CAVALCANTI, P. B.; ELY, V. H. M. B.; JEREMIAS, D. M.; SCHNEIDER, J. P.; SILVA, M. V.; BORTOLUZZI, T. V. C. Avaliação pós-ocupação de unidades de emergência hospitalares de Florianópolis: problemas recorrentes e possíveis soluções. *Ambiente Construído*, [s.l.], v. 19, n. 2, p. 171-186, 2019.

CIANTELLI, A. P. C.; LEITE, L. P. Ações exercidas pelos núcleos de acessibilidade nas universidades federais brasileiras. *Revista Brasileira de Educação Especial*, [s.l.], v. 22, n. 3, p. 413-428, 2016.

CIANTELLI, A. P. C.; LEITE, L. P.; NUERNBERG, A. H. Atuação do psicólogo nos “núcleos de acessibilidade” das universidades federais brasileiras. *Psicologia Escolar e Educacional*, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 303-311, 2017.

CHAIB, F.; CHAIB FILHO, H. Aplicação da Análise Fatorial de Correspondências na Avaliação da Influência do Gesto na Performance Musical em Percussão[4]. *Proceeding Series of the Brazilian Society of Applied and Computational Mathematics*, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 1-7, 2015.

DINIZ, I. C. S.; ALMEIDA, A. M.; FURTADO, C. C. University libraries: the role of an accessible campus on the inclusion of users with special needs. *Transformação*, [s.l.], v. 31, p. 1-12, 2019.

EICH, M. S.; SCHULZ, L. O.; PINHEIRO, L. S. Audiodescrição como recurso de acessibilidade no livro didático de língua inglesa. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, [s.l.], v. 56, n. 2, p. 443-459, 2017.

FERREIRA, N. C. S. et al. Estudo bibliométrico sobre a política educacional para pessoas com deficiência entre 1997 e 2014. *Revista Eletrônica de Educação*, [s.l.], v. 11, n. 3, p. 804-816, 2017.

FIALHO, J.; SILVA, D. O. Informação e conhecimento acessíveis aos deficientes visuais nas bibliotecas universitárias. *Perspectivas em Ciência da Informação*, [s.l.], v. 17, n. 1, p. 153-168, 2012.

GASPAROTO, M. C.; ALPINO, Â. M. S. Avaliação da acessibilidade domiciliar de crianças com deficiência física. *Revista Brasileira de Educação Especial*, [s.l.], v. 18, n. 2, p. 337-354, 2012.

GESSER, M.; NUERNBERG, A. H. A participação dos estudantes com deficiência física e visual no ensino superior: apontamentos e contribuições das teorias feministas da deficiência. *Educar em Revista*, [s.l.], v., n. spe.3, p. 151-166, 2017.

GIRONDI, J. B. R.; SANTOS, S. M. A. Deficiência física em idosos e acessibilidade na atenção básica em saúde: revisão integrativa da literatura. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, [s.l.], v. 32, n. 2, p. 378-384, 2011.

GOGGIN, G.; HOLLIER, S.; HAWKINS, W. Internet accessibility and disability policy: lessons for digital inclusion and equality from Australia. *Internet Policy Review*, [s.l.], v. 6, n. 1, p. 1-18, 2017.

GRISÉ, E.; BOISJOLY, G.; MAGUIRE, M.; EL-GENEIDY, A. Elevating access: Comparing accessibility to jobs by public transport for individuals with and without a physical disability. *Transportation Research Part A: Policy and Practice*, [s.l.], v. 125, p. 280-293, 2019.

GUERREIRO, E. M. B. R. A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. *Revista Educação Especial*, [s.l.], v. 25, n. 43, p. 217-232, 2012.

KERSCH, D. F.; MARQUES, R. G. Saímos do cinema de alma lavada: multiletramentos e trabalho interdisciplinar na produção de curtas de acessibilidade midiática. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, [s.l.], v. 55, n. 1, p. 77-99, 2016.

LAZZARIN, F. A.; SOUSA, M. R. F. Aspectos que interferem no acesso à informação e interação dos usuários cegos com o OPAC em bibliotecas universitárias. *Perspectivas em Ciência da Informação*, [s.l.], v. 20, n. 1, p. 75-91, 2015.

LEITE, G. G.; CAMPOS, J. A. P. P. Percurso escolar de estudantes com deficiência na Educação de Jovens e Adultos, nível ensino médio. *Revista Brasileira de Educação Especial*, [s.l.], v. 24, n. 1, p. 17-32, 2018.

LERIA, L. D. A.; FILGUEIRAS, L. V. L.; SILVA, F. J. F.; FERREIRA, L. A. Enem acessível: autonomia para a pessoa com deficiência visual total no Exame Nacional do Ensino Médio. *Revista Brasileira de Educação Especial*, [s.l.], v. 24, n. 1, p. 103-120, 2018.

LEWTHWAITE S.; JAMES A. Accessible at last?: what do new European digital accessibility laws mean for disabled people in the UK?. *Disability & Society*, [s.l.], v. 35, n. 8, p. 1360-1365, 2020.

MACHADO, T. R.; CHAISE, R. M.; ELLIOT, L. G. A meta-avaliação como instrumento de qualidade nas políticas públicas: o Programa Segundo Tempo. *Meta: Avaliação*, [s.l.], v. 8, p. 1-20, 2016.

MAINARDES, J. Metapesquisa no campo da política educacional: elementos conceituais e metodológicos. *Educar em Revista*, [s.l.], v. 34, n. 72, p. 303-319, 2018.

MARCHAND, P.; RATINAUD, P. L'analyse de similitude appliquée aux corpus textuels: les primaires socialistes pour l'élection présidentielle française (septembre-octobre 2011). *Actes des 11eme Journées Internationales d'Analyse Statistique des Données Textuelles. JADT*, p. 687-699, 2012.

MARINS, S. C. F.; MATSUKURA, T. S. Avaliação de políticas públicas: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino fundamental das cidades-pólo do estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Educação Especial*, [s.l.], v. 15, n. 1, p. 45-64, 2009.

MARQUES, J. F.; ÁFIO, A. C. E.; CARVALHO, L. V.; LEITE, S. S.; ALMEIDA, P. C.; PAGLIUCA, L. M. F. Acessibilidade física na atenção primária à saúde: um passo para o acolhimento. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, [s.l.], v. p. 39, 1-6, 2018.

MEDRADO, B. P.; MELLO, D.; TONELLI, J. R. A. Inclusive practices and policies in language teacher education courses. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, [s.l.], v. 35, n. 3, p. 1-23, 2019.

MELO, F. R. L. V.; ARAÚJO, E. R. Núcleos de acessibilidade nas universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional. *Psicologia Escolar e Educacional*, [s.l.], v. 22, n. spe, p. 57-66, 2018.

MELO, F. R. L. V.; MARTINS, L. A. R. Acolhendo e atuando com alunos que apresentam paralisia cerebral na classe regular: a organização da escola. *Revista Brasileira de Educação Especial*, [s.l.], v. 13, n. 1, p. 111-130, 2007.

MOSCOSO-PORRAS, M.; FUHS, A. K.; CARBONE, A. Access barriers to medical facilities for people with physical disabilities: the case of Peru. *Cadernos de Saúde Pública*, [s.l.], v. 35, n. 12, p. 1-11, 2019.

NICOLAU, S. M.; SCHRAIBER, L. B.; AYRES, J. R. C. M. Mulheres com deficiência e sua dupla vulnerabilidade: contribuições para a construção da integralidade em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, [s.l.], v. 18, n. 3, p. 863-872, 2013.

NOVELLI, V. A. M.; HOFFMANN, W. A. M.; GRACIOSO, L. S. Ferramentas para mediação de fontes de informação: avaliação sobre seus usos em bibliotecas universitárias nacionais e internacionais. *Perspectivas em Ciência da Informação*, [s.l.], v. 19, n. 3, p. 30-51, 2014.

OLIVEIRA, C. B. Jovens deficientes na universidade: experiências de acessibilidade? *Revista Brasileira de Educação*, [s.l.], v. 18, n. 55, p. 961-984, 2013.

OLIVEIRA, C. D.; MILL, D. Acessibilidade, inclusão e tecnologia assistiva: um estudo bibliométrico. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, [s.l.], v. 11, n. 3, p. 1169-1183, 2016.

Organização das Nações Unidas (ONU). *Declaração universal dos direitos humanos*. Aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=789>. Acesso em: 16 jul. 2020.

Organização das Nações Unidas (ONU). *Declaração dos direitos das pessoas deficientes*. Aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 09 de dezembro de 1975. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf. Acesso em: 16 jul. 2020.

Organização das Nações Unidas (ONU). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 16 jul. 2020.

Organização das Nações Unidas (ONU). *Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais*. Aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 10 de junho de 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.

Organização das Nações Unidas (ONU). *Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência*. Aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 6 de junho de 1999. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/A-65.htm>. Acesso em: 16 jul. 2020.

Organização das Nações Unidas (ONU). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 13 dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.un.org/disabilities/documents/natl/portugal-c.doc>. Acesso em: 16 jul. 2020.

OOSTVEEN A. M.; LEHTONEN P. The requirement of accessibility: European automated border control systems for persons with disabilities. *Technology in Society*, [s.l.], v. 52, p. 60-69, 2018.

PAULA, K. M. P.; ENUMO, S. R. F. Avaliação assistida e comunicação alternativa: procedimentos para a educação inclusiva. *Revista Brasileira de Educação Especial*, [s.l.], v. 13, n. 1, p. 3-26, 2007.

PEREIRA, C. E. C.; BIZELLI, J. L.; LEITE, L. P. Acessibilidade e deficiência na universidade: política de recursos humanos. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, [s.l.], v.10, n. esp., p. 631-642, 2015.

PEREIRA, C. A.; OLIVEIRA, P. M.; REIS, M. J. C. S. Processos e metodologias não-tradicionais no ensino superior de Engenharia Elétrica: a percepção de coordenadores de curso em dois países lusófonos. *Meta: Avaliação*, [s.l.], v. 12, n. 34, p. 211-246, 2020.

PORTE, M.; SAUR-AMARAL, I.; PINHO, C. Pesquisa em auditoria: principais temas. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, [s.l.], v. 29, n. 76, p. 41-59, 2018.

PRIESTLEY M.; STICKINGS M.; LOJA E.; GRAMMENOS S.; LAWSON A.; WADDINGTON L.; FRIDRIKSDOTTIR B. The political participation of disabled people in Europe: Rights, accessibility and activism. *Electoral Studies*, [s.l.], v. 42, p. 1-9, 2016.

REINERT, M. Alceste une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurelia de Gerard de Nerval. *Bulletin of Sociological Methodology/Bulletin de Méthodologie Sociologique*, [s.l.], v. 26, n. 1, p. 24-54, 1990.

SANTAROSA, L. M. C.; CONFORTO, D. Tecnologias móveis na inclusão escolar e digital de estudantes com transtornos de espectro autista. *Revista Brasileira de Educação Especial*, [s.l.], v. 21, n. 4, p. 349-366, 2015.

SANTOS, A. S.; PORTES, A. J. F. Perceptions of deaf subjects about communication in Primary Health Care. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, [s.l.], v. 27, p. 1-9, 2019.

SILVA, J. S. S.; FERREIRA, W. B. Sombreamento a pessoa com deficiência: aplicabilidade da técnica de sombreamento na coleta de dados em pesquisa qualitativa. *Revista Brasileira de Educação Especial*, [s.l.], v. 23, n. 2, p. 185-200, 2017.

SIQUEIRA, I. M.; SANTANA, C. S. Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior. *Revista Brasileira de Educação Especial*, [s.l.], v. 16, n. 1, p. 127-136, 2010.

VIANNA, W. B.; PINTO, A. L. Deficiência, acessibilidade e tecnologia assistiva em bibliotecas: aspectos bibliométricos relevantes. *Perspectivas em Ciência da Informação*, [s.l.], v. 22, n. 2, p. 125-151, 2017.

Espacialidades Sagrada e Profana e uma Instituição Religiosa Neopentecostal não Tradicional de uma Cidade no Interior de Minas Gerais: Contribuição Teórica

**Isley Borges da Silva Junior, Alessandro Gomes Enoque,
Luiz Alex Silva Saraiva e Lorrana Laila Silva de Almeida**

Resumo

Este artigo tem como objetivo principal compreender as representações dos espaços sagrado e profano no âmbito de uma igreja neopentecostal não tradicional (*underground*) de uma cidade no interior de Minas Gerais. Por meio de uma pesquisa de natureza qualitativa foram realizadas 15 entrevistas semiestruturadas com pastores e fiéis de uma instituição religiosa (respectivamente, 05 pastores e 10 fiéis). Pôde-se observar que o espaço da igreja neopentecostal pesquisada, invadiu, de alguma forma, um espaço essencialmente profano. Esta ruptura com uma abordagem tradicional de distribuição espacial dos templos (presente na igreja católica) levaria, na perspectiva dos transeuntes, a uma percepção da igreja pesquisada como sendo um não espaço sagrado e, assim, a uma ideia de que haveria uma certa fluidez entre o interior e o exterior dela. Além disso, o templo parece apresentar-se como um espaço não conservador (que não conserva tradições), tendo um caráter essencialmente prático e informal.

Palavras-chave

Sagrado; Profano; Neopentecostalismo; Igreja; Underground.

Abstract

The main objective of this article was to understand the representations of the sacred and profane spaces in the framework of a non-traditional neopentecostal church (underground) of a city in the interior of Minas Gerais. By means of a qualitative research 15 semi-structured interviews were conducted with pastors and faithful people of a religious institution (05 pastors and 10 faithful people, respectively). It could be observed that the space of the neopentecostal church researched, in some way, invaded an essentially profane space. This break with a traditional approach to the spatial distribution of temples (present in the catholic church) would lead, from the perspective of passers-by, to a perception of the researched church as a non-sacred space and thus to an idea that there would be some fluidity between the inside and outside of it. In addition, the temple seems to present itself as a non-conservative space, with no traditions, having an essentially practical and informal character.

Keyword

Sacred; Profane; Neopentecostalism; Church; Underground.

INTRODUÇÃO

É fato comumente aceito que o campo religioso brasileiro vem sofrendo transformações ao longo das últimas décadas (Sanchis, 2018). Predominantemente católico, tal campo vem cedendo espaço considerável para denominações, especialmente as neopentecostais. Formadas a partir da década de 1970, tais igrejas, de acordo com Mariano (2014), abandonaram seu sectarismo e hábitos ascéticos na direção de uma maior aproximação com o mundo, abandonando um certo estigma que estava tradicionalmente associado a elas.

Freston (1996), ao discorrer sobre as igrejas neopentecostais, apresenta como uma das peculiaridades dessas instituições religiosas o caráter inovador acerca da inserção social, contribuindo para o surgimento de novas perspectivas teológicas, litúrgicas, éticas e estéticas do pentecostalismo. Em adição, Mariano (2014) afirma, ainda, que as instituições religiosas neopentecostais são caracterizadas por sua visibilidade e presença nas mídias, além de terem uma essência empresarial estrutural, ou seja, a atuação de igrejas dessa denominação religiosa baseia-se na performance da instituição enquanto uma empresa, levando algumas delas até mesmo à obtenção de fins lucrativos.

Nos últimos anos tal movimento de aproximação com a sociedade, especialmente com grupos sociais que não constituíam o público principal de tais denominações, vem acentuando-se. Abraçando a diferença e tomando-a como ponto de partida para a sua evangelização, intitulam-se, agora, alternativas, *undergrounds*, e provam que rockeiros, tatuados, *punks*, *hipsters*, gente do *heavy metal* e de qualquer outra tribo descolada pode

congregar e vivenciar a sua religião. O neopentecostalismo na contemporaneidade, *in nuce*, parece ser um produtor de instituições religiosas para todas as tribos (Mariano, 2014).

Embora haja uma rica produção sobre o fenômeno religioso, especialmente nos campos da sociologia, da história e da antropologia (Bourdieu, 2005, 2007, 2008, 2010; Durkheim, 1996; Eliade, 1992, 2002; Teixeira, 2010; Weber, 2000, 2001, 2006), estudos que tenham, como objeto, instituições religiosas caracterizadas como “alternativas”, ou “*undergrounds*”, ainda são bastante incipientes.

É dentro deste escopo que este trabalho se encontra inserido e tenho como objetivo compreender as representações dos espaços sagrado e profano, no âmbito de uma igreja neopentecostal não tradicional de uma cidade no interior de Minas Gerais, buscando lançar luzes sobre uma realidade parcamente explorada pela área de estudos organizacionais.

Dessa forma, a importância da presente pesquisa justifica-se por sua contribuição nesse campo de estudos, possibilitando a investigação do escopo religioso de análise, a partir da exploração de conceitos como sagrado e profano. Destaca-se, ainda, a contribuição do referente trabalho no campo das ciências sociais e humanas, uma vez que o estudo engloba a percepção dos fiéis, desvendando a maneira como eles se observam, enquanto participantes da igreja analisada.

A ABORDAGEM DA RELIGIÃO NO CAMPO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Ao abordar a dimensão religiosa, é possível que discussões acerca dessa temática estejam relacionadas a estudos e práticas que permeiam diversos campos do conhecimento, como sociologia, administração, antropologia e geografia, produzindo uma relação de interdisciplinaridade entre os mais variados espaços e territórios de pesquisa.

Assim, na tentativa de evidenciar tais possibilidades, insere-se, nesse contexto, algumas abordagens investigativas que relacionam a temática da religião à área de estudos organizacionais, tais como os estudos de Berger (2004), Serafim (2008), Silva e Siqueira (2009), Borges e demais autores (2014), Silva e demais autores (2018), entre outros.

Com referência aos estudos de Berger (2004), ao abordar religião, o autor apresenta a relação existente entre igrejas de diferentes denominações e elementos de mercado. Dessa forma, a adaptação das organizações religiosas a situações mercadológicas, a partir da utilização de estratégias de comunicação e de *marketing*, e a racionalização de processos organizativos, constituem-se elementos que traduzem a abordagem religiosa ao contexto organizacional.

Em adição ao exposto, em sua obra *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*, o autor aborda a realidade dos grupos religiosos caracterizados como competitivas agências de mercado, uma vez que o posicionamento desses grupos resulta na conquista da população de consumidores (fiéis) ao competirem com grupos que têm o mesmo propósito. Além disso, aborda, também, a pressão existente para a obtenção de resultados, acarretando a racionalização das estruturas socioreligiosas, expressa pelo fenômeno da burocracia.

A situação contemporânea da religião caracteriza-se, portanto, por uma progressiva burocratização das instituições religiosas. Esse processo deixa marcas, quer nas relações sociais externas, quer nas internas. Com relação a estas, as instituições religiosas são administradas burocraticamente e suas operações cotidianas são dominadas pelos problemas típicos e pela ‘lógica’ da burocracia. Externamente, as instituições religiosas relacionam-se com outras instituições sociais, umas com as outras, através das formas típicas da interação burocrática. ‘Relações públicas’ com a clientela consumidora, ‘lobbying’ com o governo, ‘levantamento de fundos’ em agências privadas e governamentais, envolvimento multifacetado com a economia secular (particularmente por meio de investimentos) – em todos esses aspectos de sua ‘missão’, as instituições religiosas são compelidas a buscar ‘resultados’ por métodos que são, necessariamente, muito semelhantes aos empregados por outras estruturas burocráticas, com problemas similares. A mesma ‘lógica’ burocrática aplica-se às relações das várias instituições religiosas entre si. Burocracias exigem tipos específicos de pessoal. Esse pessoal é específico, não apenas em termos de suas funções e habilidades necessárias, mas também em termos de suas características psicológicas. As instituições burocráticas selecionam e formam os tipos de pessoal de que elas necessitam para operar. Isso significa que tipos semelhantes de liderança emergem nas diversas instituições religiosas, independentemente dos padrões tradicionais nessa questão. (Berger, 2004, p. 151 e 152, grifo do autor).

Por sua vez, com referência aos estudos de Serafim (2008), o autor aponta para a disseminação de abordagens organizacionais que investigam elementos ligados à religião, destacando a aproximação das organizações religiosas às empresas contemporâneas, seja em termos de estrutura, ou estratégia, evidenciando a adoção de uma gestão empresarial por igrejas de denominação evangélica e católica. Para o autor, “é possível afirmar que a esfera religiosa não é meramente adaptativa, mas capaz de influenciar o comportamento econômico ao oferecer visões de mundo e recursos aos adeptos que se ocupam com a atividade empreendedora” (Serafim, 2008, p. 1).

De forma complementar, a relação entre religião e empreendedorismo, destacada nos estudos de Serafim (2008), é, também, apresentada nos trabalhos de Borges e demais autores (2015), ao pesquisarem sobre empresas que exploram o nicho da religiosidade. Nesse sentido, ao buscarem o entrelaçamento da relação entre empreendedorismo e religião, os autores identificaram a manifestação de um tipo particular de empreendedorismo, observado a partir de três categorias: o empreendedor religioso –refletindo aspectos religiosos presentes tanto na análise da ideia, quanto nas motivações para a abertura do negócio; a religião enquanto oportunidade de negócio – compreendendo a análise do contexto e de elementos comerciais ligados à religião, que impactam no processo do empreendedorismo religioso, como a socialização religiosa; e os resultados da prática empreendedora – traduzidos nos efeitos concretos e simbólicos do empreendedorismo religioso, como a missão de atuar no ramo de artigos religiosos, divulgando a própria doutrina religiosa.

Por sua vez, ao abordar os estudos de Silva (2008) e Silva e Siqueira (2009), a temática da religião é explorada no contexto organizacional, a partir da investigação da relação

entre espiritualidade e religião no ambiente de trabalho, de forma a revelar as possíveis implicações dessa analogia em organizacionais religiosas e não religiosas. Como resultados, os estudos revelaram que a prática religiosa e espiritual no contexto do trabalho, além de refletir uma perspectiva mais humanizada das organizações, também corrobora para a criação de um ambiente caracterizado por relacionamentos mais próximos, aprofundamento da significância do trabalho para o indivíduo, sentimento de pertencimento e participação na organização, satisfação e bem-estar psicológico, bem como liberdade para vivenciar, no contexto do trabalho, os valores individuais. Assim,

[...] por conta do estabelecimento de ligação, e até de formação de redes sociais, a espiritualidade no ambiente de trabalho pode ser uma ferramenta a mais na construção de uma dinâmica organizacional eficiente. Já a religião, com a promoção de valores como solidariedade, compaixão, caridade e perdão, pode contribuir para trazer maior significado, maior coesão social e apoio mútuo para a atividade do trabalhador, o que pode melhorar, por exemplo, a comunicação, o comprometimento, o trabalho em equipe e a motivação entre os trabalhadores, entre outras possibilidades. (Silva, 2008, p. 777).

Adicionalmente aos estudos apresentados anteriormente, destaca-se, ainda, as pesquisas de Silva e demais autores (2018), ao investigarem uma organização religiosa, a partir da Teoria de Estruturas Organizacionais em Mintzberg. Como resultados da análise, o estudo permitiu verificar que a estrutura organizacional da instituição pesquisada, sendo esta pertencente à doutrina católica, apresentou características da burocracia em Mintzberg (1981, 2003), por agrupamentos funcionais, identificada na intensa autonomia dos participantes da instituição, tendo como forma de coordenação o ajustamento mútuo por meio de uma intercomunicação que transcorre do ambiente formal e informal da instituição, já legitimada e institucionalizada pelos participantes. Por sua vez, a intercomunicação é caracterizada, em sua própria estrutura, baseando-se em valores expressos por atos de colaborar e solidarizar. Contudo, observou-se a existência de uma organização estruturada com base na burocracia mecanizada, composta por distintas partes organizacionais, as quais são conduzidas por meio do ajustamento mútuo.

A partir dos trabalhos apresentados, é possível compreender a existência de uma relação que interliga a abordagem da religião à área de estudos organizacionais, na qual as particularidades da dimensão religiosa são possíveis de serem exploradas, a partir da análise organizativa da instituição, em diferentes escopos de investigação. Como pode ser observado, o estudo da religião no campo de estudos organizacionais contribui para o avanço científico, ao pesquisar e analisar elementos como empreendedorismo, motivação, liderança, adaptação das organizações religiosas a situações mercadológicas, estratégias de comunicação e de *marketing*, racionalização de processos organizativos, aspectos burocráticos, significância do trabalho para o indivíduo, sentimento de pertencimento e participação na organização. O estudo também promove valores como solidariedade, compaixão, caridade e perdão, refletindo diretamente na comunicação praticada entre os indivíduos, no comprometimento destes e no trabalho em equipe.

No entanto, apesar da existência de discussões que possibilitem tais perspectivas de análise, a partir do escopo religioso, Enoque, Borges e Borges (2016), destacam que ainda

é incipiente, no campo de estudos organizacionais, a realização de pesquisas no contexto de instituições religiosas, e não religiosas, que busquem compreender as particularidades e características de elementos como as dimensões do sagrado e profano, conceitos intrinsecamente ligados à relação do homem com o plano social. De forma complementar, Tracey, Phillips e Lounbury (2014) apontam que a escassez de pesquisas na área de estudos organizacionais que visam explorar tal vertente de análise, seria explicada pela aparente crença de que a religião não consistiria em um objeto apropriado a ser investigado cientificamente, incitando discordâncias entre pesquisadores, uma vez que a religião, atrelada à busca pelo entendimento do sagrado e profano no contexto das instituições, possibilita um vasto conhecimento acerca dos espaços de representação e elementos que impactam diretamente as relações sociais estabelecidas na organização (interna e externamente), em sua estrutura organizacional, no comportamento do homem no ambiente da instituição, além de possibilitar compreensões relacionadas à cultura, à simbologia e aos significados.

A partir do exposto, e considerando como objeto de análise desta pesquisa as representações dos espaços sagrado e profano de uma instituição religiosa, torna-se necessário discorrer, com maior profundidade, acerca das definições de tais conceitos (sagrado e profano).

SAGRADO E PROFANO: A REPRESENTAÇÃO DOS ESPAÇOS RELIGIOSOS

Ao abordar a dimensão do sagrado, Eliade (1992) aponta que essa manifestação se dá a partir de uma experiência, uma realidade que difere do que pode ser entendido como “experiência natural” do indivíduo. O sagrado, entendido como oposto ao profano, mostra-se quando sua manifestação ocorre com base em elementos e situações que evadem da realidade natural do mundo do homem. Assim, com base nessa concepção, é possível que um objeto qualquer se torne um elemento de consagração, ou seja, um objeto sagrado no qual é depositado determinada devoção, fazendo com que o objeto passe a ter certo poder e representação na vida do homem. Nesse contexto, ele deixa de ser um simples artefato e passa a ser considerado um elemento sagrado, pois “revela” algo que está além da vida natural. Tais afirmações tornam-se evidentes quando, a exemplo, imagens em gesso tornam-se elementos de representação e consagração nos quais são depositadas as crenças, a fé e a esperança de devotos e fiéis de determinada religião.

Este cenário corrobora para a possibilidade em determinar um componente como algo sagrado, sendo este mesmo objeto construído a partir de elementos que sejam considerados profanos (Eliade, 1992). “Para aqueles a cujos olhos uma pedra se revela sagrada, sua realidade imediata transmuda-se numa realidade sobrenatural.” (Eliade, 1992, p. 13). Ao passo que o sagrado apresenta uma relação direta com a divindade e que essa experiência religiosa remonta a antigos comportamentos individuais ou coletivos da humanidade, por outro lado, o profano é entendido como todo elemento desprovido dessa sacralidade, sendo este espaço identificado “ao redor” ou “em frente” ao espaço do sagrado (Rosendahl, 1999).

Nesse sentido, ao elucidar a construção dos espaços sagrado e profano, em sua obra intitulada *Espaço e religião: uma abordagem geográfica*, Rosendahl (1996) discorre sobre

a relação entre o objeto sagrado e o espaço utilizado para a realização dos rituais religiosos. Remetendo à historicidade dessas concepções, a autora apresenta que cada religião doméstica já continha seu espaço considerado como sagrado, e esse espaço era destinado às cerimônias religiosas, as quais eram conduzidas sem regras, uniformes e rituais já estabelecidos. Nessa perspectiva,

[...] em tempos bastante remotos, a religião doméstica definia o objeto sagrado de culto, como também demarcava o espaço sagrado no qual deveria ocorrer o conjunto das práticas religiosas limitadas ao sagrado. Cada família possuía e vivenciava seu espaço sagrado. A idéia de religião associa-se à idéia de sagrado. Ambos contêm muita coisa em comum [...] ambas se manifestam no espaço. (Rosendahl, 1996, p. 26-27).

Corroborando ao exposto, a constituição do espaço sagrado pode se dar mediante duas formas. A primeira, com o envolvimento do ser, manifestando-se diretamente com a divindade. O ato de manifestação do sagrado faz-se presente em relação às coisas, objetos e pessoas e, nesse sentido, tudo passa a representar algo munido de sacralidade – e o que é divino passa a ser revelado. Dessa forma, o homem passa a experimentar, vivenciar um sentimento religioso, e começa a adorar algo sagrado contido em um objeto que o faz ser diferente dos outros objetos comuns.

Em um segundo momento, ao se abordar e tomar como investigação o homem religioso, Rosendahl (1996) destaca a existência de uma necessidade que o circunda: a necessidade em ter contato, em vivenciar uma atmosfera tomada do sagrado. Assim, o pensamento religioso do indivíduo, e o fato dele pertencer a um mundo repleto de religiosidade e valores, corrobora para a qualificação e identificação de espaços considerados díspares de outros. Portanto, surge o espaço sagrado, qualitativamente forte, dotado de poder, delimitado e particularizado (Eliade, 1992; Rosendahl, 1996).

O espaço sagrado torna-se, assim, caracterizado como um campo de forças e valores no qual o homem religioso experimenta o fenômeno de emergir de sua zona natural para uma esfera sobrenatural. Nesse aspecto, a simbologia, os mitos e os ritos exercem um papel primordial nessa conjuntura, pois, é por meio deles que o sagrado assume sua posição de mediador entre o ser (homem) e a divindade (Eliade, 1992). Esse

[...] fenômeno da construção do espaço sagrado implica num comportamento religioso de conquista e ocupação de algo que não é ‘nosso’. A estrutura do espaço sagrado implica também a idéia da repetição da hierofania primordial que consagra o espaço e, assim, transfigura-o, singulariza-o e isola-o do espaço profano. (Rosendahl, 1996, p. 31).

Rosendahl (1996) destaca, ainda, a vinculação dos espaços sagrado e profano a um espaço social. É ressaltada a existência de uma ordem de distribuição do espaço e, nessa distribuição, o sagrado limita-se, tornando possível o profano. O homem, por sua vez, ao criar os espaços sagrados, materializa nestes seus sentimentos, imagens e pensamentos. Até porque infere-se que os espaços sagrados são definidos com base no poder da mente, a qual percorre muito além do que é percebido pelo mundo material.

Quanto à construção do espaço sagrado, este solidifica-se por meio da simbologia que representa na vida do ser. Assim, o espaço sagrado emerge como um elemento de possibilidade em adentrar um mundo sobrenatural, em que o homem vivencia manifestações, fenômenos e experiências que não são vivenciadas no espaço profano.

Nas concepções de Eliade (1992), o espaço sagrado pode ser compreendido a partir de sua significação, ou seja, caracteriza-se como o “centro do mundo”, manifestado no âmbito dos templos religiosos. Dessa forma, a instituição religiosa, enquanto espaço sagrado, é entendida como o local em que o homem religioso encontra orientação e referência para conduzir suas ações na vida “mundana”. De forma oposta, o espaço profano é caracterizado pela ausência de significados. Trata-se, portanto, de um espaço desprovido de orientação, emergindo e desaparecendo de acordo com as necessidades diárias. Nesses espaços, há uma neutralidade nos diversos lugares onde o homem se movimenta, sendo ele compelido às obrigatoriedades decorrentes da sociedade industrial. Por sua vez, Oliveira (2012, p. 15) argumenta sobre a distinção entre os espaços sagrado e profano, expondo que

[...] a experiência do sagrado proporciona ao homem religioso a verdadeira orientação, a sua identificação com o mundo sagrado, enquanto a experiência profana não proporciona viver experiências do sagrado, do mundo transcendente. (Oliveira, 2012, p. 15).

Em complemento ao exposto, Barros e Nascimento Neto (2011) dissertam sobre o espaço profano, caracterizando-o como o espaço ao entorno dos templos religiosos, em que a prática de determinadas atividades, como a comercialização de produtos, extingue a sacralidade do espaço em questão. Assim, o espaço profano

Constitui-se naquele espaço ‘ao redor’ do espaço sagrado. Em relação ao espaço profano aplicam-se as interdições aos objetos e coisas que estão vinculados ao sagrado, numa realidade diferenciada da realidade sagrada. Através da segregação que o sagrado impõe à organização espacial, identifica-se o espaço profano diretamente vinculado ao sagrado e o espaço profano indiretamente vinculado. O comércio e o lazer [...] estão nos espaços profanos. (Rosendahl, 1999, p. 81).

A partir do exposto, o que se revela caminha em direção a um entendimento em que a abordagem do sagrado e profano são elementos que fazem parte da vida do homem, assumindo um papel primordial na maneira do indivíduo lidar e atuar no mundo. Ao se referir ao espaço religioso brasileiro, observa-se uma pluralidade e dinamicidade de elementos como “[...] os atores, a tecnologia, a produção, o consumo, a razão e a emoção, a política e o poder sobre ou em torno da fé ou crença religiosa da população de um determinado território.” (Santos, 2002, p. 26). Nessa perspectiva, Sousa (2011) em conformidade com Pereira (2013), defende que a religião pode relacionar aspectos culturais, econômicos e políticos, corroborando para uma duplicidade de análise e que, dessa forma, a religião passa a ser parte do universo simbólico do qual o homem encontra-se, dotado de significados e intimamente intrínseco da experiência humana (Kozel; Silva; Gil Filho, 2007).

A partir desse contexto, é possível compreender que os espaços definidos como sagrado e profano no contexto das instituições religiosas constituem-se em elementos de representação do escopo religioso de análise. Torna-se necessária, portanto, a investigação do contexto espacial da organização religiosa pesquisada, possibilitando conhecer a esfera subjetiva do humano, a partir de elementos como a percepção do homem sobre o espaço, o tempo, os ritos, sons, cheiros e cores, o entendimento do lugar enquanto espaço de pertencimento e acolhimento, neste caso, a igreja, contribuindo para uma apreciação crítica e multidimensional da paisagem religiosa neopentecostal.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para fins deste trabalho, de natureza essencialmente qualitativa, foram realizadas 15 entrevistas semiestruturadas com pastores e fiéis de uma instituição religiosa neopentecostal localizada em uma cidade do interior de Minas Gerais – respectivamente, 05 pastores e 10 fiéis. Como forma de garantir o anonimato dos entrevistados, optou-se, conforme pode ser observado no quadro abaixo, pela utilização de nomes fictícios inspirados em personagens religiosos. Além disso, priorizou-se, na escolha dos sujeitos de pesquisa – escolhidos através da técnica de bola de neve –, uma gama variada de perfis – homens, mulheres, de diferentes idades e áreas profissionais – e a presença e vivência no cotidiano da instituição religiosa.

Quadro 1 – Caracterização dos entrevistados

Lideranças religiosas	
Entrevistado 01	Idade: 37 anos Orientação Sexual: Heterossexual Etnia: Branco Escolaridade: Superior Incompleto
Entrevistado 02	Idade: 31 anos Orientação Sexual: Heterossexual Etnia: Pardo Escolaridade: Superior Incompleto
Entrevistado 03	Idade: 28 anos Orientação Sexual: Heterossexual Etnia: Amarelo Escolaridade: Ensino Médio Completo
Entrevistado 04	Idade: 30 anos Orientação Sexual: Heterossexual Etnia: Pardo Escolaridade: Superior Completo
Entrevistado 05	Idade: 28 anos Orientação Sexual: Heterossexual Etnia: Branca Escolaridade: Superior Completo

Lideranças religiosas	
Fiéis	
Entrevistado 06	Idade: 19 anos Orientação Sexual: Heterossexual Etnia: Branca Escolaridade: Superior Incompleto
Entrevistado 07	Idade: 25 anos Orientação Sexual: Heterossexual Etnia: Branca Escolaridade: Superior Completo
Entrevistado 08	Idade: 20 anos Orientação Sexual: Heterossexual Etnia: Branco Escolaridade: Superior Incompleto
Entrevistado 09	Idade: 54 anos Orientação Sexual: Heterossexual Etnia: Pardo Escolaridade: Pós-Graduação
Entrevistado 10	Idade: 27 anos Orientação Sexual: Heterossexual Etnia: Negro Escolaridade: Superior Incompleto
Entrevistado 11	Idade: 24 anos Orientação Sexual: Heterossexual Etnia: Branco Escolaridade: Pós-Graduação
Entrevistado 12	Idade: 18 anos Orientação Sexual: Heterossexual Etnia: Pardo Escolaridade: Superior Incompleto
Entrevistado 13	Idade: 22 anos Orientação Sexual: Heterossexual Etnia: Branco Escolaridade: Superior Incompleto
Entrevistado 14	Idade: 38 anos Orientação Sexual: Heterossexual Etnia: Não respondeu Escolaridade: Superior Completo
Entrevistado 15	Idade: 19 anos Orientação Sexual: Heterossexual Etnia: Branca Escolaridade: Superior Incompleto

Fonte: dados da pesquisa.

Estes foram os participantes selecionados para as entrevistas, que ocorreram em inúmeros lugares da cidade. As entrevistas foram transcritas e, após uma leitura atenta dos textos, os autores realizaram uma conferência de fidedignidade. Tal procedimento teve como objetivo a eliminação de cacoetes, vícios de linguagem, repetição excessiva de palavras, entre outros. A Análise de Discurso (AD), de vertente francesa, foi utilizada para análise das entrevistas. Optamos por ela, e não pela Análise de Conteúdo, porque a sua preocupação está relacionada aos sentidos do texto, não com o seu conteúdo. O material coletado é constituído por questões sensíveis e ideológicas relacionadas às vivências religiosas, e ao fenômeno religioso neopentecostal, e a AD consegue fornecer instrumental mais adequado às análises, já que articula o linguístico ao social, ao cultural, à história e às ideologias (Orlandi, 2003).

Além disso, a AD é uma disciplina de interpretação estabelecida pelo cruzamento de epistemologias distintas, pertencentes a áreas da linguística, do Materialismo Histórico e da Psicanálise. Na linguística houve um deslocamento da noção de fala para a de discurso; do Materialismo Histórico, tomou-se o conceito de ideologia; já a Psicanálise contribuiu com os estudos sobre o inconsciente (um ente que atravessa os discursos). O processo de análise discursiva pretende interrogar os sentidos instituídos em diversas formas de produção, que podem ser verbais e não verbais. Nesse ponto de vista, a linguagem é observada não apenas enquanto forma linguística, mas também como materialização da ideologia, sendo todo o dizer ideologicamente marcado.

De acordo com Gill (2002), a AD defende que o analista é um intérprete, que faz uma leitura também discursiva e influenciada pelo seu afeto, sua posição, suas crenças, suas experiências e vivências; portanto, nunca será absoluta e livre de ideologias as interpretações, pois elas também produzem um sentido. Caregnato e Mutti (2006, p. 682) complementam:

A interpretação deverá ser feita sempre entre o interdiscurso e o intradiscurso chegando às posições representadas pelos sujeitos através das marcas linguísticas. A AD não vai trabalhar com a forma e o conteúdo, mas irá buscar os efeitos de sentido que se pode apreender mediante interpretação.

Os caminhos analíticos de nosso trabalho emergiram ao longo das análises e serviram, em grande medida, para uma análise compreensiva e sensível do neopentecostalismo de Uberlândia/MG, quais sejam: os temas, as figuras, as metáforas, os paradoxos, a interdiscursividade, a sintaxe discursiva, as condições sociais de produção dos discursos, as ideologias defendidas e combatidas, as posições discursivas em relação ao hegemônico, entre outras.

No que diz respeito à instituição religiosa pesquisada, vale ressaltar que foi fundada em fins da década de 1980, em uma cidade do interior de Minas Gerais, no âmbito da Igreja Pentecostal Shalom. Tal instituição contava, no momento da realização da pesquisa, com uma comunidade de, aproximadamente, 50 fiéis liderados por cinco lideranças religiosas.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

O espaço onde a igreja está instalada é privilegiado. Nos arredores estão as principais galerias e *boulevards* da cidade, que comportam lojas de grifes, cafés, restaurantes, museus, centros culturais, espaços terapêuticos e estéticos, praças e bares. A paisagem remonta à década de fundação da cidade, sendo possível contemplar antigos casarões espremidos em estreitas e movimentadas ruas. O bairro é servido por inúmeras linhas de ônibus, estacionamentos para automóveis particulares e pontos de táxi. Os cartões postais que beiram a igreja são a Casa da Cultura, a Praça, o Museu Municipal e o Museu de Arte. Diversos são os condomínios de edifícios, um em cada esquina, que denotam uma paisagem verticalizada, recentemente modificada e habitada por famílias abastadas. Do lado direito do templo funciona um estacionamento, enquanto do lado esquerdo vê-se uma barbearia que é, também, estúdio de tatuagens. À frente ficam os fundos de uma escola estadual.

É fácil chegar ali, é acessível. Um táxi não fica caro, ônibus têm de sobra e lugar para estacionar o carro ou a bicicleta também. São esses os meios de transporte utilizados pelos fiéis e pastores da Instituição Religiosa Neopentecostal Pesquisada (INRP) para acessarem a igreja, que se confunde com mais um dos inúmeros comércios do bairro. Com exceção de um fiel da igreja, todos os demais entrevistados não moram no bairro em que se situa a instituição religiosa neopentecostal pesquisada e, por isso, este é dependente de algum meio de transporte para chegar aos cultos. Na fachada não se lê nada além de um estêncil, nada do vocábulo igreja, ou algo semelhante. Em entrevista, os participantes apontaram que ali funcionava, anteriormente, uma mecânica. Antes, uma mecânica que consertava máquinas; hoje, uma igreja que conserta pessoas.

O templo é semelhante a uma garagem. O palco, aos fundos, está sempre ocupado por inúmeros instrumentos musicais. O cômodo, por ser quente, conta com janelas e ventiladores. As cadeiras são de plástico, variando entre brancas e pretas, como a formar um xadrez. O chão é cimentado e verde escuro. Há uma espécie de púlpito chamado pela comunidade religiosa carinhosamente de Bob Esponja, por ser de madeira, retangular e aludir à forma da personagem marítima. À esquerda existe uma mesa de plástico, como as cadeiras, onde fica a aparelhagem de som e um *notebook* conectado a uma televisão LCD que exibem os trechos bíblicos e as letras dos cânticos. Ao fundo, e à direita, pode-se observar cômodos reservados, espécies de quartos, com porta sanfonada, daquelas mais baratas. Ali guarda-se o que é de maior valor e faz-se reuniões privadas. Existem, no final desta espécie de corredor, dois banheiros, um masculino e outro feminino.

De um modo geral, a percepção do espaço do templo pelos fiéis da IRNP evidencia uma ruptura com o tradicional, com o que estamos acostumados a imaginar quando se fala de igreja. A nossa colonização, de natureza europeia e – religiosamente falando – católica, construiu, em nosso imaginário, uma imagem do que seja um espaço sagrado cristão. Os templos católicos geralmente estão situados no centro de uma praça, rompidos da continuidade mundana que se estabelece no interior dos bairros. Eles têm, muitas vezes, altas torres que apontam para o infinito do céu e, metaforicamente, representam a conexão

daquela comunidade religiosa com os três “mundos”: o inferno, o purgatório e o céu. O ouro, as artes e a pluralidade de objetos sagrados mediadores da relação com o transcendente também são, muitas vezes, características de tal espaço. O protestantismo e, mais adiante, os pentecostalismos modificaram, em certa medida, essa formulação imagética e perceptiva do espaço sagrado cristão calcada na tradição católica, a partir de construções de templos menos suntuosos, não apartados do mercado de bens materiais das cidades, tendo novos formatos, cores e possibilidades de organização, como demonstra Eliade (1992). Tamanha é a fluidez entre o sagrado e o profano em instituições religiosas dessa natureza, que os entrevistados não conseguiram descrever, passo a passo, as suas impressões sobre o entorno da igreja e o espaço interno do templo: misturavam discursivamente as suas percepções como se tal divisão não fosse nítida. O templo da instituição religiosa neopentecostal pesquisada seria o reflexo espacial de uma teologia evangélica *underground* que repudia os moldes tradicionais de se pensar a igreja:

(001) *É por conta de tirar esse estereótipo que as pessoas têm da igreja formatada, de ser tudo igual, ser tudo aquela forma: o pastor de terno e gravata lá na frente e tudo, justamente pra quebrar esse paradigma que as pessoas têm e que muitas, a grande maioria tem aquela rejeição. Então, às vezes, se ela [o fiel, a pessoa] encontrar um ambiente mais informal do que um ambiente que ela já tá acostumada, que às vezes ela já teve uma experiência anterior; então, isso já é um primeiro passo já prá que ela vá de encontro àquilo que é a mensagem que a gente quer passar; então, isso é proposital mesmo: a gente não ter esse estereótipo de uma igreja que as pessoas têm (Entrevistado 04).*

A quebra do estereótipo enunciada no excerto (001) parece ser um reforço da noção da diferença (“É por conta de tirar esse estereótipo que as pessoas têm da igreja formatada, de ser tudo igual, ser tudo aquela forma”). Torna-se perceptível, ainda, um interdiscurso contemporâneo sobre igreja, vista como espaço de informalidade, não formatada, que copia outras formas (“Então, às vezes, se ela [o fiel, a pessoa] encontrar um ambiente mais informal do que um ambiente que ela já tá acostumada, que às vezes ela já teve uma experiência anterior; então, isso já é um primeiro passo já pra que ela vá de encontro àquilo que é a mensagem que a gente quer passar”). As condições sociais de produção desse discurso têm origem em uma visão “jovem” de evangelismo. Essa visão de igreja, que rompe com o tradicional cristão, é uma posição discursiva marginal frente ao hegemônico, que já possui uma ideia arraigada e pré-estabelecida do que seja uma igreja (“Então isso é proposital mesmo, a gente não ter esse estereótipo de uma igreja que as pessoas têm”). Dizendo de modo objetivo, é como se o espaço fosse produto do perfil evangelístico da instituição religiosa. A quebra de estereótipos sobre a ideia que muitos possuem de igreja pode ser observada no excerto (002), por meio da análise da intertextualidade materializada discursivamente através da voz de um recém convertido, que indica a ausência da figura tradicional de igreja (“Esse menino que tô levando, ele fala assim: ‘isso aqui não parece igreja’”).

(002) *Mas eu desconstruí muita coisa e ainda hoje vejo as pessoas, por exemplo, esse menino que tô levando, ele fala assim: ‘isso aqui não parece igreja’ (Entrevistado 07).*

O excerto (003) continua a reforçar a ideia de que, na instituição religiosa neopentecostal pesquisada, as coisas funcionam de modo incomum. O trecho comporta duas intertextualidades, nas quais figuram dois personagens específicos, e implícitos, que expressam as suas opiniões sobre a imagem da igreja: a comunidade religiosa da instituição religiosa neopentecostal pesquisada (interno) (“A gente faz isso porque a gente quer aparecer”) e as pessoas que não frequentam a igreja e observam o templo (externo) (“Nossa, mas como assim? Como assim isso aqui é uma igreja?”). A análise lexical dos termos “atrativo” e “chocadas”, assim como a relação existente entre eles, apontam para a conclusão de que o espaço do templo é atrativo porque gera nos indivíduos externos à igreja o choque (“Então é uma coisa que as pessoas ficam meio que chocadas”). Trata-se, ao mesmo tempo, de atração e repulsão – ações paradoxais e de significativa intensidade. Ocorre, ademais, uma referência à barbearia e ao estúdio de tatuagem, serviços vizinhos à igreja (“Como assim? Do lado de uma barbearia e um estúdio de tatuagem?”). Estes se configurariam como extensão do templo, propiciando uma fluidez entre sagrado e profano. Reforçariam, ainda, a ideia do “alternativo”, do *underground*, características originárias da instituição religiosa neopentecostal pesquisada. Assim como o fiel recém-chegado à igreja citado no excerto (002), há aqui, também, uma referência a uma novata, que se questiona, a todo momento, sobre a quebra de estereótipos provocada pela igreja (“Inclusive teve uma menina que foi prá lá e pergunta constantemente sobre as coisas... Questão de música, que não é evangélica, questão de sair para os lugares...”).

(003) *Acho que isso é bom e um pouco atrativo para as pessoas porque para quem está lá, a gente não pensa ‘a gente faz isso por que a gente quer aparecer’ ou alguma coisa assim, não! Mas é atrativo para as pessoas, as pessoas olha assim e pensam ‘Nossa, mas como assim?’ Inclusive teve uma menina que foi prá lá e pergunta constantemente sobre as coisas... Questão de música, que não é evangélica, questão de sair para os lugares... Então, assim, o lugar lá da igreja é atrativo. Porque as pessoas pensam ‘Como assim? Isso aqui é uma igreja, ‘Como assim? Do lado de uma barbearia e um estúdio de tatuagem?’. Então é uma coisa que as pessoas ficam meio que chocadas. (Entrevistado 06).*

Quanto aos discursos específicos, dois deles evidenciam a negação do espaço do templo, como se ele fosse um não espaço. Nesse sentido, é nítida uma expressiva metáfora, acompanhada por repetição de termos (“A igreja somos nós”; “Nós somos a igreja”). O indivíduo seria o próprio espaço sagrado, um espaço sagrado móvel: indivíduos, na visão da enunciadora do excerto (003), seriam “templos individuais”. É ainda negada a autoridade da liderança religiosa, que se torna dispensável, já que os indivíduos mesmos poderiam organizar um culto no lugar onde estivessem (“A gente está aqui nesse banco e a gente pode fazer um miniculto, entendeu?”). É possível notar uma ausência de dependência entre espaço sagrado, “lugar” e “estrutura”. Em outras palavras, o espaço sagrado não necessitaria estruturar-se fisicamente (“Então não depende do lugar, da estrutura”).

(003) *Quando eu entrei lá, nesse um ano que eu estou indo, o que que eu entendi verdadeiramente: que a igreja somos nós. A gente está aqui nesse banco e a gente pode fazer um miniculto, entendeu? Porque nós somos a igreja, então não depende do lugar, da estrutura (Entrevistado 15).*

A partir deste modo de ver, a igreja seria o ajuntamento, não a estrutura (“Que o importante é estar todo mundo ali. Acho que isso é o principal”). As fronteiras entre o sagrado e o profano seriam friáveis, permeáveis, já que afirma o enunciador do excerto (004) que a “igreja” pode estabelecer-se a qualquer momento numa praça, não necessitando de uma demarcação física do sagrado para fazer-se igreja, espaço de congregação (“Se um dia isso aqui acabar e a gente não tiver como pagar, vamos pra praça; não muda pra gente”). Vale salientar que a imagem da praça aparece no discurso do fiel corroborando a ideia de volta às origens, já que a instituição religiosa neopentecostal pesquisada se reunia, antes de estruturarem o seu templo, na praça. Além disso, a praça é o local central cosmogônico cristão, o local do espetáculo. Apesar de não existir relação entre a não necessidade de um espaço sagrado demarcado fisicamente, a informalidade e a ausência de liturgia, o enunciador associa direta e equivocadamente a estética com a ética (“Pensando nesse sentido, é muito proveitoso pra gente manter essa visão de não ter liturgia, não ter a formalidade no que a gente faz e nem nas coisas que a gente tá”). Ora, o espaço sagrado poderia não ser demarcado fisicamente e, ainda assim apresentar clara liturgia e alguma formalidade (no sentido de forma, modo de fazer):

(004) *Se um dia isso aqui acabar e a gente não tiver como pagar, vamos pra praça; não muda pra gente. Que o importante é estar todo mundo ali. Acho que isso é o principal. Pensando nesse sentido, é muito proveitoso pra gente manter essa visão de não ter liturgia, não ter a formalidade no que a gente faz e nem nas coisas que a gente tá* (Entrevistado 13).

Outro discurso específico notado é o que compreende a produção do espaço sagrado como reflexo de um tempo (“Umas coisas que antes a gente não se preocupava: salinha infantil. Agora estamos tendo porque tem mais criança na igreja”). Nele, ficam evidentes personagens explícitos que se relacionam diretamente à produção do espaço sagrado da instituição religiosa neopentecostal pesquisada no tempo de seu surgimento... “Os caras mais das antigas, e então tem uma pegada mais *underground*”; personagens explícitos, que se relacionam com a atual produção do espaço sagrado da instituição religiosa neopentecostal pesquisada e, ainda, um personagem implícito (“salinhas infantis”), que são as crianças (“Então é assim. Agora eu e a entrevistada 06 estamos pintando as salinhas infantis lá”). O *underground* aparece como tema, como um elemento abstrato que, em outros tempos, teria guiado a produção do espaço sagrado da instituição religiosa neopentecostal pesquisada, mas que hoje não é o ponto de partida daquela comunidade religiosa para exercício de seu evangelismo, já que outros personagens apareceram, a partir da produção desse espaço (“Hoje já não é *underground*; é uma igreja mais aberta e mais aberta a receber do que era. Mas eu gosto de pensar sempre na despreocupação com tudo isso. Da gente ter o equilíbrio da pegada *underground*, ser preocupada em ser *underground*, ser mau”):

(005) O IRNP nasceu no metal dos anos 90... Os caras mais das antigas, e então tem uma pegada mais *underground*. Hoje já não é *underground*, é uma igreja mais aberta e mais aberta a receber do que era. Mas eu gosto de pensar sempre na despreocupação com tudo isso. Da gente ter o equilíbrio da pegada *underground*, ser preocupada em ser *underground*, ser mau. *E isso também não é positivo. Porque, poxa, é legal ter nosso*

ambiente lá. Um dia a gente tava à toa na igreja e fez o estêncil, lá na frente, de fora. Então é assim. Agora eu e a entrevistada 06 estamos pintando as salinhas infantis lá. Umás coisas que antes a gente não se preocupava: salinha infantil. Agora estamos tendo porque tem mais criança na igreja. Quanto menos rótulos, simbolismo, melhor! (Entrevistado 11).

Falando sobre a temporalidade dos espaços sagrados, Eliade (1992) constata que a dualidade sagrado/profano resulta na asseveração de dois modos de ser no mundo: o religioso e não religioso. A partir dessa ótica, a dimensão da temporalidade se torna heterogênea no cotidiano do homem religioso. Todavia, a compreensão desta experiência só pode ser instituída quando se entende a importância das construções de templos, das festas religiosas, dos rituais e do mito que comparecem como uma linguagem do sagrado que só ganha sentido devido à dessemelhança do tempo. A instituição religiosa pesquisada não tem um calendário organizado de encontros, acampamentos, conferências e festividades: o seu tempo sagrado estaria diluído em seu tempo profano. Esta fluidez denotaria uma despreocupação de sua comunidade religiosa com elementos religiosos tradicionais, como o espaço do templo – muitas vezes negado como demonstram excertos desta seção –, das festividades, dos processos ritualísticos e míticos.

Existe, ainda, um terceiro discurso específico acerca da percepção que a comunidade religiosa possui do templo, que sublinha o interdiscurso do desconforto (“Porque é desconfortável”; “Então assim, a gente gosta de um lugar confortável”; “A gente reclama o tempo todo que é desconfortável e que tem problemas demais, que é desconfortável a estrutura da igreja”). Os paradoxos utilizados pelo enunciador no excerto (006) saltam aos olhos: o espaço do templo seria “massa”, “maneiro”, “muito da hora”, “louco”, porém, “desconfortável”, com “problemas demais” (“É massa, é maneiro porque é numa mecânica; lá era uma mecânica e é muito da hora assim, só que é desconfortável”). A utilização desta figura de linguagem poderia denotar uma tentativa de eufemização da opinião pessoal do fiel sobre o espaço da igreja. Emerge do excerto uma comparação entre a Congregação Cristã no Brasil (CCB) – igreja pentecostal clássica com boa estrutura física – e INRP – igreja desconfortável e problemática no que tange à estrutura. As tecnologias presentes em tais igrejas denotariam marcas temporais e de estilo evangelístico – na CCB, tradicionalismo e ventiladores; na INRP, transgressão e ar-condicionado (“A gente tem ar condicionado, por exemplo, e não tem dinheiro para colocar ar condicionado”; “Porque senão todo mundo ia pra Congregação porque lá tem uns ventiladores enormes, muito bons; mas, prá quem está lá dentro, eu acho que não é bom não”):

(006) Porque é desconfortável. É massa, é maneiro, porque é numa mecânica, lá era uma mecânica, e é muito da hora assim, só que é desconfortável. A gente tem ar condicionado, por exemplo, e não tem dinheiro para colocar ar condicionado. Então, assim, a gente gosta de um lugar confortável. *Eu acho que se o lugar fosse mais confortável, não traria mais pessoas; acho que não tem nada a ver isso.* Porque senão todo mundo ia pra Congregação porque lá tem uns ventiladores enormes, muito bons; mas pra quem está lá dentro, eu acho que não é bom não. A gente reclama o tempo todo que é desconfortável e que tem problemas demais, que é desconfortável a estrutura da igreja; *mas, pra quem está de fora, eu acho que eles acham mais louco assim* (Entrevistado 12).

Pode-se inferir, a partir da afirmação inicial presente no excerto (007), que o seu oposto é o que o enunciador gostaria de expressar: se eu gosto de conforto, logo, eu não gosto de desconforto (“Eu gosto de conforto, claro”; “Eu também gostaria de estar em outro lugar”). Por meio da análise da intertextualidade ficam demarcadas as vozes de “meninas” que reclamariam do espaço do templo da igreja (“Nossa, eu conheço umas meninas que sofrem muito com isso. ‘Nossa, vamos mudar daqui’. ‘Vamos mudar desse prédio’”). Vale destacar a falsa oposição entre conforto e simplicidade presente no excerto (“Mas o IRNP nunca foi uma igreja de ter conforto, de buscar... A gente sempre foi muito simples”).

(007) Eu gosto de conforto, claro. *Tem pessoas...* Nossa, eu conheço umas meninas que sofrem muito com isso. ‘Nossa, vamos mudar daqui. Vamos mudar desse prédio’. De todos os prédios que a gente já teve, esse é o mais precário mesmo. Eu também gostaria de estar em outro lugar. Mas o (IRNP) nunca foi uma igreja de ter conforto, de buscar... A gente sempre foi muito simples. *As cadeiras, quando eu cheguei, eram aquelas de bar* (Entrevistado 05).

Há, por último, um discurso específico que considera a imagem da IRNP a de uma não igreja para os que dela não fazem parte (“Eu acho que a maior parte das pessoas acha que é uma ONG, um projeto social. Uma casa de *show* mesmo”). O excerto (008) coloca em tensão dois discursos (“Acho que é muito difícil verem uma igreja. Igreja só pra quem realmente vem mesmo”): o primeiro é oficial e enfatizado pela comunidade religiosa – de que aquele lugar é uma igreja; o segundo é o dado percebido pelos agentes externos – que não conseguem compreender que aquele lugar é um templo cristão. A produção de um espaço sagrado, portanto, é despreocupada com a imagem que produz. Talvez seja por isso que as mudanças de prédios sejam constantes desde a fundação da igreja: sendo ela uma não igreja – pelo menos esteticamente –, não importa muito a sua localidade. Vale questionar: quais os pontos positivos e negativos para o evangelismo da igreja que o seu espaço seja confundido com “espaços do mundo”? Seria uma estratégia para atingir determinado tipo de público ou um desleixo, que reflete em uma pequena e instável comunidade de fiéis? Em outros termos, o espaço é sagrado, mas, o seu *ethos* caminha do mais para o menos formal; é de uma Organização Não Governamental (ONG), um projeto social, uma casa de *shows*.

(008) *Não*, eu acho que a maior parte das pessoas acha que é uma ONG, um projeto social. Uma casa de *show* mesmo... *Com portão preto*. Acho que é muito difícil verem uma igreja. Igreja só pra quem realmente vem mesmo. (Entrevistado 03).

Discutir conceitos como comunidade e identidade é algo complexo quando se trata da INRP. A instituição religiosa desde os tempos de seu nascedouro elabora um expressivo reforço das identidades, tanto que surge a partir de uma tribo urbana, com objetivos específicos e com evangelho voltado a um determinado público. O grupo de fiéis “diferentes” só seria assim considerado caso estabelecessem uma relação de diferença com os Outros – fiéis de outras igrejas, outras igrejas, meios de comunicação, sociedade em geral. É na sua relação com os outros e com os seus que se constrói a identidade da igreja.

Na contemporaneidade torna-se comum um reforço das identidades e dos valores que a sustentam – individualismo, egocentrismo, meritocracia –, em detrimento da noção de

comunidade e de seus valores subjacentes – ajuda mútua, coletividade, objetivos em comum. As questões relacionadas às noções de comunidade e identidade apontam para a compreensão da existência de um sentimento comunitário (“Mas as pessoas que têm uma certa constância lá, têm esse sentimento de comunidade”; “Se ver como a gente vê. Ter essa identidade de comunidade como a gente tem. Nunca vi e acho que é uma das coisas que me prendem lá é isso: sentir a dor do outro”), mas indica fragilidade, fragmentação e inconstância de tal comunidade religiosa (“O (IRNP), como te expliquei, ele incha e seca. Tem época que a gente não dá conta de tanta gente nos cultos, e época que fica vazio. Durante uma época éramos 12 pessoas, e ficou assim um tempo”; “Pra mim a (IRNP), ela, mesmo hoje, um pouco fragmentada, eu diria, por conta de chegar muita gente nova, e a gente se adaptando ao novo momento, mas acho que mais do que nunca, eu creio, e nunca vi outra igreja ser parecida”. Por parte desta comunidade religiosa, basta observar os excertos (009) e (010):

(009) O (IRNP), como te expliquei, ele incha e seca. Tem época que a gente não dá conta de tanta gente nos cultos, e época que fica vazio. Durante uma época éramos 12 pessoas, e ficou assim um tempo. *Então, agora, como é muito rotativo, a gente não tem tanto assim, não sei te falar se todos têm esse sentimento*, mas as pessoas que têm uma certa constância lá, têm esse sentimento de comunidade. *Às vezes não a clareza que eu tenho de família, mas ela sente que às vezes ‘aqui eu posso contar’. Tipo, ‘ah, preciso mudar [de templo]’, e manda na página do (IRNP). E as pessoas vão!* (Entrevistado 07).

(010) *[Sinto que lá existe o sentimento de comunidade] mais do que qual-quer outra igreja que eu tivesse. Isso é fato!* Pra mim a (IRNP), ela, mesmo hoje, um pouco fragmentada, eu diria, por conta de chegar muita gente nova, e a gente se adaptando ao novo momento, mas acho que mais do que nunca, eu creio, e nunca vi outra igreja ser parecida... Se ver como a gente vê. Ter essa identidade de comunidade como a gente tem. Nunca vi, e acho que é uma das coisas que me prendem lá é isso: sentir a dor do outro. *Se eu vejo o meu amigo ali, e tal... Eu vou lá. Sempre a gente está em contato, mesmo não estando no culto... Sempre se comunicando* (Entrevistado 13).

A ampla maioria dos entrevistados afirmou perceber o entendimento de comunidade entre os frequentadores da IRNP. Apenas um fiel, que nos chamou a atenção, emitiu opinião dissonante acerca da questão. Para ele, faz-se necessário um entendimento individual, que diz respeito à compreensão do papel individual no mundo (“Você precisa primeiro transformar o meu entendimento do que eu estou fazendo. Porque enquanto eu acho que eu sou um grupo, eu estou falhando, eu não estou entendendo o que eu estou fazendo aqui”). Tal compreensão seria canalizada a partir da reflexão em grupo, feita a partir da reunião de cada um (“Agora, a partir do momento que eu transformo que a questão não é o meu grupo, mas é assim o meu papel no mundo; aí eu passo a tratar as diferenças de forma diferente”). Nota-se, no excerto (011) uma sobreposição de discursos, sendo o da identidade ressaltado e o da comunidade rechaçado:

(011) *Fica, mas é frágil [a noção de comunidade]. O que precisa ser feito?* Você precisa primeiro transformar o meu entendimento do que eu estou fazendo. Porque enquanto eu acho que eu sou um grupo, eu estou

falhando, eu não estou entendendo o que eu estou fazendo aqui. Agora, a partir do momento que eu transformo, que a questão não é o meu grupo, mas é assim o meu papel no mundo, aí eu passo a tratar as diferenças de forma diferente. *É o que precisa aprender* (Entrevistado 09).

No que diz respeito à relação entre a igreja e o bairro, esta não se concretiza de modo a estabelecer relações com os moradores do entorno (“Então a nossa influência, vamos dizer assim, ela é pouca porque a maioria do entorno ali é loja, é comércio, essas coisa e poucas casas, né?”). Os estabelecimentos que a circundam são, em grande maioria, comerciais. A justificativa para a localização da igreja é apresentada pragmaticamente, devido à centralidade e acessibilidade do bairro (“É, a questão da localização é mais por conta de ser um local central da cidade; então é mais fácil das pessoas irem, se encontrarem”; “Então, a nossa localização sempre priorizou o centro”), que facilitaria (elemento estratégico) o encontro da comunidade religiosa, conforme denota o excerto (012). E, nota-se, com facilidade, um interdiscurso da centralidade:

(012) É, a questão da localização é mais por conta de ser um local central da cidade; então é mais fácil das pessoas irem, se encontrarem. *É mais por conta disso mesmo, de estar no centro; então a nossa influência, vamos dizer assim, ela é pouca porque a maioria do entorno ali é loja, é comércio, essas coisa e poucas casas, né? Então, a nossa localização sempre priorizou o centro.* (Entrevistado 04).

Além de ser central e acessível, a localidade da igreja, de acordo com o fiel que enuncia no excerto (013), fez culminar uma instituição diversa, que aproximou indivíduos de bairros periféricos e não periféricos, de diferentes classes sociais, tribos e estilos. Aqui o interdiscurso da centralidade é interligado a duas unidades discursivas, quais sejam: a diversidade (“No (IRNP) você vai achar desde os ricos até o pobrezinho miserável do Canaã, Morumbi, mano, ‘vida louca’. Vai achar a outra que é mais *hippie*, o metaleiro loucão”) e a tradição (“Tanto que conforme ela foi mudando a localização e as pessoas foram se aproximando da gente, foi criando uma diversidade de gente muito grande”):

(013) *Mas, assim... Eu acho que ela se relaciona bem com as pessoas. Tanto que conforme ela foi mudando a localização e as pessoas foram se aproximando da gente, foi criando uma diversidade de gente muito grande. No (IRNP) você vai achar desde os ricos até o pobrezinho miserável do Canaã, Morumbi, mano ‘vida louca’. Vai achar a outra que é mais *hippie*, o metaleiro loucão. A localização próxima ao centro da cidade permite isso: a diversidade cultural grande. E, por conta disso, surge um público diversificado, e fiéis diversificados* (Entrevistado 10).

A defesa da localidade calcada na centralidade parece não convencer a todos. Para um dos fiéis entrevistados, é importante que a igreja atue no espaço onde se localiza (“É entender que qualquer congregação onde ela está, ela tem que fazer as diferenças no bairro onde ela está”; “Este é o papel da igreja: estar num lugar e exercer influência ali naquele lugar. Ela tem que ser pra isso”), já que é este o espaço onde exerce intrinsecamente a sua primeira territorialidade, aprisionada em uma estrutura física, fincada no chão, que limita

fisicamente o espaço sagrado e o profano. O enunciador do excerto (014) aponta um erro estratégico de localização e acredita que a igreja não deveria estar onde está (“O perfil do (IRNP) não é o perfil para estar ali naquele lugar”). Segundo ele, deveria ela fazer-se presente em área central mais movimentada por jovens, bares e casas e *shows* (“Ela pode estar no centro, deveria estar no centro por uma questão de acesso mais de jovens [...] Teria que estar perto ali donde estão os bares, as casas de *shows*, esse tipo de coisa”), por uma questão de harmonia com o perfil de fiéis que buscam a igreja:

(014) *Isso como igreja é um processo que o (IRNP) precisa amadurecer; é entender que qualquer congregação onde ela está, ela tem que fazer as diferenças no bairro onde ela está. E a (IRNP) faz muito pouco por aquele pedaço ali [...] Ela exerce pouca influência [...] Este é o papel da igreja: estar num lugar e exercer influência ali naquele lugar. Ela tem que ser pra isso [...] O perfil do (IRNP) não é o perfil para estar ali naquele lugar. Ela pode estar no centro, deveria estar no centro por uma questão de acesso mais de jovens [...] Teria que estar perto ali donde estão os bares, as casas de *shows*, esse tipo de coisa. Seria mais o perfil correto, mas aí por uma questão de preço, também não tem condições (Entrevistado 09).*

No que tange à relação entre a igreja e a cidade, esta é evidenciada discursivamente como intrínseca (“Porque esse meio aonde a igreja surge, nós viemos dele. Nós somos dele”). Os fiéis e lideranças religiosas são parte da cidade, vieram na cultura da cidade e a expressam por meio de suas práticas sociais (“Então eu tava falando assim... Tem o *rock*. O (entrevistado 01) é rockeiro. Ele era galã, né? Vestia igual mulher, tinha uns negócio assim... Então você pega o (entrevistado 04), que é *skatista*. Ele tá na tribo do *skate*. Eu tô na tribo do *funk*, das festinhas tudo [risos]”). O *rock*, o *skate*, o *funk*, por exemplo, seriam expressões urbanas que constituem cidade e igreja, sendo estes dois polos a se abastecerem normativa e axiologicamente (“Então, nós estamos nesse meio; mas, a partir do momento que encontramos a igreja, decidimos seguir uma vida diferente ao qual a gente pegou um ponto diferente de viver; a gente não se desligou daquilo”). A cidade seria o lócus de todas as tribos e a igreja, entendida reflexo da cidade, também espaço para convívio entre os diferentes (“Então, tem o porquê disso aqui, porque dentro dessa tribo está cada um de nós. E por que que até hoje permanece, por mais que as tribos não aconteçam? Porque todas as tribos têm pessoas na igreja; “Então, eu acredito que independente da tribo que aconteça, a gente vai estar inserido em todas”). Tamanha é a importância da cidade, a liderança religiosa a considera, como fica claro no excerto (015), que ela é início, meio e fim da instituição religiosa (“É por isso que a gente surgiu nela, e vai morrer nela [na cidade]”):

(015) *Porque esse meio aonde a igreja surge, nós viemos dele. Nós somos dele. Então eu tava falando assim... tem o *rock*. O (entrevistado 01) é rockeiro. Ele era galã, né? Vestia igual mulher, tinha uns negócio assim... Então você pega o (entrevistado 04), que é *skatista*. Ele tá na tribo do *skate*. Eu tô na tribo do *funk*, das festinhas, tudo [risos]. Então, nós estamos nesse meio; mas, a partir do momento que encontramos a igreja, decidimos seguir uma vida diferente ao qual a gente pegou um ponto diferente de viver; a gente não se desligou daquilo [...] Então tem o porquê disso aqui, porque dentro dessa tribo está cada um de nós. E*

por que que até hoje permanece, por mais que as tribos não aconteçam? Porque todas as tribos têm pessoas na igreja. *A igreja é muito nova, tanto em idade, quanto em pessoas que vêm. Então, você vê ali muitos meninos de 17, 18 anos que faz parte dessa tribo inteira.* Então, eu acredito que independente da tribo que aconteça, a gente vai estar inserido em todas. É por isso que a gente surgiu nela, e vai morrer nela [na cidade] (Entrevistado 03).

Sendo um espaço de convívio para todas as tribos, refletindo uma cidade complexa e contemporânea, temos uma igreja de princípios, mas não de tradições. Há que se atentar para o combate discursivo eminente ao tradicionalismo. (“Porque, pensa bem... Nos tempos atuais uma cidade com uma grande diversidade assim em meio à uma religião que busca tanto conservar uma tradição, de repente você acha uma igreja que não faz questão de conservar a tradição, mas que mantém os princípios”). Os princípios não seriam dados justamente pela tradição, pelo inculcamento de práticas e costumes que elaborariam uma religiosidade, uma vivência religiosa? Bauman (2001) disse que a identidade na contemporaneidade seria como uma peça de roupa, que pode ser trocada, ressignificada, reafirmada, descartada, tensionada a todo tempo, sem causar conflitos nas ordens social e cultural: funcionariam as identidades religiosas da IRNP, demonstra o autor (“Localizar uma igreja que você pode ser quem é, ter a sua forma de ser e lá tem um monte de gente diferente como eu sou... Eu posso entrar lá a ponto da gente não restringir nem a doido, nem a bêbado [risos], mas eu posso entrar lá”). São questionamentos levantados após a leitura do excerto (016):

(016) Porque, pensa bem... Nos tempos atuais uma cidade com uma grande diversidade assim em meio a uma religião que busca tanto conservar uma tradição; de repente você acha uma igreja que não faz questão de conservar a tradição, mas que mantém os princípios. Localizar uma igreja que você pode ser quem é, ter a sua forma de ser e lá tem um monte de gente diferente como eu sou... Eu posso entrar lá a ponto da gente não restringir nem a doido, nem a bêbado (risos), mas eu posso entrar lá... *Foi um fator que contribuiu!* (Entrevistado 10).

Emana do excerto (017) o interdiscurso da alternatividade, subdividido em duas unidades discursivas: o alternativo em relação à cidade e o alternativo em relação à igreja (“Porque agora o pessoal tá numa ondinha de ser mais alternativo, né? Então, por exemplo, as pessoas se você for no centro hoje à noite, você vê que tem um perfil de jovens que se for analisar, não se enquadrariam numa Presbiteriana”). Novamente, o entendimento de profunda troca entre elementos urbanos e instituição religiosa: dizendo mais diretamente, a “...ondinha de ser mais alternativo...” notada no centro da cidade, não admite para a sua juventude uma igreja que seja tradicional, como a histórica Presbiteriana.

(017) Tem, porque agora o pessoal tá numa ondinha de ser mais alternativo, né? Então, por exemplo, as pessoas se você for no centro hoje à noite, você vê que tem um perfil de jovens que se for analisar não se enquadrariam numa Presbiteriana. Acho que o (IRNP) é essa referência [...] E eu acho que a gente serve de referência nesse sentido [...] Tem gente na cena mais *underground* de Uberlândia que se diz do (IRNP), mesmo não indo lá (Entrevistado 07).

O interdiscurso do alternativo é utilizado para legitimar um seguinte interdiscurso, o da referência (“Acho que o (IRNP) é essa referência [...] E eu acho que a gente serve de referência nesse sentido [...] Tem gente na cena mais *underground* da cidade que se diz do (IRNP), mesmo não indo lá”). A IRNP seria tão referenciada no meio alternativo da cidade, que até aqueles que não frequentam a igreja se diriam parte dela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve, como objetivo principal, compreender as representações dos espaços sagrado e profano no âmbito de uma igreja neopentecostal não tradicional (*underground*) de uma cidade no interior de Minas Gerais. Por meio de uma pesquisa de natureza qualitativa, na qual foram realizadas 15 entrevistas semiestruturadas com pastores e fiéis de uma instituição religiosa – respectivamente, 05 pastores e 10 fiéis –, pôde-se observar que o espaço da igreja neopentecostal pesquisada, de alguma forma, invadiu um espaço essencialmente profano (mecânica). Não haveria, por assim dizer, qualquer tipo de conflito, por parte da igreja ou de seus representantes, no sentido de ocupar espaços notadamente mundanos como: igrejas, cinemas, entre outros. Esta ruptura, com uma abordagem tradicional de distribuição espacial dos templos – especialmente presente na igreja católica –, levaria, na perspectiva dos transeuntes, a uma percepção da igreja pesquisada como sendo um não espaço sagrado e, assim, a uma ideia de que haveria uma certa fluidez entre o interior e o exterior desta – reflexo, talvez, da própria fluidez do discurso teológico neopentecostal alternativo que se aproxima do mundano. Além disso, o templo parece apresentar-se como um espaço não conservador – que não conserva tradições –, tendo um caráter essencialmente prático e informal.

Uma vez que as análises empreendidas no escopo deste trabalho restringiram-se apenas ao universo de uma igreja neopentecostal *underground* de uma cidade do Estado de Minas Gerais, sugere-se, como novas possibilidades de pesquisa, que as representações dos espaços sagrado e profano possam ser buscadas em outras organizações com um perfil próximo – igrejas neopentecostais alternativas como a Bola de Neve, por exemplo –, bem como em outras localidades.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio concedido na realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BARROS, S. C. B.; NASCIMENTO NETO, L. E. Um olhar geográfico na festa de São Sebastião no Encanto-RN. *Geotemas*, Pau dos Ferros, v. 1, n. 1, p.48-58, jun. 2011.

- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BERGER, P. A dessecularização do mundo: uma visão global. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 67-86, jan. 2000.
- BERGER, P. L. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. 5.ed. São Paulo: Paulus, 2004.
- BORGES, A. F. et al. Empreendedorismo religioso: um estudo sobre empresas que exploram o nicho da religiosidade. *Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 5, p. 565-583, out. 2015.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BOURDIEU, P. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. 3. ed. Porto Alegre: Zouk, 2008.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 2000.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 10. ed. Campinas: Papirus, 2010.
- CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso versus Análise de Conteúdo. *Texto & Contexto Enfermagem (UFSC, Impresso)*, Florianópolis, v. 15, p. 4, 2006.
- DURKHEIM, E. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ELIADE, M. *Imagens e símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- ELIADE, M. *O sagrado e o profano*. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ENOQUE, A. G.; BORGES, A. F.; BORGES, J. F. O sagrado e o profano nas organizações contemporâneas. *Pretexto*, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 28-4, jun. 2016.
- FRESTON, P. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, A. et al. *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 67-159.
- GIL FILHO, S. F. Por uma Geografia do Sagrado. *RA'EGA: O Espaço Geográfico em Análise*, Curitiba, v. 05, p. 67-78, 2001.
- GILL, R. Análise de Discurso. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 3. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002. p.244-70.
- GRABAR, O. O sentido do sagrado. *O Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, v.16, n.10, p. 27-31, out. 1988.

- KOZEL, S.; SILVA, J. C.; GIL FILHO, S. F. (org.). *Da percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da geografia cultural e humanista*. São Paulo: Terceira Margem, 2007. 243 p.
- MARIANO, R. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- MINTZBERG, H. Organization design: fashion or fit? *Harvard Business Review*, p. 103-116, feb. 1981.
- MINTZBERG, H. *Criando organizações eficazes*. São Paulo: Atlas, 2003.
- OLIVEIRA, H.C. *Amém? Amém! Estudo das dinâmicas espaciais das igrejas pentecostais em Uberlândia (MG)*. 2006. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.
- OLIVEIRA, H. C. Espaço e religião, sagrado e profano: uma contribuição para a geografia da religião do movimento pentecostal. *CPG: Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, v. 2, n. 34, p.135-161, dez. 2012.
- ORLANDI, E. P. A Análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: 10º SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DE DISCURSO, nov. 10-13, 2003, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2003. CD-ROM.
- ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. 248 p.
- ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (org.). *Espaço e cultura: pluralidade temática*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. 296 p.
- ROSENDAHL, Z. *Espaço e religião: Uma abordagem geográfica*. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, NEPEC, 1996. 92 p.
- ROSENDAHL, Z. Espaço, cultura e religião: dimensões de análise. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- SANCHIS, P. *Religião, cultura e identidades: matrizes e matizes*. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.
- SANTOS, A. P. Introdução à geografia das religiões. *Geosp: Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 11, p. 21-33, 6 dez. 2002. Universidade de São Paulo - Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2002.123639>. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/123639>. Acesso em: 03 nov. 2019.
- SERAFIM, M. C. Religião e o “espírito” empreendedor. In: EnANPAD: ENCONTRO DA ANPAD, 32., 2008, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2008, p. 1-16.
- SILVA, B. M. et al. Uma organização religiosa pensada a partir da teoria das teorias organizacionais em Mintzberg. *JPM: Journal of Perspectives in Management*, [s.l.], v. 2, n. 2, p. 18-33, dez. 2018.

SILVA, R. R. Espiritualidade e religião no trabalho: possíveis implicações para o contexto organizacional. *Psicologia, ciência e profissão*, [s.l.], v. 28, n. 4, p. 768-779, ago. 2008.

SILVA, R. R.; SIQUEIRA, D. Espiritualidade, religião e trabalho no contexto organizacional. *Psicologia em estudo*, Maringá, v. 14, n. 3, p. 557-564, set. 2009.

SOUSA, P. P. A. de. Notas para uma geografia da religião. *Revista de Ciências Humanas: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes*, Viçosa, v. 11, n. 2, p.245-258, jul. 2011. Semestral. Disponível em: <http://www.cch.ufv.br/revista/sumario.php?id=21>. Acesso em: 05 nov. 2019.

TEIXEIRA, F. *Sociologia da religião: enfoques teóricos* (org.). 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

TRACEY, P.; PHILLIPS, N.; LOUNSBURY, M. Taking religion seriously in the study of organizations. In: TRACEY, P.; PHILLIPS, N.; LOUNSBURY. (org). *Religion and organization theory*. London: Emerald, 2014.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 2001.

WEBER, M. Classe, Status e Partido. In: VELHO, O. G. et al. (org.). *Estrutura de Classes e Estratificação Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WEBER, M. *Economia e Sociedade*. Brasília: UNB, 2000.

WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. LCT, 1982.

WEBER, M. *Sociologia das religiões*. Lisboa: Antropos, 2006.

Falta de Transparência da Fundação Renova nos Relatórios do Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social

**Carolina Machado Saraiva e
Michel Richter de Souza Oliveira Pereira**

Resumo

Este artigo apresenta falhas graves de transparência nos relatórios divulgados pela Fundação Renova (FR) sobre o “Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social” (PG06), programa do eixo socioeconômico das ações conduzidas pela FR. Foram analisados todos os relatórios mensais do “Progresso do Programa” e os enviados ao Comitê Interfederativo, além dos relatórios anuais, do início do programa, em setembro de 2016 a novembro de 2020. No total, foram minuciosamente analisados na íntegra 98 relatórios, buscando verificar os critérios de acesso, facilidade de uso, qualidade da informação, entendimento e auditabilidade. Os dados analisados revelam falhas gravíssimas nos relatórios divulgados, chegando-se a impedir qualquer forma de acompanhamento do PG06. Isso obstrui os princípios básicos de transparência às informações, previsto no Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC), no Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov) e nos direitos humanos. Este artigo vem acrescentar-se à documentação sobre a falta de transparência da FR e o impedimento, realizado por ela, de acesso às informações para acompanhamento e auditoria por parte dos atingidos, ministérios públicos e sociedade civil organizada.

Palavras-chave

Fundação Renova; Transparência Organizacional; Participação e Controle Social.

Abstract This article presents serious flaws of transparency in the reports published by the Renova Foundation (RF) on the “Communication, Participation, Dialogue and Social Control Program” (PG06), a program of the socioeconomic axis of the actions conducted by the RF. All monthly reports of the “Program Progress” and those sent to the Interfederative Committee, in addition to the annual reports, from the beginning of the program in September 2016 to November/2020 were analyzed. In total, 98 reports were analyzed. They were thoroughly analyzed in full, seeking to verify the criteria of access, ease of use, quality of information, understanding and auditability. The analyzed data reveal that there are very serious flaws in the reports released, even preventing any form of monitoring of PG06. This obstructs the basic principles of transparency to information, provided for in the Conduct Adjustment Transaction Term (TTAC), the Governance Conduct Adjustment Term (TAC-Gov) and human rights. This article is added to the documentation on the lack of transparency of the RF and the impediment, carried out by it, access to information for monitoring and auditing by those affected, public ministries and organized civil society.

Keyword Renova Foundation; Organizational Transparency; Participation and Social Control.

INTRODUÇÃO

A queda da barragem de Fundão não pode ser um evento sobre o qual nós nos referimos apenas no passado, pois ela ainda continua espalhando problemas nos territórios atingidos. Desde 2015, quando se iniciou a queda da barragem, os atingidos vêm lutando com a então Samarco e agora Fundação Renova (FR) para terem seus direitos reconhecidos e receberem uma indenização compatível com as perdas sofridas.

No entanto, cinco anos e meio após o início da queda da barragem, somente 49% dos atingidos foram reconhecidos pela FR como sujeitos de direito no programa de levantamento e cadastro dos impactados. A taxa de famílias indenizadas em todo o território é de 34% (Ramboll, 2020). Até o presente momento, ninguém foi punido na justiça e, dos 22 denunciados em 2016, somente 7 respondem por algum crime. Os reassentamentos serão entregues somente em 2030, segundo informação da própria FR ao jornal *Bom dia, Brasil* de 05 de novembro de 2020. Atualmente, há somente duas casas construídas no reassentamento de Bento Rodrigues, que é uma das comunidades completamente destruídas pelo rejeito.

Criada em 02 de março de 2016, através do Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC) a fim de conduzir os processos de recuperação, mitigação, remediação e indenização dos atingidos pela queda da barragem de Fundão, a FR tem como uma de suas

obrigações a comunicação de suas ações a toda comunidade. A transparência da divulgação das informações é pilar para o controle e participação social, bem como para o acompanhamento e auditoria das ações desenvolvidas pela FR.

O princípio de transparência é citado 12 vezes no TTAC em várias cláusulas e diretrizes dos programas que ela tem que conduzir com a população. A Cláusula 221, por exemplo, estabelece que “a Fundação atenderá aos preceitos da transparência e eficiência” (TTAC, 2016, p. 101). Na mesma direção, o TAC-Gov, acordo assinado em 25 de junho de 2018, tem por objetivo, no inciso 2 “o aprimoramento de mecanismos de efetiva participação das pessoas atingidas pelo ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO em todas as etapas e fases do TTAC e do presente ACORDO” (TAC Governança, 2018, p. 04). O documento cita transparência 32 vezes, quase 1 citação por página. A transparência nas informações também é critério exaltado pelas consultorias que atuam junto ao Ministério Público Federal (MPF), destacando-a como pilar para os direitos humanos:

a abordagem de Direitos Humanos que possui como princípios básicos a participação, a transparência, e o acesso à informação, incluindo o estabelecimento de canais efetivos de diálogo e denúncia, a prestação de contas, a solução mediada e bem informada de conflitos, entre outros (Ramboll, 2019, p.78).

Baseado no princípio de transparência das informações, o presente dossiê analisou 98 relatórios elaborados pela FR sobre o Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social (PG06), programa do eixo socioeconômico das ações conduzidas pela FR. Os relatórios analisados seguem abaixo descritos:

1. Relatórios Mensais Progresso Programa
(<https://www.fundacaorenova.org/programa/comunicacao-participacao-dialogo-control-social/>) Período analisado: set/16 a out/20 – total de 50 relatórios;
2. Relatórios Mensais do Comitê Interfederativo (CIF)
(<https://transparencia.fundacaorenova.org/relatorios-executivos>) Período analisado: set/16 a jun/20 – total de 44 relatórios;
3. Relatórios Anuais CIF
(<https://transparencia.fundacaorenova.org/relatorios-aneais>) Período analisado: 2016 a 2019 – 4 relatórios.

A análise detalhada dos relatórios que compõem o PG06 buscou verificar a transparência nas informações dos relatórios do PG06, através dos critérios de acesso, facilidade de uso, qualidade da informação, entendimento e auditabilidade. As etapas de análise foram: (1) leitura sistemática de cada relatório; (2) comparação das informações entre os relatórios da mesma categoria: análise dos dados dos relatórios mensais do “Progresso do Programa” de um determinado mês com os de outro mês; (3) comparação das informações dos relatórios mensais do “Progresso do Programa” com os “Relatórios Mensais CIF”; e (4) análise comparativa entre os relatórios mensais “Progresso do Programa” com os “Relatórios CIF Anuais”.

As conclusões apontam para a falta de transparência nos relatórios em todos os quesitos acima descritos. Verificamos que há problemas do que chamamos de incongruência interna – que se refere ao conteúdo e forma do próprio relatório – e incongruência externa – que se refere às incompatibilidades de conteúdos entre os relatórios do mesmo mês para o mesmo programa.

As incongruências internas nos dados referem-se à presença de informações repetidas em 32 dos 50 relatórios. Ou seja, em 32 relatórios, há pares de 16 com informações absolutamente idênticas, em que um mês anterior apresenta resultados de um mês posterior. Além disso, a duplicação não é fixa, ou seja, os mesmos meses duplicados são sempre os mesmos. Ela se altera a cada mês, criando várias versões do mesmo relatório. Chegamos a identificar cinco versões publicadas de um mesmo relatório, de um determinado mês. Portanto, dependendo da data em que uma pessoa qualquer tivesse acessado o relatório divulgado pela FR, ela teria acesso a uma das cinco versões duplicadas dele.

As incongruências externas foram construídas a partir da comparação dos conteúdos e formas dos relatórios mensais¹ e anuais² presentes no *site* da FR enviados ao Comitê Interfederativo (CIF). Verificamos ainda mais divergências entre os dados enviados ao CIF e os dados disponibilizados nos relatórios do Progresso do Programa (mensais), com informações existentes somente em um dos relatórios, por exemplo. Esses achados foram feitos por nós, pesquisadores, não havendo no *site* da FR nenhum aviso ou alerta sobre os problemas contidos nos relatórios.

A obstrução das informações sobre o programa analisado foi de tal monta que impossibilita qualquer forma de auditoria ou mesmo entendimento do alcance do programa, volume de produtos, pessoas atendidas ou qualquer outro acompanhamento que as pessoas queiram fazer. A análise detalhada dos relatórios descrita neste dossiê traz comprovações da intensa falta de transparência da FR nas informações sobre o PG06, ferindo com gravidade os preceitos do TTAC, TAC-Gov e princípios dos Direitos Humanos como o direito à informação clara e precisa.

As páginas seguintes descrevem detalhadamente as falhas de transparência encontradas nos relatórios analisados. Foram anexados a este dossiê as cópias das telas (*printscreens*) dos relatórios em que encontramos duplicidades, falta de informações ou outra falha na transparência apontada por nós.

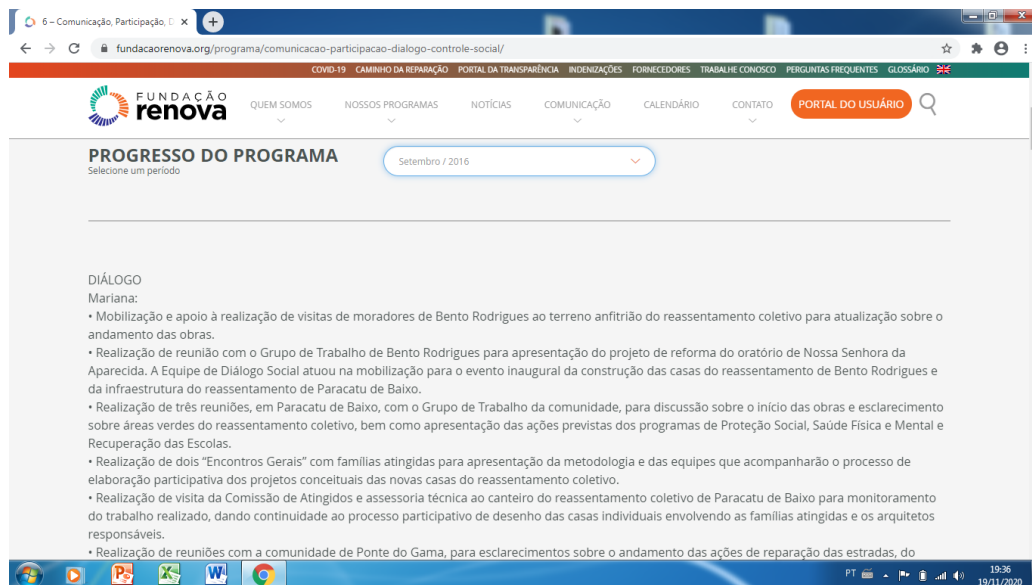
1 Link: <https://transparencia.fundacaorenova.org/relatorios-executivos>.

2 Link: <https://transparencia.fundacaorenova.org/relatorios-anuais>.

ANÁLISE DOS DADOS

Dos 50 relatórios mensais sobre progresso do programa PG06, 32 são *totalmente duplicados*. Isso significa que, dos meses de setembro de 2016 a outubro de 2020, há 32 relatórios que contêm informações idênticas, em pares. Veja nas Figuras 1 e 2 um exemplo de duplicação de conteúdo dos relatórios:

Figura 1 – Excerto do relatório “Progresso Programa” referente ao mês de setembro de 2016



Fonte: Fundação Renova (2020).

A Figura 1 apresenta o *printscreen* da primeira tela do relatório denominado “Progresso do Programa” para o mês de setembro de 2016. No campo de endereço do *site*, vê-se a identificação do programa “comunicação-participação-diálogo-control-social”, identificando que o relatório se refere ao PG06.

No campo “Progresso do Programa” seguido de “selecione um período”, identifica-se que o período selecionado se refere ao mês de setembro de 2016. Ao ser selecionado um período, abre-se o conteúdo do relatório que pode ser lido e acessado por rolagem, já que ele não permite *download* ou cópia de seu conteúdo.

O conteúdo do relatório inicia com “DIÁLOGO – Mariana: mobilização e apoio à realização de visitas de moradores de Bento Rodrigues ao terreno anfitrião do reassentamento coletivo para atualização sobre o andamento das obras”.

Figura 2 – Excerto do relatório “Progresso Programa” referente ao mês de julho de 2019



Fonte: Fundação Renova (2020).

O relatório apresentado pela Figura 2 é referente ao mês de julho de 2019. Observa-se que o endereço do *site* indica que o programa acessado é o mesmo da Figura 1, o PG06. Ao se iniciar a leitura do conteúdo do relatório da Figura 2 percebe-se que é idêntico ao da Figura 1.

Verifica-se, portanto, que o conteúdo do relatório “Progresso do Programa” do PG06 do mês de setembro de 2016 é idêntico ao do mês de julho de 2019, na duplicação de 34 meses. O mesmo acontece em mais 31 relatórios, que são idênticos aos pares.

A duplicação de 32 relatórios dá-se em intervalos móveis de 26, 32, 34 meses, conforme Quadro 1. A duplicação dos relatórios não é fixa. A cada publicação de um novo relatório, a periodicidade da duplicação é alterada, mudando-se os pares idênticos. Nossa pesquisa identificou as seguintes periodicidades de duplicação, destacadas as datas de nosso acesso ao *site* da FR:

Quadro 1 – Descrição da periodicidade da duplicação dos relatórios “Progresso Programa” PG06

	Duplicação de relatórios a cada 26 meses (14/04/2020)	Duplicação de relatórios a cada 30 meses 25/08/2020)	Duplicação de relatórios a cada 32 meses (06/10/2020)	Duplicação de relatórios a cada 34 meses (18/11/2020)
Relatórios Mensais Divulgados	42	46	48	50
Relatórios Duplicados	32	32	32	32

Fonte: dados primários (2020).

Vê-se que em 14 de abril de 2020 havia 42 relatórios mensais “Progresso do Programa” publicados no *site* da FR para o PG06. Deles, 32 eram duplicados em 16 pares. Em 25 de agosto de 2020, o total de relatórios publicados era de 46, sendo 32 duplicados, chegando-se a 50 relatórios publicados e 32 duplicados. Atenção ao fato de que a duplicação acontece em interstícios diferentes, fazendo com que um mesmo relatório tenha sido par duplicado com meses diferentes, na razão de 26, 30, 32 e 34 meses de duplicação;

Há relatórios que chegaram a ter até cinco versões publicadas no *site* em períodos diferentes, sendo que a nova versão substituía a anterior, eliminando qualquer indício de que havia sido publicada versão anterior do relatório;

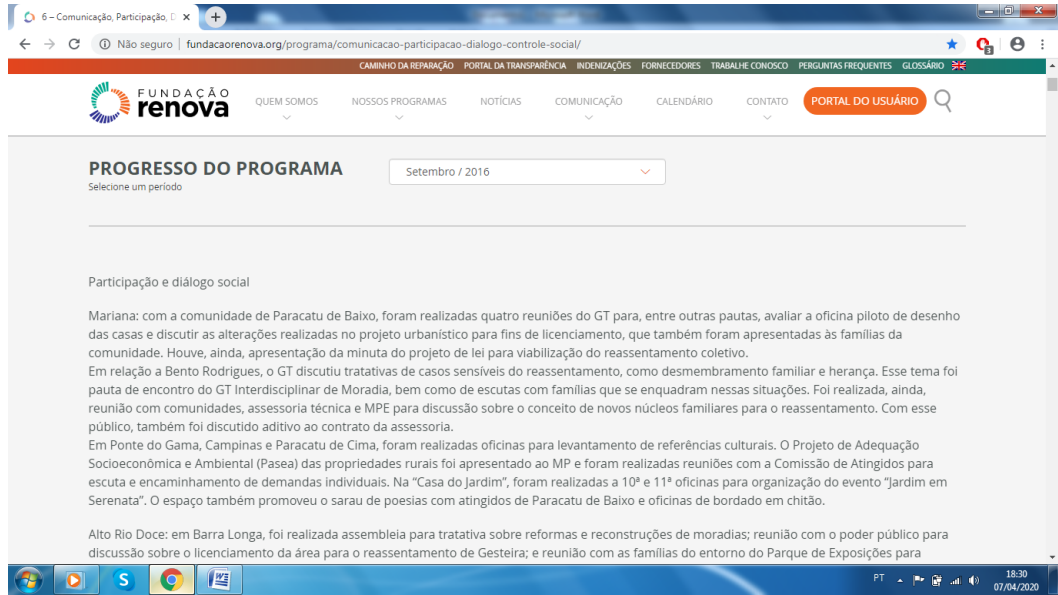
Quadro 2 – Exemplos de versões publicadas dos relatórios “Progresso Programa” referente ao PG06 no *site* da Fundação Renova em um determinado mês

Relatório referente ao mês:	Duplicação dos relatórios - Periodicidade					Relatórios de Atividades Mensais CIF
	26 meses	30 meses	32 meses	34 meses	Site (23/11/2020)	
set/16	nov/18	mar/19	mai/19	jul/19	jul/19	100% incompatível com os relatórios anteriores
out/16	dez/18	abr/19	jun/19	ago/19	ago/19	100% incompatível com os relatórios anteriores
nov/16	jan/19	mai/19	jul/19	set/19	set/19	100% incompatível com os relatórios anteriores

Fonte: Dados Primários (2020).

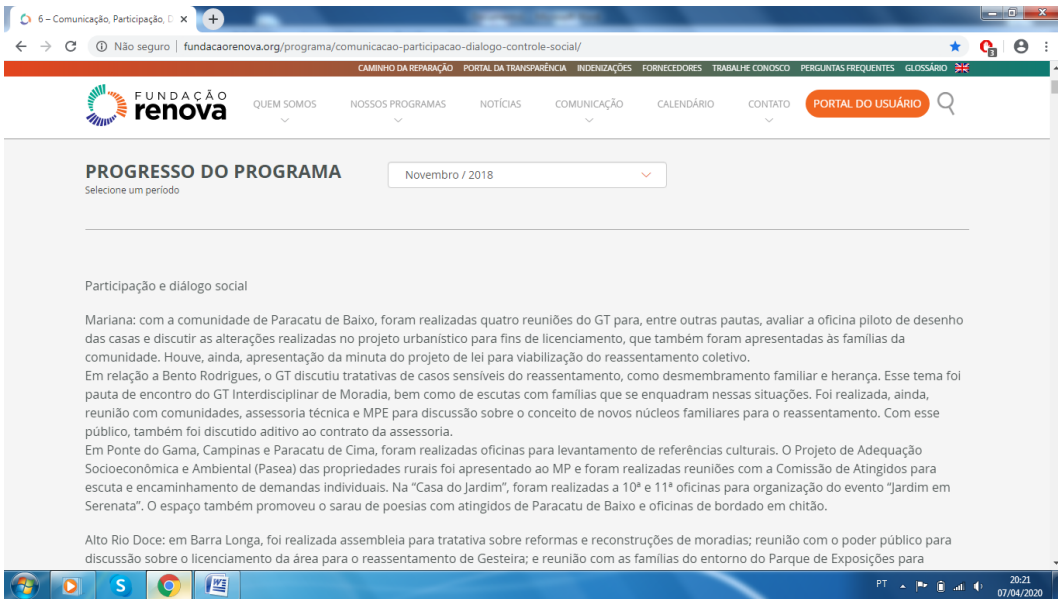
A título de exemplo será descrita a situação do mês de setembro de 2016 e suas cinco versões de relatório. Conforme Quadro 2, o relatório “Progresso do Programa” do mês de setembro de 2016 teve cinco versões publicadas no *site*, sendo que a cada alteração da periodicidade de duplicação, o novo relatório substituía o anterior. A primeira publicação foi duplicada com as informações do mês de novembro de 2018, na duplicação a cada 26 meses (Figuras 3 e 4).

Figura 3 – Excerto do relatório “Progresso Programa” referente ao mês de setembro de 2016



Fonte: Fundação Renova (2020).

Figura 4 – Excerto do relatório “Progresso Programa” referente ao mês de novembro de 2018



Fonte: Fundação Renova (2020).

A segunda versão do relatório de setembro de 2016 é pareada com a de março de 2019, conforme destacado nas Figuras 5 e 6.

Figura 5 – Excerto do relatório “Progresso Programa” referente ao mês de setembro de 2016

6 - Comunicação, Participação, x +

Não seguro | fundacaorenova.org/programa/comunicacao-participacao-dialogo-control-social/

COVID-19 CAMINHO DA REPARAÇÃO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA INDENIZAÇÕES FORNECEDORES TRABALHE CONOSCO PERGUNTAS FREQUENTES GLOSSÁRIO

FUNDAÇÃO **renova** QUEM SOMOS NOSSOS PROGRAMAS NOTÍCIAS COMUNICAÇÃO CALENDÁRIO CONTATO PORTAL DO USUÁRIO

PROGRESSO DO PROGRAMA Seleccione um período Setembro / 2016

Diálogo social

Mariana: Foi realizada reunião do Grupo de Trabalho de Direito à Moradia para apresentação dos status dos reassentamentos e discussão sobre o marco temporal de novos núcleos familiares e compensações, entre outros assuntos. Foi realizado GT das comunidades rurais para apresentação de proposta de conversão para casos de reassentamento familiar, discussão sobre demandas das comunidades (telefonia, iluminação pública, manutenção de acessos, etc.). Junto à comunidade de Paracatu de Baixo, foram realizadas vivências “VimVer”, voltadas à troca de experiências e construção de propostas para retomada de atividades produtivas, e a assembleia de devolutiva e votação dos projetos paisagísticos e de pavimentação do reassentamento coletivo, cuja metodologia foi construída previamente junto ao GT da comunidade. O grupo também solicitou a realização de vistorias na área atingida de Paracatu de Baixo, acompanhadas por um representante da Comissão de Atingidos, para verificar pontos necessários de manutenção pela Fundação Renova. Com a comunidade de Bento Rodrigues, seguem ocorrendo as etapas de elaboração de projetos das casas junto às famílias, além de reuniões do Grupo de Trabalho sobre o projeto conceitual do posto de saúde e licenciamento do cemitério. Também foi dada continuidade às visitas das famílias aos lotes e início das visitas para coleta de assinaturas do termo de declaração de entendimento das modalidades de reparação de direito à moradia, termo de visita à obra do reassentamento coletivo e termo de aprovação do projeto arquitetônico da moradia. Foi realizada, ainda, Oficina de Mapa de Percepção para diagnóstico de referências culturais comunitárias em Camargos e a 16ª Oficina Participativa do CIT Mariana (“Casa do Jardim”) para avaliação do evento Folia e Arte e discussão de novas propostas.

Alto Rio Doce: Em Barra Longa, foi realizada reunião com a Câmara Municipal para debate sobre as ações desenvolvidas pela Renova no território, e assembleia com a comunidade de Gesteira sobre elegibilidade ao Auxílio Financeiro Emergencial e indenização. Também foram promovidas reuniões

Fonte: Fundação Renova (2020).

Figura 6 – Excerto do relatório “Progresso Programa” referente ao mês de março de 2019

6 - Comunicação, Participação, x +

Não seguro | fundacaorenova.org/programa/comunicacao-participacao-dialogo-control-social/

COVID-19 CAMINHO DA REPARAÇÃO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA INDENIZAÇÕES FORNECEDORES TRABALHE CONOSCO PERGUNTAS FREQUENTES GLOSSÁRIO

FUNDAÇÃO **renova** QUEM SOMOS NOSSOS PROGRAMAS NOTÍCIAS COMUNICAÇÃO CALENDÁRIO CONTATO PORTAL DO USUÁRIO

PROGRESSO DO PROGRAMA Seleccione um período Março / 2019

Diálogo social

Mariana: Foi realizada reunião do Grupo de Trabalho de Direito à Moradia para apresentação dos status dos reassentamentos e discussão sobre o marco temporal de novos núcleos familiares e compensações, entre outros assuntos. Foi realizado GT das comunidades rurais para apresentação de proposta de conversão para casos de reassentamento familiar, discussão sobre demandas das comunidades (telefonia, iluminação pública, manutenção de acessos, etc.). Junto à comunidade de Paracatu de Baixo, foram realizadas vivências “VimVer”, voltadas à troca de experiências e construção de propostas para retomada de atividades produtivas, e a assembleia de devolutiva e votação dos projetos paisagísticos e de pavimentação do reassentamento coletivo, cuja metodologia foi construída previamente junto ao GT da comunidade. O grupo também solicitou a realização de vistorias na área atingida de Paracatu de Baixo, acompanhadas por um representante da Comissão de Atingidos, para verificar pontos necessários de manutenção pela Fundação Renova. Com a comunidade de Bento Rodrigues, seguem ocorrendo as etapas de elaboração de projetos das casas junto às famílias, além de reuniões do Grupo de Trabalho sobre o projeto conceitual do posto de saúde e licenciamento do cemitério. Também foi dada continuidade às visitas das famílias aos lotes e início das visitas para coleta de assinaturas do termo de declaração de entendimento das modalidades de reparação de direito à moradia, termo de visita à obra do reassentamento coletivo e termo de aprovação do projeto arquitetônico da moradia. Foi realizada, ainda, Oficina de Mapa de Percepção para diagnóstico de referências culturais comunitárias em Camargos e a 16ª Oficina Participativa do CIT Mariana (“Casa do Jardim”) para avaliação do evento Folia e Arte e discussão de novas propostas.

Alto Rio Doce: Em Barra Longa, foi realizada reunião com a Câmara Municipal para debate sobre as ações desenvolvidas pela Renova no território, e assembleia com a comunidade de Gesteira sobre elegibilidade ao Auxílio Financeiro Emergencial e indenização. Também foram promovidas reuniões

Fonte: Fundação Renova (2020).

Conforme as Figuras 5 e 6 demonstram, o conteúdo do relatório de setembro de 2016 foi totalmente alterado, comparando-se as Figuras 3 e 5. Ambos referem-se ao relatório “Progresso do Programa” do mês de setembro de 2016 do PG06. Apesar de ser o mesmo

mês, o mesmo relatório e o mesmo programa, seu conteúdo foi alterado, tendo sido substituído o conteúdo do relatório publicado quando a periodicidade de duplicação era de 26 meses pelo de periodicidade de duplicação de 30 meses.

A terceira versão do relatório de setembro de 2016 corresponde à periodicidade de 32 meses. Assim, seu conteúdo é idêntico ao relatório de maio de 2019 (Figuras 7 e 8).

Figura 7 – Excerto do relatório “Progresso Programa” referente ao mês de setembro de 2016



The screenshot shows a web browser window displaying the website of Fundação Renova. The page title is "PROGRESSO DO PROGRAMA" and the selected period is "Setembro / 2016". The content is under the heading "DIÁLOGO" and "Mariana:". It lists several activities:

- Realização de reuniões do GT Interdisciplinar de Direito à Moradia. Os objetivos foram: discutir compensações por diferenças entre imóveis no reassentamento familiar; localização da ETE do reassentamento coletivo de Bento Rodrigues; apresentação do projeto de aterro sanitário pela Fundação Renova; bem como atualização do status dos reassentamentos coletivos, familiares e reconstruções.
- Apresentação do Plano de Manejo de Rejeitos e estudos sobre a contaminação das áreas atingidas e realização de devolutivas sobre a qualidade da água do poço artesiano em Ponte do Gama. Disponibilização de internet via satélite para as comunidades rurais e realização de reunião com a Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF) para informar sobre a estrutura do PG008 – Reconstrução de Vilas, responsável pelos reassentamentos de Mariana.
- Acompanhamento das oficinas com a comunidade de Bento Rodrigues para elaboração do Diagnóstico de Referências Culturais e discussão do projeto paisagístico da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do reassentamento. Foram realizadas visitas para acompanhamento do desenho das casas individuais junto à equipe de arquitetos responsáveis, bem como visita aos lotes do reassentamento.
- Realização de reuniões do GT junto à comunidade de Paracatu de Baixo. O objetivo foi informar sobre a articulação com a Secretária de Saúde do município para construção do equipamento coletivo de saúde no reassentamento da comunidade, planejamento da Festa de Santo Antônio e panorama atualizado dos licenciamentos urbanístico e ambiental do reassentamento. Foi realizada, também, reunião para apresentação de caminhos para a reparação das atividades econômicas da comunidade. Ainda no período, foram realizadas reuniões com famílias da comunidade para apresentação da

Fonte: Fundação Renova (2020).

Figura 8 – Excerto do relatório “Progresso Programa” referente ao mês de maio de 2019

The screenshot shows the website interface for Fundação Renova. At the top, there is a navigation bar with links for COVID-19, Caminho da Reparação, Portal da Transparência, Indenizações, Fornecedores, Trabalhe Conosco, Perguntas Frequentes, and Glossário. Below this is the Fundação Renova logo and a menu with options like 'Quem Somos', 'Nossos Programas', 'Notícias', 'Comunicação', 'Calendário', and 'Contato'. A search bar and a 'Portal do Usuário' button are also visible. The main content area is titled 'PROGRESSO DO PROGRAMA' and has a dropdown menu set to 'Maio / 2019'. Under the heading 'DIÁLOGO', there is a sub-heading 'Mariana:' followed by a list of activities:

- Realização de reuniões do GT interdisciplinar de Direito à Moradia. Os objetivos foram: discutir compensações por diferenças entre imóveis no reassentamento familiar; localização da ETE do reassentamento coletivo de Bento Rodrigues; apresentação do projeto de aterro sanitário pela Fundação Renova; bem como atualização do status dos reassentamentos coletivos, familiares e reconstruções.
- Apresentação do Plano de Manejo de Rejeitos e estudos sobre a contaminação das áreas atingidas e realização de devolutivas sobre a qualidade da água do poço artesiano em Ponte do Gama. Disponibilização de internet via satélite para as comunidades rurais e realização de reunião com a Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF) para informar sobre a estrutura do PG008 – Reconstrução de Vilas, responsável pelos reassentamentos de Mariana.
- Acompanhamento das oficinas com a comunidade de Bento Rodrigues para elaboração do Diagnóstico de Referências Culturais e discussão do projeto paisagístico da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do reassentamento. Foram realizadas visitas para acompanhamento do desenho das casas individuais junto à equipe de arquitetos responsáveis, bem como visita aos lotes do reassentamento.
- Realização de reuniões do GT junto à comunidade de Paracatu de Baixo. O objetivo foi informar sobre a articulação com a Secretária de Saúde do município para construção do equipamento coletivo de saúde no reassentamento da comunidade, planejamento da Festa de Santo Antônio e panorama atualizado dos licenciamentos urbanístico e ambiental do reassentamento. Foi realizada, também, reunião para apresentação de caminhos para a reparação das atividades econômicas da comunidade. Ainda no período, foram realizadas reuniões com famílias da comunidade para apresentação da


Fonte: Fundação Renova (2020).

Nas Figuras 7 e 8 encontramos um novo par de relatórios duplicados no *site*, na periodicidade de 32 meses. Essa é a terceira versão do relatório de setembro de 2016, comparando-se as Figuras 3, 5 e 7.

A quarta versão do relatório “Progresso Programa” PG06 do mês de setembro de 2016, com periodicidade de duplicação de 34 meses, é idêntica ao relatório do mês de julho de 2019 (Figuras 1 e 2). O conteúdo desses relatórios é o mesmo que constava publicado no *site* da FR quando finalizamos nossa consulta em 23 de novembro de 2020.

A quinta e última versão identificada pela presente pesquisa para o relatório de setembro de 2016 é a do relatório mensal enviado ao CIF. Diferentemente dos relatórios anteriores, não foi identificada duplicação com relatório de nenhum mês e com nenhuma das versões dos relatórios de 2016 (quatro no total). O relatório do mês de setembro de 2016 do PG06 enviado ao CIF contém informações diferentes das descritas nos relatórios mensais “Progresso do Programa” PG06 para o mesmo período. Isso significa que o relatório do CIF apresenta informações que não coincidem com os relatórios do mesmo mês para o mesmo programa. A isso denominamos incongruência externa, que advém da comparação de relatórios enviados para públicos-alvo diferentes, sobre o mesmo programa e período. Informações que deveriam ser equivalentes, mesmo que a forma de apresentação fosse diferente, são, no entanto, 100% incompatíveis, apresentando à sociedade um novo conjunto de informações sobre o PG06 no mês de setembro de 2016. A Figura 9 demonstra um excerto do relatório enviado ao CIF sobre as atividades do PG06 no mês de setemb

Figura 9 – Excerto do relatório mensal enviado ao CIF referente ao mês setembro de 2016



DIÁLOGO SOCIAL

Orçamento (R\$MM) Total: 224,5 Realizado: 12,1

Nome da tarefa	% Real.	Início	Término
PG06-R - Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social (Cláusulas 59 à 72)		nov-15	dez-30
Metas do Programa		dez-16	abr-17
Cláusula 64/65 - Desenvolvimento de plataforma interativa sobre o EVENTO		dez-16	dez-16
Cláusula 68 - Adequação de Ouvidoria		abr-17	abr-17
Definição do Programa		set-16	out-16
PF7060 - Definição do Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social		set-16	out-16
Execução do Programa		nov-15	dez-30
Processos		nov-15	dez-30
Marcos de Processo		out-16	mar-17
PF8060 - Processo emergencial de comunicação institucional		nov-15	jul-16
PF8061 - Processo emergencial de participação e diálogo		jul-16	mar-17
PF8062 - Processo emergencial de canais de relacionamento		mai-16	jan-17
PF8063 - Processo emergencial de ouvidoria - Atendido pela SAMARCO		nov-15	abr-17
PF8064 - Processo estruturado de comunicação institucional		jul-16	ago-17
PF8065 - Processo estruturado de participação e diálogo		mar-17	dez-30
PF8066 - Processo estruturado de canais de relacionamento		jan-17	nov-30
PF8067 - Processo estruturado de ouvidoria da FUNDAÇÃO		abr-17	dez-30
Projetos		mai-16	abr-17
PF0149 - Implantação de processo definitivo de ouvidoria da FUNDAÇÃO		mai-16	abr-17
Diagnóstico do processo de ouvidoria		jul-16	nov-16
Implantação e adequação do processo de ouvidoria		nov-16	abr-17
Encerramento do Projeto		abr-17	abr-17

20

Fonte: Fundação Renova (2020).

Observando-se a Figura 09, percebe-se que há um novo conteúdo sobre o desenvolvimento das ações do PG06 para o mês de setembro de 2016.

A avaliação do programa PG06 no mês de setembro de 2016 contém, em conclusão, cinco versões diferentes que foram publicadas no *site* da FR, tendo sido as mais antigas substituídas pelas mais recentes. Isso significa que, dependendo da data em que uma pessoa tenha acessado o *site* da FR, ela terá tido acesso a um conjunto determinado de informações sobre o desenvolvimento do PG06. Assim, caso a pessoa tenha acessado o *site* em 14 de abril de 2020 ela teria lido um determinado conjunto de informações. Se tivesse acessado em 25 de agosto de 2020, para o mesmo mês de setembro, teria encontrado uma outra versão do relatório. Se o acesso tivesse sido feito em 06 de outubro de 2020, um terceiro relatório teria sido encontrado e, por fim, se tivesse acessado o *site* em 18 de novembro de 2020 teria lido uma quarta versão do relatório. Ressalta-se que não há nenhum aviso no *site* da FR sobre a alteração dos dados do relatório ou mesmo sua substituição.

Além das diferentes versões dos relatórios, foi identificado o problema de duplicação deles, conforme Quadro 1. No Quadro 2, segue a relação de todos os relatórios publicados para o PG06 e suas duplicações e incompatibilidades. Para além dos relatórios mensais, há os anuais que serão analisados em sessão adiante.

Quadro 2 – Duplicações e Incompatibilidades dos Relatórios Mensais do PG06 Publicados no Site da Fundação Renova

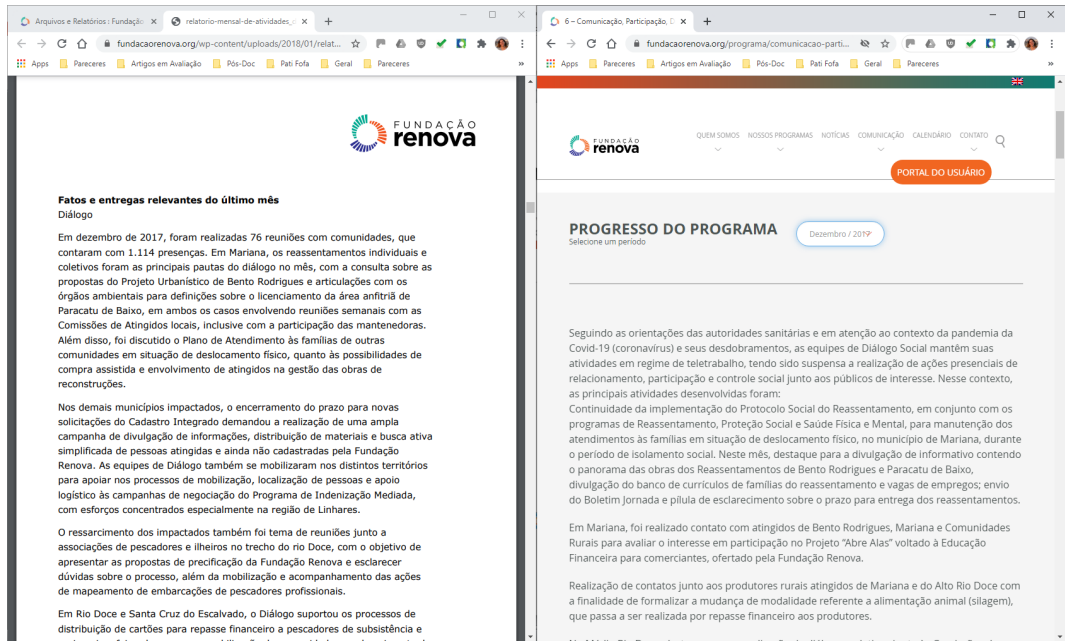
Relatório do Progresso Programa PG06 referente ao mês:	Duplicação de relatórios a cada 26 meses (14/04/2020)	Duplicação de relatórios a cada 30 meses (25/08/2020)	Duplicação de relatórios a cada 32 meses (06/10/2020)	Duplicação de relatórios a cada 34 meses (18/11/2020)	Site (23/11/2020)	Relatórios de Atividades Mensais CIF – Há relatórios de julho e agosto de 2016
https://www.fundacaorenova.org/programa/comunicacao-participacao-dialogo-controle-social/						https://transparencia.fundacaorenova.org/relatorios-executivos
set/16	nov/18	mar/19	mai/19	jul/19	jul/19	Incompatível com todos os relatórios anteriores
out/16	dez/18	abr/19	jun/19	ago/19	ago/19	Incompatível com todos os relatórios anteriores
nov/16	jan/19	mai/19	jul/19	set/19	set/19	Incompatível com todos os relatórios anteriores
dez/16	fev/19	jun/19	ago/19	out/19	out/19	Incompatível com todos os relatórios anteriores
jan/17	mar/19	jul/19	set/19	nov/19	nov/19	Incompatível com todos os relatórios anteriores
fev/17	abr/19	ago/19	out/19	dez/19	dez/19	Incompatível com todos os relatórios anteriores
mar/17	mai/19	set/19	nov/19	jan/20	jan/20	Incompatível com todos os relatórios anteriores
abr/17	jun/19	out/19	dez/19	fev/20	fev/20	Incompatível com todos os relatórios anteriores
mai/17	jul/19	nov/19	jan/20	mar/20	mar/20	Incompatível com todos os relatórios anteriores
jun/17	ago/19	dez/19	fev/20	abr/20	abr/20	Incompatível com todos os relatórios anteriores
jul/17	set/19	jan/20	mar/20	mai/20	mai/20	Incompatível com todos os relatórios anteriores
ago/17	out/19	fev/20	abr/20	jun/20	jun/20	Incompatível com todos os relatórios anteriores
set/17	nov/19	mar/20	mai/20	jul/20	jul/20	Incompatível com todos os relatórios anteriores
out/17	dez/19	abr/20	jun/20	ago/20	ago/20	Incompatível com todos os relatórios anteriores
nov/17	jan/20	mai/20	jul/20	set/20	set/20	Incompatível com todos os relatórios anteriores
dez/17	fev/20	jun/20	ago/20	out/20	out/20	-

Fonte: dados primários (2020).

Dos 44 relatórios mensais CIF, 15 apresentam informações 100% incompatíveis com os relatórios mensais “Progresso Programa”.

Há 15 relatórios enviados ao CIF cujas informações sobre o desenvolvimento das ações do PG06 em um determinado mês são 100% incompatíveis com o mesmo relatório no Progresso do Programa. A Figura 10 apresenta um exemplo dessa incompatibilidade total.

Figura 10 – Excerto dos relatórios mensais enviado ao CIF e o do Progresso do Programa, referente ao mês de dezembro de 2017



Fonte: adaptado de Fundação Renova (2020).

A análise do conteúdo dos relatórios enviados ao CIF e do Progresso do Programa referentes ao mês de dezembro de 2017, percebe-se que as informações contidas são totalmente incompatíveis. Não há nenhuma condição para verificação das informações sobre o desenvolvimento do programa PG06 através da leitura comparada entre os dois relatórios. A incapacidade dos relatórios de permitirem acompanhamento e verificação de suas informações fere os direitos humanos e a participação e controle social, seja feito pela sociedade civil organizada ou mesmo pelos órgãos públicos e privados envolvidos no processo de recuperação e indenização dos atingidos pela queda da barragem de Fundão. Em termos de desenvolvimento científico, também há total obstrução de realização de pesquisas sobre o programa PG06 com relatórios que contenham informações inaudíveis.

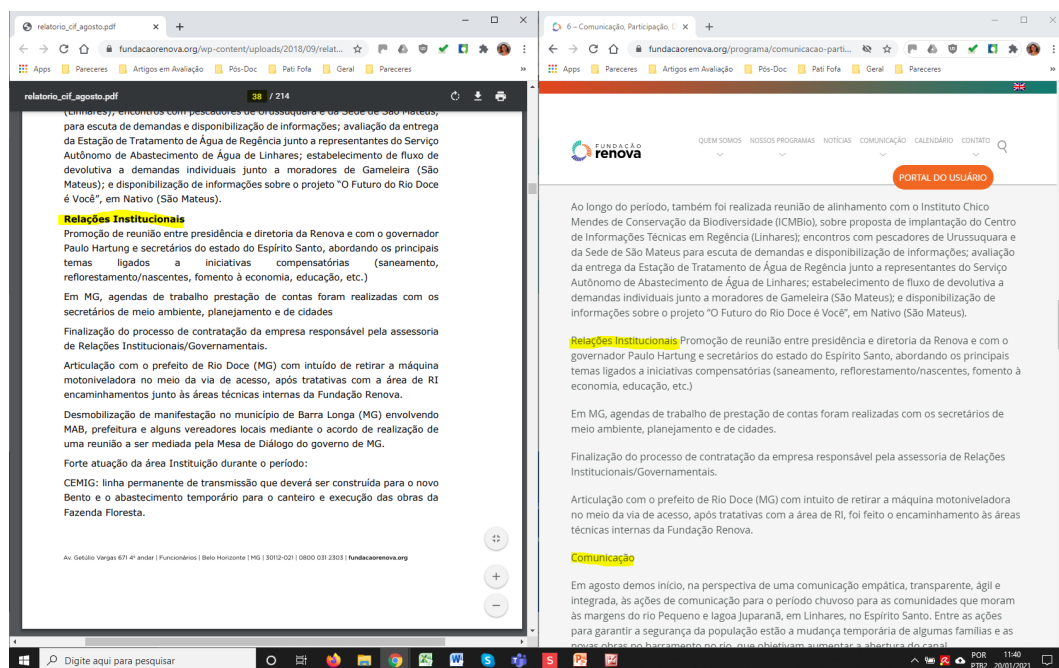
Observa-se que tal situação repete-se em mais 14 relatórios mensais enviados ao CIF. Dos 29 restantes, veremos adiante que contém incompatibilidades parciais.

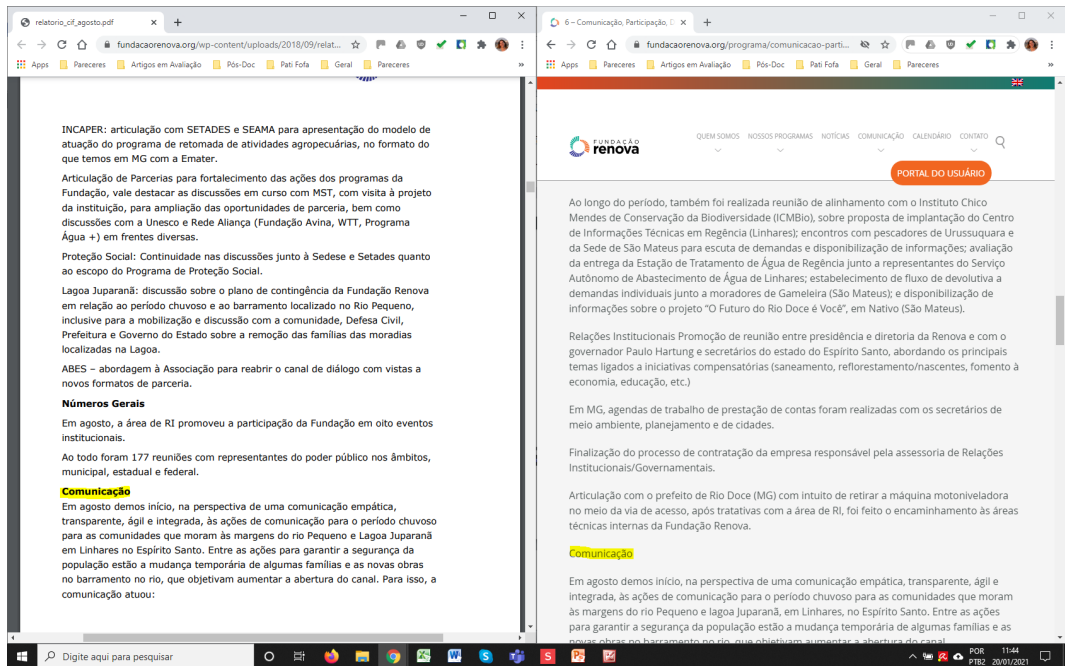
Os 29 relatórios mensais do CIF contêm informações parcialmente incompatíveis com os relatórios “Progresso Programa”, chegando a ter mês com mais de 50% de incompatibilidade. Isso se deve principalmente a:

- Itens de informações presentes somente no relatório CIF;
- Maior detalhamento de informações no relatório CIF, em comparação com as dos relatórios “Progresso Programa”;

O relatório do CIF contém sessões extras, tais como: Próximas Entregas, Desafios, Indicadores, Fotos e Gráficos. O relatório de julho de 2018, por exemplo, contém 19 páginas a mais de informações – em um total de 37 – que o do Progresso do Programa. Abaixo segue um exemplo de como as informações do relatório CIF são mais detalhadas e/ou inéditas que o do Progresso do Programa.

Figura 11 – Excerto dos relatórios mensais enviado ao CIF e o do Progresso do Programa, referente ao mês de agosto de 2018





Fonte: adaptado de Fundação Renova (2018).

Observando a Figura 11 com quatro *printscreens* dos relatórios mensais enviados ao CIF (as imagens à esquerda) e o do Progresso do Programa (imagens à direita) referente ao mês de agosto de 2018, verifica-se que as informações contidas no relatório enviado ao CIF são muito mais detalhadas e/ou inéditas que o do Progresso do Programa. A seção dos relatórios denominada “Relações Institucionais”, destacadas nas duas primeiras figuras em amarelo apresenta as informações sobre o desenvolvimento do PG06. Observa-se que os primeiros quatro parágrafos são idênticos, o que faz todo sentido, já que são relatórios que versam sobre o mesmo objetivo, programa e período, havendo uma única diferença entre eles de público-alvo, já que o do CIF destina-se aos componentes do Comitê Interfederativo e o do Progresso do Programa destina-se ao público em geral.

Após os quatro parágrafos, a seção é finalizada no relatório Progresso do Programa seguindo para uma seção denominada “Comunicação”. No entanto, o relatório enviado ao CIF segue descrevendo as ações do item “Relações Institucionais” em mais 11 parágrafos, seguido da seção “Números Gerais”, que contém 2 parágrafos, para em seguida iniciar a seção “Comunicação”. Verifica-se que o relatório CIF contém muito mais informações e detalhes sobre as ações do PG06 que o relatório Progresso do Programa.

O detalhamento de informações e a existência de informações inéditas, novas seções, fotos e gráficos se repetem em mais 29 relatórios dos 44 relatórios mensais CIF analisados. Além do problema de incompatibilidade parcial entre os relatórios, indicando incongruência externa, os 15 relatórios enviados ao CIF restantes são 100% incompatíveis com os do Progresso do Programa.

Conclui-se, portanto, que *todos os relatórios enviados ao CIF contêm problemas de transparência de informações* ao serem comparados com os de mesmo período do Progresso do Programa. Os problemas vão desde incompatibilidade total à parcial. Tal incompatibilidade *impede qualquer processo de avaliação, participação e controle social nas ações do PG06 realizadas pela FR.*

Todos os relatórios CIF são mais organizados, com sessões em destaque, informações sumarizadas em tabelas e gráficos, fotos e ilustrações, além da formatação padronizada, tornando-o mais inteligível e acessível. Além disso, todos estão disponibilizados para *download*. As Figuras 12 e 13 ilustram a superioridade de apresentação dos relatórios mensais enviados ao CIF. Estão ilustrados excertos dos relatórios dos meses de março de 2018 e maio de 2020, escolhidos aleatoriamente. Além da superioridade na apresentação dos dados, o que favorece sua compreensão, percebe-se ainda a presença de indicadores ausentes nos relatórios do Progresso do Programa, como tabelas, gráficos e fotografias que registram as ações da FR no PG06.

Figura 12 – Excerto do relatório mensal enviado ao CIF referente ao mês de março de 2018

que também contribua com a perspectiva reparatória e compensatória;

- Para a sociedade em geral, manter o tom de prestação de serviços e com presença relevante em meios que essas pessoas utilizam.

Indicadores

Diálogo

INDICADOR	LOCALIDADE	FEVEREIRO 2018	MARÇO 2018	ACUMULADO REUNIÕES	TOTAL DE PARTICIPANTES
Reuniões Realizadas	MG	38	58	1.894	62.660
	ES	6	17	337	

Canais de Relacionamento – novas manifestações registradas*

CANAL	FEVEREIRO	MARÇO	ACUMULADO
Central 0800	16.519	23.894	362.943
Centro de Informação e Atendimento	2.340	3.617	34.951
Fale Conosco	271	370	5.112
Outros	408	439	14.369
Total (registradas)	19.538	28.320	417.375

* Informações extraídas do SIGS no dia 05.04.2018 às 01h09

64

Av. Getúlio Vargas 674 4º andar | Funcionários | Belo Horizonte | MG | 30112-020 | 0800 031 233 | fundacaorenova.org

Reunião Lideranças, Almorés (MG) – 01 de março/2018 (Crédito: Divulgação Fundação Renova)

Reunião Lideranças, São Mateus (ES) – 07 de março/2018 (Crédito: Divulgação Fundação Renova)

Reunião Comunitária, São Mateus (ES) – 07 de março/2018 (Crédito: Divulgação Fundação Renova)

Reunião Lideranças, Periquito (MG) – 15 de março/2018 (Crédito: Divulgação Fundação Renova)

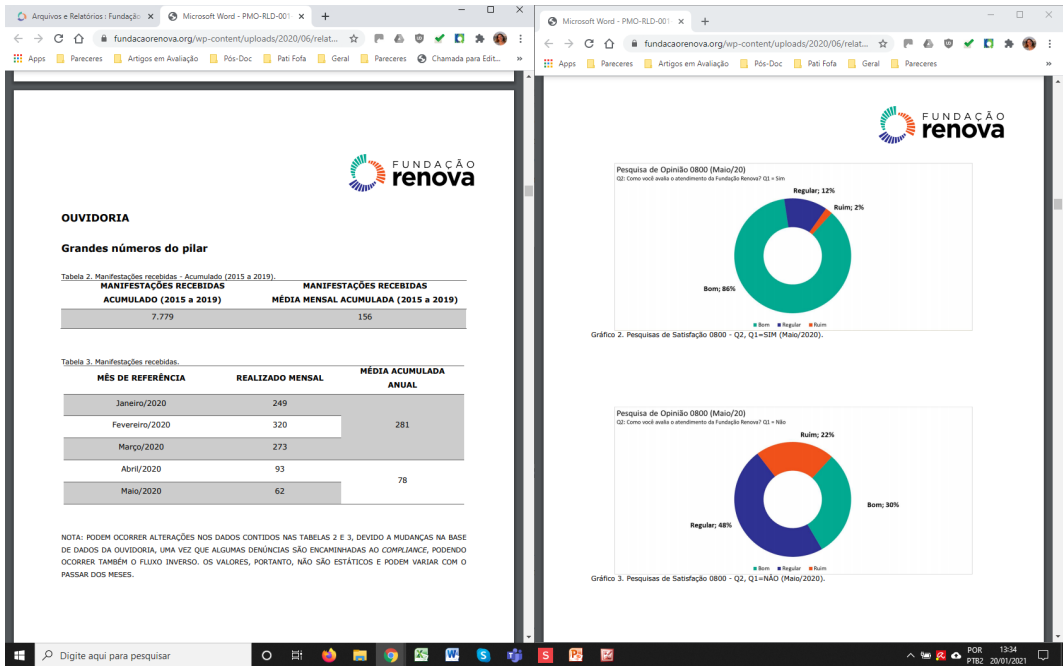
Reunião Poder Público, São José do Goiabal (MG) – 19 de março/2018 (Crédito: Divulgação Fundação Renova)

Reunião Poder Público, São Mateus (ES) – 12 de março/2018 (Crédito: Divulgação Fundação Renova)

Fonte: adaptado de Fundação Renova (2018).

O relatório de março contém apresentação de tabelas com indicadores e fotos das ações desenvolvidas. Nenhuma dessas informações constam no relatório do Progresso do Programa do mesmo período.

Figura 13 – Excerto do relatório mensal enviado ao CIF referente ao mês de maio de 2020



Fonte: adaptado de Fundação Renova (2020).

O relatório enviado ao CIF do mês de maio de 2020 apresenta informações organizadas em tabelas e gráficos. Observa-se que o uso das tabelas permitiu à FR demonstrar dados de meses anteriores, possibilitando um comparativo e análise de evolução das ações do PG06. A exposição dos dados em gráficos torna-os bastante inteligível e permite a avaliação de vários dados concomitantemente. O relatório do Progresso do Programa do mesmo período não contém nem os dados e nem a forma de apresentação.

Os relatórios Progresso do Programa não possuem a qualidade de apresentação que os do CIF contêm, o que dificulta em demasia sua leitura e compreensão. O Quadro 3 descreve os meses e a qualidade de apresentação dos relatórios.

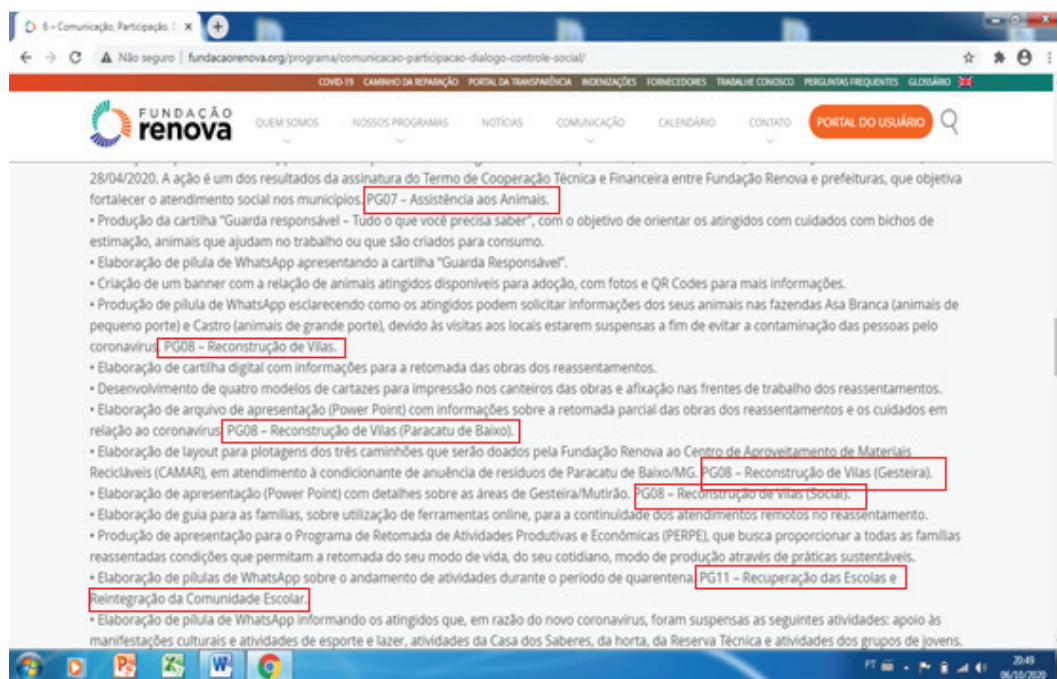
Quadro 3 – Formatação dos relatórios Progresso Programa

	Sem espaçamento	Com espaçamento somente entre tópicos	Com espaçamento
Relatórios Progresso Programa	set/16	fev/17	jan/18
	out/16	mar/17	fev/18
	nov/16	jun/17	abr/18
	dez/16	jul/17	mai/18
	jan/17	ago/17	jun/18
	abr/17	set/17	jul/18
	mai/17	nov/17	ago/18
	out/17	mar/18	set/20
	dez/17	set/18	out/20
	mar/19	out/18	
	abr/19	nov/18	
	mai/19	dez/18	
	jun/19	jan/19	
	jul/19	fev/19	
	ago/19	out/19	
	set/19	nov/19	
	dez/19	fev/20	
	jan/20	mar/20	
	jun/20	abr/20	
		mai/20	
	jul/20		
	ago/20		

Fonte: dados primários (2020).

Dos 50 relatórios analisados, 19 não contém nenhum espaçamento entre as linhas, títulos, subtítulos e enumerações/listas. Enquanto 22 contém espaçamento somente entre os títulos e 9 contém espaçamentos adequados.

Figura 14 – Excerto do relatório mensal Progresso do Programa referente ao mês de agosto de 2017



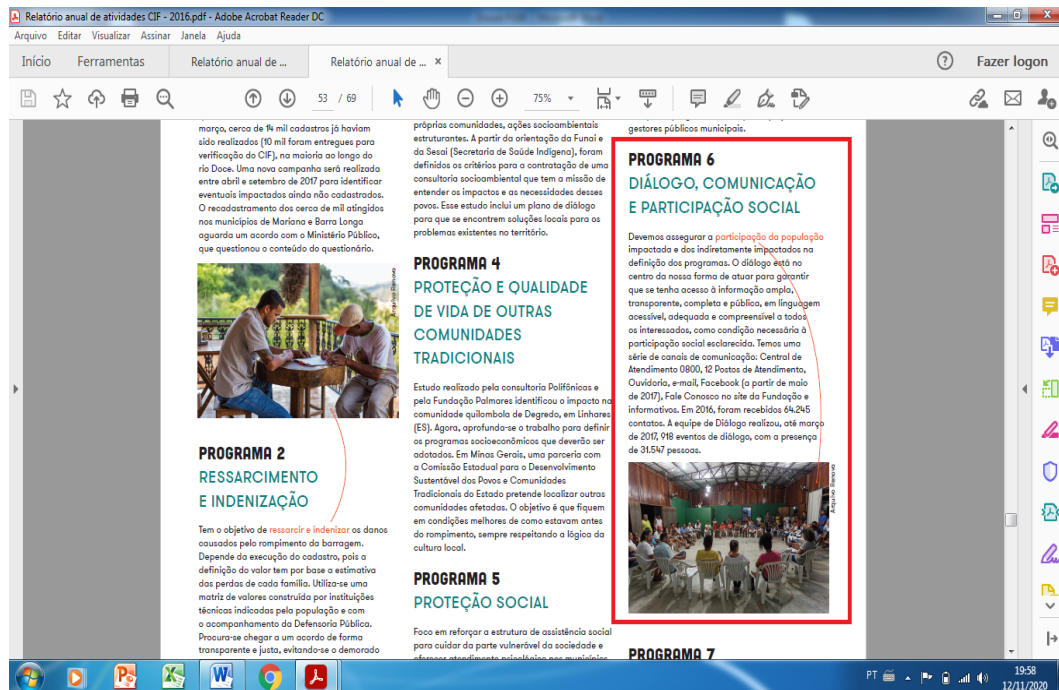
Fonte: Fundação Renova (2017 *grifo nosso*).

A Figura 14 ilustra um dos 19 relatórios que não contém espaçamentos entre títulos, subtítulos, enumerações e listas. Marcados de vermelho são os títulos e subtítulos. Observa-se que a forma de apresentação realizada pela FR dificulta a leitura e a compreensão do texto.

Para mais, conforme já mencionado, não é possível fazer o *download* dos relatórios mensais do Progresso do Programa ou mesmo selecionar seu texto. O que, além de dificultar a leitura, demanda um tempo maior para a realização da coleta de informações.

O relatório “Progresso Programa” de janeiro de 2018 possui informações referentes aos meses anteriores. Parte foi identificada como o conteúdo do relatório anual enviado ao CIF e o restante não identificado. No total, foram 53 *printscreens* de relatório – um relatório normal foi copiado com 10 *printscreens* em média. Os relatórios anuais de 2016 e 2017 não possuem informações detalhadas o suficiente para compreensão das atividades realizadas pela FR no PG06. O relatório anual de atividades de 2016, nomeado Relato de Atividades 2016, contém apenas uma menção ao desenvolvimento do PG06 e o estágio que se encontrava no ano de 2016, conforme Figura 15.

Figura 15 – Informações sobre o PG06 contidas no Relatório Anual de 2016

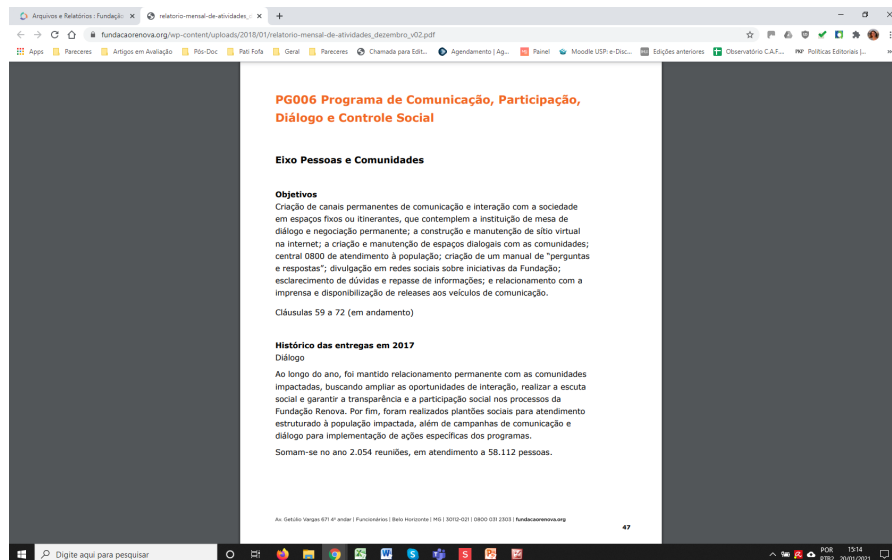


Fonte: Fundação Renova (2016 *grifo nosso*).

O retângulo vermelho que dá destaque ao título “Programa 6” destaca o conteúdo completo de informações sobre o PG06 no ano de 2016. Há um parágrafo de informações e uma foto. Nada mais consta sobre o PG06 no relatório anual de atividades enviado ao CIG no ano de 2016. O relatório é incapaz de fornecer informações claras sobre o desenvolvimento do PG06. Soma-se a este problema os dos relatórios mensais já apresentados neste dossiê. Assim, o ano de 2016 não contém informações confiáveis nem nos dois tipos de relatórios mensais (os do Progresso do Programa e os enviados ao CIF) e nem no anual.

O Relatório Anual de Atividades de 2017 também contém informações superficiais em sua primeira página, realizando uma análise geral das ações desenvolvidas ao longo do ano. Em seguida, são apresentadas figuras com as ações mercadológicas realizadas pela FR, para na página 47 realizar a apresentação das atividades focada no mês de dezembro de 2017 e não em todo o ano. Ressalta-se que não foi encontrado o relatório mensal enviado ao CIF de dezembro de 2017, apesar de haver o mensal do mesmo período do Progresso do Programa.

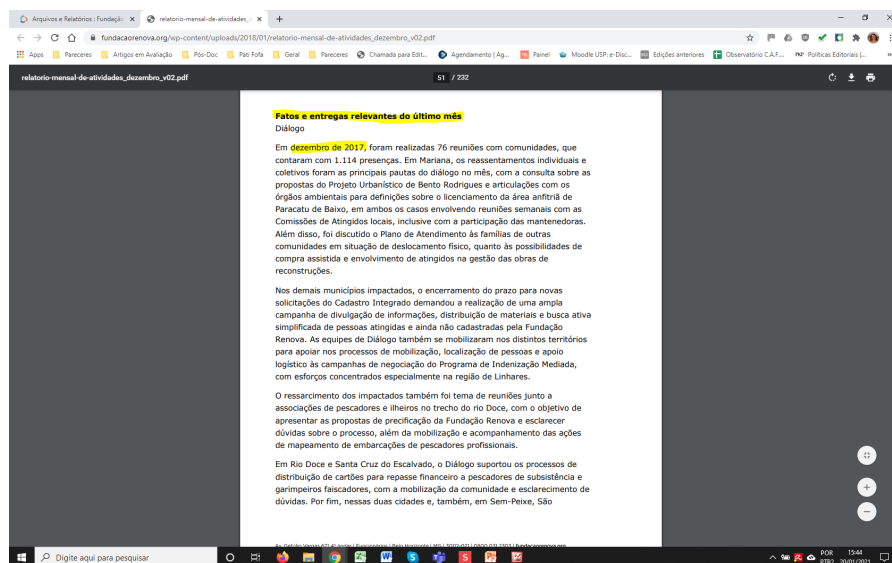
Figura 16 – Excerto do Relatório Anual enviado ao CIF de 2017



Fonte: Fundação Renova (2017).

A Figura 16 demonstra o trecho com apresentação dos dados de 2017 sobre o desenvolvimento do PG06. As informações são muito resumidas e sem uma apresentação com dados mensais ou por atividade do PG06, o que permitiria a compreensão do desenvolvimento das ações. Ao contrário, o enfoque é na apresentação geral dos dados sem nenhuma subdivisão, seja temporal, regional ou temática.

Figura 17 – Excerto Foco do Relatório Anual enviado ao CIF de 2017



Fonte: Fundação Renova (2017, *grifo nosso*).

Ao iniciar o relato de informações mais detalhadas, o relatório anual foca nos dados de dezembro de 2017, conforme demonstra a Figura 17. Os grifos em amarelo nos possibilitam a rápida identificação do conteúdo desta seção do relatório. Assim como o relatório anual de 2016, o de 2017 não permite o entendimento das ações desenvolvidas pelo PG06 ao longo do ano, impossibilitando a participação e controle social.

CONCLUSÕES

O presente documento teve por objetivo examinar os relatórios do PG06 produzidos e publicados pela Fundação Renova em seu *site*, cumprindo a obrigação de informar a população e divulgar indiscriminadamente informações sobre todos os seus programas, ações e projetos desenvolvidos com base no TTAC. No exame dos relatórios foram encontradas inúmeras falhas de transparência nas informações, dificultando o acompanhamento e controle social.

Toda ação da FR deveria ter como alvo os atingidos, buscando uma reparação plena e indenização justa. No entanto, o que se vê é que o princípio básico da relação entre Fundação e Atingidos, que é a transparência, é sistematicamente descumprida pela Renova. Para desenvolvermos nossa pesquisa, analisamos sistematicamente 50 relatórios mensais do Progresso Programa, 44 relatórios mensais enviados ao CIF e 4 relatórios anuais enviados ao CIF. O foco de análise foi o PG06. Todos os relatórios encontravam-se disponíveis no site da FR, no entanto, nem todos permitiam *download*.

A análise dos dados foi composta de quatro etapas, descritas a seguir: (1) leitura sistemática de cada relatório; (2) comparação das informações entre os relatórios da mesma categoria: análise dos dados dos relatórios mensais do “Progresso do Programa” de um determinado mês com os de outro mês; (3) comparação das informações dos relatórios mensais do “Progresso do Programa” com os “Relatórios Mensais CIF”; e (4) análise comparativa entre os relatórios mensais “Progresso do Programa” com os “Relatórios CIF Anuais”.

Os principais resultados apontam que todos os 98 relatórios apresentam falhas graves de todas as ordens: acesso, detalhamento das informações, auditabilidade, inteligibilidade e acuidade dos dados. Todos os 44 relatórios mensais enviados ao CIF contém problemas, seja de 100 a 50% de incompatibilidade, ao compará-los ao relatório Progresso do Programa. Dos 50 relatórios Progresso do Programa, 32 têm seu conteúdo duplicado com outro relatório, formando 16 pares de relatórios idênticos. Os 18 restantes contém divergências de informações, a serem comparados com os relatórios mensais enviados ao CIF.

A Fundação Renova tem a obrigação de divulgar relatórios sobre suas atividades, para que todas as pessoas e instituições possam se informar, acompanhar e verificar suas ações. Essa obrigação está determinada em vários acordos como no TTAC e no TAC-Gov. O acesso às informações assegura a participação social, permitindo o acompanhamento e controle das ações da Fundação por qualquer pessoa interessada. Os relatórios elaborados pela Renova devem ter as características descritas no TTAC de: transparência, acessibilidade, linguagem adequada e compreensível, informações completas e públicas e divulgação

ampla. Várias são as cláusulas do TTAC e TAC-Gov que obrigam que a Fundação Renova deve ser transparente em suas ações e relatórios. Podemos notar isso, por exemplo, nas cláusulas 60, 65, 69 e 72 do TTAC. O TAC-Gov cita o princípio da transparência 32 vezes, quase uma vez por página, definindo que a transparência deve estar presente na divulgação das informações para a sociedade e pessoas atingidas. A transparência é um dos pilares dos direitos humanos, pois garante o acesso a informações, à participação social e ao diálogo efetivo, permitindo denúncias e soluções mediadas.

REFERÊNCIAS

Fundação Renova. Relatórios de Atividades do PG06. Fundação Renova - 2020 Disponível em: www.fundacaorenova.org.br Acesso em: 29 jul. 2021.

Fundação Renova. Relatórios de Atividades do PG06. Fundação Renova - 2018 Disponível em: www.fundacaorenova.org.br Acesso em: 29 jul. 2021.

Fundação Renova. Relatórios de Atividades do PG06. Fundação Renova - 2017 Disponível em: www.fundacaorenova.org.br Acesso em: 29 jul. 2021.

Fundação Renova. Relatórios de Atividades do PG06. Fundação Renova - 2016 Disponível em: www.fundacaorenova.org.br Acesso em: 29 jul. 2021.

Ensaio Fotográfico

Fabricio Nascimento da Cruz

A obra retratada encarna a sabedoria do artesão que é capaz de avistar arte e beleza onde muitos enxergam inutilidades. Que coerentemente alinha o desafio de criar no presente a arte projetada em seu imaginário e, ao combinar sensibilidade e firmeza, faz brotar delicadezas da matéria bruta. O fazer do artesão mostra o que a vida quer da gente: é atitude, flexibilidade, adaptabilidade, coerência, sensibilidade e precisão. Seja no mundo da arte, no universo acadêmico, no trabalho ou nas relações mais ordinárias da vida, todos esses atributos são fundamentais, para sermos, estarmos e transformarmos coletivamente os muitos mundos que temos – levando cada vez mais cor, diversidade, movimentos e poesia.









